



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

VÍVIAN BERALDO WESTPHAL

**UMA INTERPRETAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL  
DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS:  
RUPTURAS E CONTINUIDADES COM UM MARCO CONSERVADOR**

---

Londrina  
2012

VÍVIAN BERALDO WESTPHAL

**UMA INTERPRETAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL  
DOS ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS:  
RUPTURAS E CONTINUIDADES COM UM MARCO CONSERVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Política Social.

Orientadora: Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes

Londrina  
2012

VÍVIAN BERALDO WESTPHAL

**UMA INTERPRETAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DOS  
ASSISTENTES SOCIAIS COM FAMÍLIAS:  
RUPTURAS E CONTINUIDADES COM UM MARCO CONSERVADOR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de mestre em Serviço Social e  
Política Social pelo Programa de Pós-Graduação  
em Serviço Social e Política Social da  
Universidade Estadual de Londrina

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Olegna de Souza Guedes  
Orientadora  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Cássia Maria Carloto  
Universidade Estadual de Londrina

---

Profa. Dra. Fátima da Silva Grave Ortiz  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Londrina, 11 de abril de 2012.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Fernando, agradeço por incentivar meus projetos e apoiar a execução deles, sobretudo minha incursão ao mestrado.

A minha família, Carmen, Gerson, Amanda, Rodrigo, agradeço as vivências, debates, embates que geraram muitas reflexões e contribuições.

Às amigas Ana Lúcia, Daiane e Eliane, agradeço o carinho, a amizade, o incentivo. Agradeço por partilharem suas vivências e opiniões.

À Olegna, minha orientadora, agradeço o cuidado, as orientações e o compartilhamento de muitas reflexões enriquecedoras.

À professora Cássia, agradeço pelo acompanhamento desde a graduação e pela mobilização de contestações fundamentais a minha formação pessoal e profissional.

À professora Sandra Lourenço, meus agradecimentos pela postura propositiva e comprometida. Foram poucos contatos, porém muitas contribuições.

Finalmente, e com apreço equivalente, meus agradecimentos às assistentes sociais que, gentilmente, colaboraram com esta pesquisa, compareceram ao encontro agendado e demonstram imenso compromisso com as questões vinculadas ao exercício profissional.

*“Do rio que tudo arrasta se diz que é violento,  
mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”.*

*Bertold Brecht*

WESTPHAL, Vívian Beraldo. **Uma interpretação do exercício profissional dos assistentes sociais com famílias: rupturas e continuidades com um marco conservador**. 2012. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

## RESUMO

Este estudo identificou, na interpretação de assistentes sociais acerca do trabalho com famílias, elementos de ruptura e continuidade com o conservadorismo do Serviço Social “tradicional”. Numa perspectiva de totalidade, categoria fundamental da teoria social de Karl Marx, consideram-se elementos do contexto sócio-histórico e seus desdobramentos no exercício profissional dos assistentes sociais. Textos antigos, escritos entre 1936 a 1955 pelos primeiros assistentes sociais brasileiros, foram revisados para abordar seus fundamentos e direção ideopolítica. Identificou-se um projeto moralizador e reformista da sociedade capitalista que se pautava no ajustamento moral das famílias das classes populares à ordem social estabelecida. Com a delimitação do Projeto Ético-Político da profissão, instituído na década de 1990, como marco da direção social hegemônica da profissão, assinala-se o caráter de oposição à antiga perspectiva, vinculada ao Serviço Social “tradicional”, e a defesa das classes populares, bem como a superação da sociedade dividida em classes sociais. Contudo, a consolidação dessa direção é tensionada por vertentes a ela opostas, tendo em vista que a categoria profissional não é homogênea. Utilizando-se de grupo focal, técnica de pesquisa qualitativa, dados foram coletados e elementos do projeto profissional e societário na contemporaneidade analisados, pautando-se pelo debate entre cinco assistentes sociais acerca do trabalho com famílias. Os resultados da pesquisa demonstram rupturas e continuidades, possibilidades e limitações que, refletidas, podem contribuir com as atuais discussões acerca do exercício profissional e seus movimentos num cenário de recrudescimento da “questão social” e retração da responsabilidade do Estado na proteção social dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Famílias. Serviço Social. Conservadorismo.

WESTPHAL, Vívian Beraldo. **An interpretation of social workers' professional practices with families: Ruptures and continuities of a conservative tradition.** 2012. 103 f. Master (Dissertation em Serviço Social e Política Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

### **ABSTRACT**

This research analyses the contemporary interpretation of social workers' practices with families and identifies elements of rupture and continuity of a conservatism that derives from a "traditional" social work. According to the concept of totality, a fundamental category of social theory of Karl Marx, socio historical context elements and its consequences were considered in the practice of social workers studied in this research. A literature review was conducted including texts written between 1936 and 1955 by the first Brazilian social workers and it addressed their foundations and ideological and political direction. It was identified a moralizing and reformist project of a capitalist society that aimed to establish social order and was based on the moral adjustment of families from the working class. The delimitation of an ethical and political project for the social work profession, established in the 1990s, was a landmark of the hegemonic social direction for the profession, and it characterized an opposition to the old view and the defense of the working class. However, the consolidation of this direction is affected by a contradictory tension, considering that the professional category is not homogeneous. Using focus groups, a qualitative research technique, data was collected and elements of the contemporary professional and societal project were analyzed, guided by the debate between five social workers about working with families. The research shows ruptures and continuity, possibilities and limitations that if reflected, may contribute to current discussions about professional practice and their movements in a context where the "social question" gains more complexity and the State refrains from its responsibility considering the social protection of individuals.

**Key words:** Families. Social Work. Conservatism.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AS-A	Assistente Social A
AS-B	Assistente Social B
AS-C	Assistente Social C
AS-D	Assistente Social D
AS-E	Assistente Social E
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Norma Operacional Básica
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
UEL	Universidade Estadual de Londrina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 PRIMEIRAS INCURSÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO TRABALHO COM FAMÍLIAS: ELEMENTOS DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL</b> .....	16
2.1 ALGUNS FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL .....	22
2.1.1 Componentes Ideopolíticos Vinculados ao Projeto Moralizador da Igreja Católica.....	23
2.1.2 A Centralidade da Família e das Mulheres na Idealização de uma Sociedade Harmônica .....	30
2.1.3 O Princípio da Autodeterminação: uma tendência à responsabilização do indivíduo para além das determinações materiais .....	41
2.1.4 O Exercício Profissional frente À necessária Manutenção da Ordem.....	43
2.1.5 Formação Profissional e Atributos Necessários ao Exercício Profissional.....	44
2.2 PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRIMEIRAS INCURSÕES DOS ASSISTENTES SOCIAL NO TRABALHO COM FAMÍLIAS .....	46
<b>3 O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: RUPTURAS E CONTINUIDADES COM UM MARCO CONSERVADOR</b> .....	49
3.1 ELEMENTOS DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS .....	50
3.2 A FAMÍLIA, SEUS VÍNCULOS E PROJETOS NA INTERPRETAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS .....	56
3.3 A DIREÇÃO IDEOPOLÍTICA DOS ASSISTENTE SOCIAIS NO TRABALHO COM FAMÍLIAS .....	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	87
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	91
<b>ANEXOS</b> .....	98
ANEXO A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	99
ANEXO B - Guia de Temas e Questões para Grupo Focal.....	101

## 1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, os assistentes sociais têm se posicionado, hegemonicamente, em favor dos interesses das classes trabalhadoras, sinalizando o necessário rompimento com o tradicionalismo ideopolítico observado nas reflexões - acerca do Serviço Social, no período de sua gênese e institucionalização como profissão no Brasil – publicadas por autores que escreviam sobre esta profissão nesses períodos. Uma das expressões dessa nova posição dos assistentes sociais é a incorporação de uma nova reflexão ética, a partir do início da década de 1980, que têm na teoria crítica marxiana seus fundamentos ontológicos.

Considera-se, como marco dessa perspectiva, o Código de Ética de 1993 que traduz a incorporação de novos princípios para a atuação profissional dos assistentes sociais e associa a possibilidade da emancipação plena dos indivíduos sociais à superação da ordem burguesa (GUEDES, 2007). Observa-se que a sociabilidade burguesa reveste-se de aspectos avessos a esta perspectiva de emancipação e seus valores recaem na discriminação de classe, gênero e etnia. Contudo, a referida reflexão associa à perspectiva emancipatória princípios como a defesa da cidadania, da democracia, dos direitos sociais e da igualdade real.

Destaca-se, portanto, que este posicionamento expresso sobre a forma de um documento legal, um código de ética, configurando-se como uma das bases do projeto profissional, denominado Projeto Ético-Político<sup>1</sup>, constitui um grande desafio para os profissionais devido a sua contraposição ao projeto hegemônico burguês em sua “direção clara anti-capitalista e anti-conservadora” (MOREIRA et al., 2006). Além disso, a construção deste projeto ético-político é um processo contínuo e tensionado por seus agentes que, como sujeitos sociais que compõem uma categoria profissional, representam posicionamentos ideopolíticos diversos, não homogêneos, cujos interesses podem, inclusive, ser adversos.

Frente a isto, este estudo parte da defesa da necessária superação do tradicionalismo ideopolítico, referenciado neste estudo como conservadorismo, que naturaliza valores, regras e sentidos morais, a partir do vínculo com a manutenção e preservação da ordem societária vigente. Segundo Netto (2001, p.117-8), tal expressão, quando referida à profissão, se remete à “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada” dos profissionais que, buscando corrigir “resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis”,

---

<sup>1</sup> Vale ressaltar que o projeto ético-político profissional se materializa num conjunto de normativas da profissão: Código de Ética, Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social e Lei de Regulamentação Profissional. O Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais a que nos referimos, foi instituído através da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS - nº273 de 13 de março de 1993.

justificam suas ações ancorando-se em uma concepção “idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável”.

Uma primeira motivação, para a pesquisa que ora se apresenta sob forma de dissertação, nasceu de uma pesquisa anterior<sup>2</sup>, na qual observaram-se elementos deste conservadorismo por meio de uma discussão acerca da ordem patriarcal de gênero<sup>3</sup>. Foram estudadas, nessa pesquisa, questões relacionadas ao universo de mulheres cujos filhos praticaram atos infracionais e foram sentenciados ao cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de Londrina - Pr. São mulheres que, em busca do apoio das políticas sociais, foram atendidas por profissionais que trabalham com famílias como assistentes sociais, psicólogos, advogados e outros. Em seus depoimentos acerca desse atendimento, observaram-se elementos de atuações profissionais carregadas de juízos de valor e que tendiam a ratificar o fenômeno de responsabilização e culpabilização da figura materna pelo ato infracional praticado pelo adolescente. Essas mulheres se depararam com questionamentos relativos à falência ou incapacidade na execução de seu papel tradicional na família: papel de cuidadora.

Frente a essas constatações e considerando os avanços das reflexões éticas no Serviço Social, sobretudo a partir do projeto ético-político, cabe questionar: que perspectiva ideo-política orienta estes profissionais no trabalhado com famílias? Esta perspectiva tende a romper com o conservadorismo? Qual a compreensão que os assistentes sociais têm sobre a ordem patriarcal de gênero? Destaca-se que através da discussão da ordem patriarcal de gênero, que fundamentou a pesquisa anterior, foi possível chegar à questão que se aproxima do objeto da pesquisa que ora se apresenta: há elementos de continuidade e ruptura dos assistentes sociais com o conservadorismo, na interpretação que os mesmos fazem sobre o trabalho que desenvolvem com as famílias?

Para Netto (2009), menosprezar ou reduzir as implicações de uma tal continuidade, que afeta medularmente o Serviço Social, não contribui para a compreensão da profissão. A análise dessas implicações, nesta pesquisa, centra-se na interpretação do trabalho com famílias. Vale justificar que o relevo dado a esta interpretação se dá pelo fato do Serviço

---

<sup>2</sup> BERALDO, Vívian. Mulher, mãe de adolescente em prática de ato infracional. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Trabalho Social com Famílias). Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Sócio-econômicos/ Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, Londrina, 2009.

<sup>3</sup> Cabe-nos elucidar que o uso da expressão *ordem patriarcal de gênero* nos permite referenciar relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, entre as categorias de sexo. A mesma diz respeito a uma determinada estrutura de poder, constituída nos últimos milênios da história, cujas relações de dominação-exploração situam as mulheres abaixo dos homens, em todas as áreas da convivência humana (SAFFIOTI, 2004).

Social, em toda sua trajetória histórica, eleger a família como objeto privilegiado de sua intervenção (NEDER, 1996 apud MIOTO, 2004). Por outro lado, o trabalho com famílias ganha relevância na análise do exercício profissional dos assistentes sociais, na medida em que sua funcionalidade relaciona-se à funcionalidade das políticas sociais e estas têm centrado suas atenções nas famílias, tanto em instituições de caráter público, quanto privado.

Diante dessa questão, a perspectiva metodológica, orientadora da pesquisa que ora se apresenta, caracteriza-se como uma abordagem qualitativa por se direcionar ao “universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”, enfim, ao “mundo das relações, das representações, das intencionalidades” que envolvem estes agentes (MINAYO, 2009, p. 21).

A pesquisa refere-se, em última instância, à análise de uma profissão e, segundo Iamamoto e Carvalho (1996), dois são os ângulos indissociáveis sob os quais se deve considerar a análise de uma profissão, a saber:

[...] a realidade vivida e representada na e pela **consciência de seus agentes profissionais** expressa pelo discurso teórico-ideológico sobre o exercício profissional; a atuação profissional como atividade socialmente determinada pelas **circunstâncias sociais objetivas** que conferem uma direção social à prática profissional, o que condiciona e mesmo ultrapassa a vontade e/ou consciência de seus agentes individuais (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 73, grifo nosso).

Esse estudo considera estes dois ângulos, mas centra-se na interpretação que os assistentes sociais constroem a respeito de suas práticas profissionais junto às famílias, a partir de dois grandes eixos teóricos: um que se refere ao binômio conservadorismo e ruptura e outro à família. Um dos fundamentos teóricos que sustenta a construção desses eixos é a relação histórica entre patriarcado e capitalismo. Parte-se da premissa que o exercício de desvelar a lógica contraditória desta relação é fundamental para uma categoria profissional que se propõe a construir um projeto profissional orientado, entre outros princípios, pela construção de uma ordem societária sem qualquer tipo de dominação, entre elas de gênero, classe social e raça/etnia. Além disso, a este fundamento acrescenta-se a análise de aspectos da trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil que evidenciam o marco conservador, entre seus marcos teórico-metodológicos, e a consolidação de uma perspectiva de ruptura com este marco.

Na perspectiva de totalidade, pretende-se alcançar os objetivos pela particularização das determinações para além da imediaticidade. Em outros termos, pretende-se considerar a interpretação do exercício profissional dos assistentes sociais junto às famílias,

mas também ir além e buscar o conhecimento de suas conexões, contradições e de suas relações com as determinações mais amplas e complexas. Pretende-se apreender como tais determinações interferem no exercício profissional dos assistentes sociais e como estes se relacionam com estas determinações, numa sociedade de classes, num país periférico, em que destacamos sua atuação com as famílias.

De acordo com Pontes (2000), trata-se de um campo de mediações, um espaço analítico-operacional de síntese de determinações pelo movimento dialético de singularizar o universal e, fazer o caminho inverso, universalizar o singular, que, no caso, nega o estabelecido como “verdade” e busca desvelar as forças e processos que determinam a gênese e o modo de ser do Serviço Social. Desta forma, busca-se apreender interpretações sobre a atuação profissional do assistente social na trajetória sócio-histórica do Serviço Social no Brasil, pois, “a profissão e o conhecimento que a ilumina se explicam no movimento histórico da sociedade” (YAZBEK, 2009a, p. 1). Destarte, esta pesquisa será guiada pela perspectiva materialista histórica, partindo da premissa que a análise de aspectos constitutivos de uma dada realidade social nos remete, necessariamente, à sua gênese.

Constitui objetivo geral deste estudo, identificar elementos de continuidade e ruptura com o conservadorismo ético na interpretação que assistentes sociais apresentam sobre sua atuação profissional junto às famílias. Os objetivos específicos que dele derivam são: analisar o posicionamento ideopolítico que direcionou o trabalho com famílias exercido pelos primeiros assistentes sociais brasileiros; identificar a compreensão de família e o posicionamento ideopolítico que fundamentam o exercício profissional dos assistentes sociais na contemporaneidade; identificar, na tradução que os assistentes sociais fazem sobre a família e sobre o trabalho desenvolvem junto às famílias, aspectos que evidenciam uma orientação teórico-metodológica fundada na crítica à sociabilidade burguesa e a desigualdade de classe e gênero a ela inerente.

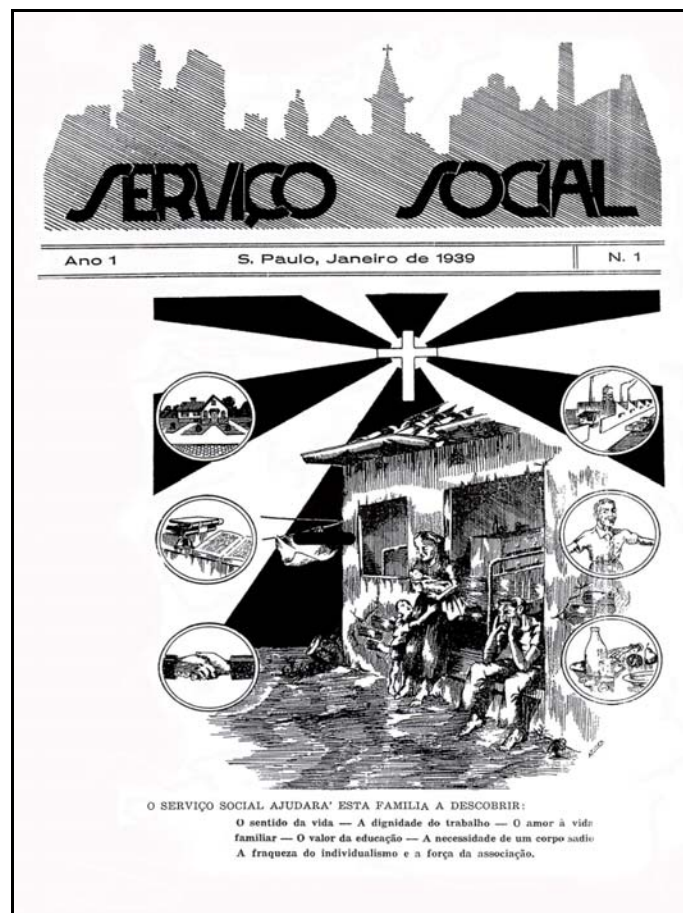
A primeira parte da pesquisa centrou-se no estudo de elementos constitutivos da análise que os assistentes sociais brasileiros<sup>4</sup>, faziam sobre o trabalho com famílias na gênese e no período de consolidação do Serviço Social no Brasil. O procedimento metodológico utilizado para esse estudo foi revisão bibliográfica e esta, num primeiro

---

<sup>4</sup> Referimo-nos a assistentes sociais, homens e mulheres, advindos das primeiras turmas diplomadas em Serviço Social no Brasil, como Albertina Ferreira Ramos, Anna Marie de Vuyst, Aylda Faria da Silva Pereira, Francisco de Paula Ferreira, Guiomar Urbina Telles, Helena Iracy Junqueira, José Pinheiro Cortez, Luis Carlos Mancini, Maria Kiehl, Mario G. Reis, Nadir Gouvêa Kfoury, Tolstoi de Paula Ferreira e Ugo G. Malheiros. Além desses profissionais, consideramos também a análise de outros expoentes acerca do tema como os padres Roberto Saboia de Medeiros S. J., José Gomes Bueno S. J., Aldo M. Azevedo, P. Joseph Lebret O. P. e M. L'Abbé J. Van Roey.

momento, delimitou-se à leitura de textos escritos e publicados por órgãos informativos do Serviço Social no período de 1936 a 1955. Buscou-se identificar o que os assistentes sociais, daquele período, se propunham a alcançar no trabalho com famílias. Para orientar essa identificação, elencaram-se aspectos destacados no primeiro número do periódico abaixo referenciado (Figura 1 - capa da Revista Serviço Social, n. 1, ano 1, 1939): ajudar a família “a descobrir o sentido da vida; a dignidade do trabalho, o amor à vida familiar; o valor da educação; a necessidade de um corpo sadio; a fraqueza do individualismo e a força da associação”. Esses aspectos orientaram o exercício profissional dos primeiros assistentes sociais brasileiros no trabalho com famílias e concorreram para a análise de fatores ideopolíticos, sob os quais se idealizou e consolidou o projeto profissional do Serviço Social no período em questão.

**Figura 1** - Revista Serviço Social



Para possibilitar a análise desses fatores ideopolíticos, foram eleitas algumas categorias: aspectos sócio-históricos relacionados à gênese do Serviço Social no Brasil e a idealização e consolidação do projeto profissional dos primeiros assistentes sociais; aspectos

ideopolíticos do conservadorismo cristão; atribuição e naturalização de distintos papéis sociais em decorrência do sexo, moralização da “questão social” e culpabilização dos indivíduos pelos problemas sociais. Tratou-se de referenciar o período em que o Serviço Social nasceu e foi reconhecido pelo Estado como profissão, cuja tradição conservadora caracterizou a construção ideopolítica que norteou o exercício profissional dos assistentes sociais com famílias.

No terceiro capítulo, as categorias se constituíram pela compreensão dos assistentes sociais contemporâneos acerca do trabalho com famílias, como: a interpretação dos vínculos e projetos familiares, a interpretação da direção ideopolítica de suas ações, encaminhamentos e cuidados voltados à viabilização das políticas de atendimento às famílias e a análise das refrações da “questão social”.

Não obstante, conforme Minayo (2004), o objeto de estudo da pesquisa qualitativa é histórico e, portanto complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação, por isso propõe-se dialogar com o conhecimento já comunicado sobre o tema no sentido de complementar as discussões já acumuladas. Nesta perspectiva apresenta-se o terceiro percurso desta pesquisa: a utilização da técnica do grupo focal. Entende-se esta como uma técnica de aprofundamento de interpretações e compreensões pela interação e discussão dos participantes. Vale salientar que, segundo Barbour (2009, p. 56), “os grupos focais são ótimos para nos permitir estudar o processo de formação de atitudes e os mecanismos envolvidos na interrogação e modificação de visões”.

Quanto ao universo, optou-se por profissionais com emprego no município de Londrina, haja vista a facilidade e eficácia com relação ao acesso. Com vistas a possibilitar a partilha de percepções a todos os participantes e obter diversidade de percepções (OLIVEIRA; FREITAS, 2010), elencou-se um número de doze assistentes sociais, os quais receberam o convite para participar da pesquisa. Entretanto, contou-se com o comparecimento de cinco destes convidados.

Os critérios de escolha destes profissionais foram: disponibilidade e concordância do profissional para a participação no grupo; área de atuação; grande incidência de trabalho com famílias no cotidiano profissional. Cabe informar que elegeu-se profissionais advindos dos diversos espaços ocupacionais, como os vinculados à Política de Assistência Social, o campo Sóciojurídico, à área de Saúde e outros. O encontro do grupo foi realizado na Universidade Estadual de Londrina, mediante concordância, conforme Anexo A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os convidados, sujeitos da pesquisa, também foram

consultados quanto à gravação de áudio da discussão, sendo preservado o seu anonimato quando da análise do material empírico e redação da presente dissertação.

Para mobilização da discussão do grupo em torno do tema, “trabalho com famílias”, utilizou-se material de apoio, como trechos de depoimentos que tratam do exercício profissional dos assistentes sociais, conforme Anexo B – “Guia de Temas e Questões para Grupo Focal”. As categorias que subsidiaram a análise das interpretações sobre família emergidas no grupo foram: permanência de aspectos ideopolíticos do conservadorismo ético na análise do trabalho com famílias; atribuição e naturalização de distintos papéis sociais em decorrência do sexo; continuidade ou ruptura na tendência de culpabilizar as mães ou os pais pelas dificuldades diversas vivenciadas por membros da família, análise das refrações da “questão social” no âmbito familiar; tendência de atribuir à família a responsabilidade pela socialização de seus membros.

A abordagem do material empírico considera tais categorias e é orientada por análise de conteúdo, cuja estratégia de aprofundamento contribui com a “descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (GOMES, 2009 apud MINAYO, 2009, p. 84). Esta pesquisa volta-se, portanto, ao necessário desenvolvimento de ações profissionais movidas pela criticidade e superação das bases sexistas, racistas e classistas que regem a sociabilidade burguesa.

## **2 PRIMEIRAS INCURSÕES DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO TRABALHO COM FAMÍLIAS: ELEMENTOS DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO NA GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL**

Para compreender o surgimento e legitimação do Serviço Social no Brasil, há que se considerar, em primeiro lugar, o panorama mais amplo das condições sócio-históricas que o antecederam. Portanto, parte-se da década de 1920 em que o país não conseguia efetivar importações, em virtude do quadro sócio-histórico que se configura em decorrência da Primeira Guerra Mundial. Destaca-se, neste quadro, o aprofundamento da industrialização e a aceleração da urbanização.

A partir da formação da classe operária e da conseqüente reorganização do modo de vida, novas demandas sociais foram se evidenciando de forma a provocar a mobilização pela garantia de direitos. Nesse período, a classe proprietária dos meios de produção limitou-se a explorar a força de trabalho tornada mercadoria, enquanto as condições necessárias à reprodução desta foram imputadas aos próprios operários e suas famílias, conforme Iamamoto e Carvalho (1996).

Suas condições de vida apresentavam-se angustiantes. Ocupavam bairros insalubres, casas infectas sem água, luz, esgoto, empresas sem condições de higiene e, ainda, obtinham salários ínfimos após extensas jornadas de trabalho. Sem direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei. Também não contavam com garantia empregatícia ou contrato coletivo, suas necessidades de ensino e cultura dependiam de iniciativas próprias da caridade ou filantropia.

Neste contexto, abriu-se, à Igreja Católica, um campo de intervenção na dinâmica social<sup>5</sup> para a qual foi necessário recrutar “uma aristocracia intelectual”. O objetivo se constituiu na implementação de um projeto de restauração de sua ação normativa sobre a sociedade, no sentido de reconquistar sua hegemonia e influência social entre uma série de setores, que outrora monopolizava quase absolutamente. E o Estado, necessitando do apoio e da força disciplinadora da Igreja, estreitou laços com esta procurando mostrar sua solidariedade com determinadas medidas, como a oficialização do ensino do catolicismo nas escolas. A partir daí, a Igreja se lançou à mobilização da opinião pública católica e à

---

<sup>5</sup> Vale lembrar que, no período da República Velha (1889-1930), com a separação entre Estado e Igreja, esta perdeu um conjunto de privilégios, sobretudo relacionados a assuntos sociais e educacionais. Segundo Della Cava (1975, p. 10, grifos do autor), esse período se constituiu numa exceção no que tange a subsistência do catolicismo como “religião oficial *de facto* do Estado, da nação e das elites dominantes”.

reorganização do laicato, por meio de um projeto de cristianização da ordem burguesa na pretensão de exorcizá-la de seu conteúdo liberal (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996).

Concomitantemente, para garantir e ampliar suas condições de existência, os operários dependiam da venda diária de sua força de trabalho, de sua mulher e filhos, e da luta com a classe capitalista, tendo em vista que as condições de vida supracitadas provocaram um amplo exército industrial reserva e o rebaixamento dos salários.

Neste cenário, os operários começaram a se mobilizar, entretanto, num primeiro momento suas organizações se restringiram ao próprio meio. Organizaram as Ligas Operárias que, sem ainda representar grandes movimentos de resistência organizada, caracterizaram-se pela defesa de interesses comuns no âmbito corporativo. Essas ligas se desenvolveram por meio das Sociedades de Resistência e Sindicatos e, posteriormente, através dos Congressos Operários e Confederações Operárias, caracterizados pela combatividade. Contudo, esse movimento não conseguiu estabelecer laços politicamente legítimos com outros segmentos da sociedade e se deteve ao embate direto com o patronato.

As ligeiras melhoras alcançadas em suas lutas cotidianas não esconderam o extraordinário crescimento de sua miséria relativa e a constante repressão por parte do empresariado que manteve o confronto com os sindicatos, buscando impedir que a arbitragem do conflito saísse da esfera policial. Por outro lado, apenas a repressão não foi suficiente para o controle das reivindicações dos operários. Apontou-se, então, a responsabilidade do Estado em promover mecanismos de socialização desses operários, a partir de um padrão ético-moral que os ajustassem à interiorização da ordem capitalista industrial. Dentre esses mecanismos estava uma política assistencialista que dispunha serviços assistenciais e benefícios condicionados ao bom comportamento diante de greves e a uma vida pessoal regrada. Em que pese apareça sob uma aura paternalista e benemérita, trata-se de uma atividade extremamente racionalizada, que buscou aliar controle social ao incremento da produtividade e aumento da taxa de exploração.

Assim, a relação antagônica estabelecida entre burguesia e proletariado começou a ameaçar à ordem social, o que demandou o controle e regulação jurídica por parte do Estado. Este período caracteriza-se, portanto, como um período de acirramento das expressões da “questão social”, por meio do qual se potencializaram as contradições fundamentais da ordem do capital, em decorrência da exploração exercida pelos capitalistas e da luta dos operários no cenário político. Desta maneira, tal processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil alterou não apenas sua estrutura econômica, mas também sua estrutura social e política.

No país, este processo ocorreu a partir de sua particularidade histórica. Trata-se do período da República das Oligarquias, na República Velha, em que a exportação do café constituiu o núcleo central da acumulação, representando 70% do Produto Interno Bruto. As oligarquias constituídas por grandes proprietários de terras exerceram o monopólio do poder e controlaram econômica e politicamente o país em prol de seus interesses. Na direção do aparelho do Estado, a burguesia cafeeira implantou a política de valorização do café, já que a superprodução mundial acarretou a queda dos preços e colocou os produtores em crise. E, com a política dos governadores e a política do café-com-leite garantiu-se a permanência e revezamento de governadores e presidentes, representantes deste grupo nos estados de São Paulo e Minas Gerais, a partir de acordos políticos, do coronelismo, do voto do cabresto e até fraudes<sup>6</sup>. Entretanto, esta política, priorizando o interesse deste grupo, acabou por prejudicar a economia do país e provocar o descontentamento de outros estratos. Tal configuração, associada à tensão da luta proletária, acirrou as contradições entre setor industrial e a burguesia ligada ao complexo cafeeiro.

Conforme Iamamoto e Carvalho (1996), a burguesia cafeeira se via constantemente acossada por outras parcelas das classes dominantes e também pelas classes dominadas. Com a queda da bolsa de Nova York, em 1929, e a conseqüente crise mundial, acelera-se o surgimento das condições objetivas que possibilitaram o fim de sua supremacia. Além disso, os representantes políticos desta classe passaram a abandonar a política de defesa de preços e subsídios que os beneficiavam, aglutinando-se às oligarquias regionais não vinculadas à economia cafeeira, aos setores do aparelho do Estado e à fração majoritária das classes médias urbanas, que reclamavam o alargamento da base social do regime, a fim de assegurar área de influência para defesa de seus interesses econômicos.

Os autores supracitados (p. 153) informam, ainda, que em decorrência dessas alterações nas relações entre as classes dominantes, ocasionou-se uma “crise de hegemonia”, pois nenhuma classe possuía condições de se legitimar “no domínio exclusivo do aparelho do Estado ou de traçar um projeto com o qual pudesse integrar ou articular em torno de seus interesses os demais setores sociais através de uma obrigação política consensual”. Desta forma, abre-se espaço para formação de uma coalizão heterogênea sob a bandeira da diversificação do aparato produtivo e da reforma política, que desencadeou o movimento político-militar de 1930, pondo fim à República Velha. Entende-se, segundo Behring e Boschetti (2009), que este movimento foi uma espécie de quartelada, um levante que resultou

---

<sup>6</sup> Uma análise deste contexto encontra-se em Boris Fausto (1997).

na tomada do poder por Getúlio Vargas. As autoras situam esse movimento no âmbito de uma nova direção no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas e não como uma revolução burguesa no Brasil, conforme sugerem muitos historiadores.

A partir destes fatos, cristalizou-se o “Estado de compromisso”, cuja tendência foi canalizar para si as contradições econômicas e sociais do desenvolvimento do capitalismo. Não se tratou de substituir a classe social no poder ou de constituir um bloco hegemônico diferente do anterior, mas de conciliar interesses divergentes de grupos que disputavam a supremacia, no sentido de repolitizar e disciplinar os setores populares, e de preservar as formas de produção e acumulação, o que veio a beneficiar um novo pólo hegemônico, o setor industrial. É nesta perspectiva que se consolidou o necessário reconhecimento da cidadania do proletariado.

Esse segmento começou a ser considerado em meio ao cenário de redefinição das relações do Estado com as diferentes classes sociais. Vinculado a uma estrutura corporativista, o Estado assumiu o objetivo de contribuir com a expansão da acumulação por meio da intensificação da exploração da força de trabalho. Entendia-se ser necessário fomentar o projeto de integração e desorganização do movimento operário pela via da repressão à mobilização e organização política sindical autônoma apoiado numa campanha ideológica. Iamamoto e Carvalho (1996) inferem que essa campanha reiterou pontos comuns e obscureceu a clivagem de classes sociais. Afirmou o mito do Estado acima das classes e representativo dos interesses gerais da sociedade, da harmonia social, benfeitor e protetor do trabalho. Esta noção estava presente na interpretação do trabalho como virtude universal do homem, atividade criadora de riquezas e do desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, o capital seria fruto do trabalho do capitalista e cada trabalhador seria um patrão em potencial; os trabalhadores estariam naturalmente unidos, solidariamente devido ao trabalho.

Se por um lado, em função da conjuntura eleitoral, houve a abertura do espaço político, que veio a fortalecer o sindicalismo autônomo, por outro, instituiu-se uma repressão sem precedentes e a percepção, por parte das frações da burguesia, que um projeto comum de dominação seria necessário para o controle do movimento das classes subalternas. É neste contexto que se transitou para a implantação do Estado Novo, no período 1935 a 1937, em que nasceu a primeira escola de Serviço Social e um primeiro delineamento do exercício profissional do assistente social junto às famílias, prioritariamente às famílias dos operários.

Neste período, concomitantemente à expansão da produção industrial, intensificou-se a exploração da força de trabalho, a repressão dos componentes autônomos

dos movimentos reivindicatórios e a intervenção do Estado no mercado de trabalho a fim de subsidiá-lo, como por meio de medidas legais impeditivas do crescimento dos salários. Além disso, através da repressão e tortura, buscou-se bloquear a já reduzida capacidade de reivindicação dos sindicatos operários.

Por outro lado, o Estado passou a responder paulatinamente às pressões para reconhecer o proletariado como classe social e promulgar leis e políticas sociais. Por meio da Legislação Social, abriu a possibilidade de reconhecimento da cidadania do proletariado, obscurecendo a clivagem de classe que o orientava, por meio da pretensão de atendimento a todos os setores da sociedade. Dinamizou-se o desenvolvimento de instituições assistenciais e previdenciárias, cujo desdobramento foi a legitimação e institucionalização do mercado de trabalho para os assistentes sociais, por meio da oferta de empregos a eles destinada.

Segundo Netto (2009), o deslocamento destes agentes ao mercado de trabalho lhes coloca na condição de assalariados e altera o significado social de sua ação que passa a ter um novo sentido na reprodução das relações sociais. Trata-se de um processo complexo e independente da autorrepresentação destes agentes que compreendiam suas atividades como exteriores à lógica de mercado e as valorizavam no âmbito do trabalho voluntário. Por meio desse deslocamento, o conjunto destes agentes se laiciza, rompendo com as agências em que se desenvolveram as protoformas do Serviço Social, contudo, concomitantemente, conservam o referencial ideal de origem e as práticas a ele conectadas.

Por outro lado, o significado da profissão passou a ser apreendido em sua relação com as políticas sociais, vinculadas às instituições supracitadas, pois o papel profissional, requerido aos profissionais que atuavam junto às políticas sociais, se coadunava ao posicionamento ideopolítico dos assistentes sociais. Assim, o processo de surgimento e desenvolvimento das políticas sociais é também o processo de legitimação e institucionalização da profissão, de acordo com Iamamoto e Carvalho (1996). Os autores informam ainda que, neste processo, o Serviço Social representava uma atividade profundamente marcada por sua origem católica e vinculada a frações de classe que monopolizavam o ensino e a prática da profissão.

Destaca-se, neste contexto, a interpretação das mulheres no cenário político e sua participação em ações direcionadas às famílias. O Estado, reconhecendo o potencial do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, faz um chamado especial para que

elas cumpram seu papel cívico, fazendo frente aos problemas sociais, devido à participação do país no conflito mundial<sup>7</sup>.

Conciliando com seu papel na família, uma parcela das mulheres da elite, se envolveu em ações assistencialistas na LBA (Legião Brasileira de Assistência) com o intuito de prestar cuidados às famílias. Estas ações de cunho político condiziam com os afazeres tradicionalmente femininos: prestavam serviços de amparo moral e material aos soldados e seus familiares, ministravam cursos de costura e culinária a outras mulheres, cuidavam de crianças carentes, jovens “infratores” e idosos abandonados. Conforme Alves e Lira (2010), o acesso das mulheres ao espaço público foi administrado e legitimado pelo Estado através de sua participação política na “assistência e cuidado da Pátria”.

Cabe ressaltar ainda que, no contexto mundial, o capitalismo havia atingido seu estágio imperialista, buscando maximizar lucros e controlar os mercados dos centros urbanos. Segundo Netto (2009) tal quadro implicou numa série de fenômenos, como na elevação da concentração de renda nas mãos dos capitalistas, no desemprego, exigindo a regulação do Estado sobre a “questão social”.

Assim, o Estado sofreu uma refuncionalização, um redimensionamento de seu papel: suas funções políticas passam a se imbricar às econômicas, de modo a defender os interesses dos monopólios. Neste sentido, a generalização e institucionalização dos direitos sociais passam a interessar enquanto intervenção sistemática, na medida em que contribuem com a legitimação do Estado nestes moldes. Trata-se de uma dinâmica contraditória, mas que, segundo Netto (2009), é permeável às demandas das classes subalternas, posto que, a partir de um processo de tensionamento, a “questão social” se põe como alvo de políticas públicas.

A partir desse panorama, configuram-se as condições para abertura de novos espaços ocupacionais na divisão sócio-técnica do trabalho, gerando a necessidade de agentes técnicos especializados, dentro os quais os assistentes sociais. Cumpre-nos, portanto, analisar os principais fundamentos que orientaram o exercício profissional desses profissionais junto às famílias.

---

<sup>7</sup> Devido a sua participação na Segunda Guerra Mundial, o Estado buscou o apoio político da população por meio de campanhas e propagandas educativas nos meios de comunicação, direcionando-se a mobilização de um esforço e cooperação do povo brasileiro para guerra.

## 2.1 ALGUNS FUNDAMENTOS DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Para a análise dos principais fundamentos que orientaram os primeiros assistentes sociais no trabalho com famílias, optou-se, nesta pesquisa, pela identificação dos objetivos assumidos por estes profissionais, dentre os quais se destaca: “ajudar a família a descobrir o sentido da vida<sup>8</sup>”. Para entender a interpretação desses profissionais acerca do “sentido da vida” foi necessário analisar a concepção de homem e sociedade inerente ao projeto profissional que eles defendiam. Identificou-se que tal projeto possuía um caráter moralizador e que se pautava pelo projeto de reforma social proposto pela Igreja Católica.

Neste âmbito, vale salientar, de acordo com Netto (2009), que o arcabouço ideológico do Serviço Social é sincrético em toda sua evolução profissional e vai além da influência católica. O autor defende que para compreender o desenvolvimento da profissão é fundamental considerar os diversos componentes ideológicos que interagiram para compor seu referencial cultural e distinguir duas linhas ideológicas, a europeia e a norte-americana. Os componentes dessas duas linhas se mesclam num “arranjo teórico-doutrinário”, conforme denomina Yamamoto (2000), e passam a constituir o caldo cultural da profissão.

A linha norte-americana vinculava-se à Tradição Positivista<sup>9</sup>, por meio da absorção de sua orientação funcionalista. Quanto a essa tradição, para o fim ao qual se propõe este estudo, cabe ressaltar apenas três características. Conforme Yazbek (2009a, p. 4-5), aborda as relações sociais em sua objetividade e imediaticidade; “não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se para ajustes e conservação”. E, por fim, o aspecto da analogia efetuada entre a estrutura social e o organismo biológico, tendo em vista a redução das esferas do conhecimento humano ao âmbito das ciências naturais. Além disso, cabe sinalizar que sua principal expoente, no Serviço Social norte-americano, foi Mary Ellen Richmond, cuja influência incidiu, aliada fundamentalmente às determinações conjunturais de sua época, sobre a sistematização e institucionalização do ensino da profissão (NERY, 1996).

Já a linha europeia vinculava-se ao projeto social da Igreja Católica. Esse projeto e a perspectiva filosófica a ele vinculada, o humanismo cristão, podem ser observados nas reflexões teóricas dos assistentes sociais acerca de seu exercício profissional, desde a gênese da profissão até meados da década de 1960. Apresentam-se, então, alguns componentes desse projeto.

---

<sup>8</sup> Conforme Figura 1 exposta na introdução deste trabalho.

<sup>9</sup> A Tradição Positivista, segundo Nery (1996), refere-se ao substrato ideológico através do qual a ordem burguesa garante a perpetuação de seus valores. Esta ordem aparece como superadora das ordens sociais anteriores, atingindo seu mais alto grau de processualidade, não cabendo mais superações.

### 2.1.1 COMPONENTES IDEOPOLÍTICOS VINCULADOS AO PROJETO MORALIZADOR DA IGREJA CATÓLICA

A Ação Católica Brasileira, criada em 1935, segundo Aguiar (1989), compôs o principal instrumento para implementar o projeto da Igreja, sendo formada por leigos que pretendiam salvar almas pelo apostolado na abordagem dos problemas sociais sob a perspectiva da moralidade. Vale destacar que as primeiras instituições sociais do Brasil eram compostas por mulheres como, por exemplo, a Associação das Senhoras Brasileiras no Rio de Janeiro (1920) e a Liga das Senhoras Católicas em São Paulo (1932).

As grandes diretrizes desse projeto eram vinculadas às Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Essas se destacavam como documentos em que se expunha o posicionamento da Igreja Católica quanto à “questão social”, tratada sob a via da restauração moral da sociedade por meio da adesão às diretrizes propostas por ela mesma.

Posicionando-se contrária aos valores modernos, a Igreja Católica apresentou elementos do pensamento conservador romântico que, a partir do Iluminismo, surgiu na Europa como uma reação ao mundo capitalista, no sentido de recuperar, no nível de compreensão reflexiva e cognitiva, atitudes e modos de vida de origem religiosa que haviam sido contidos. A sociedade medieval passou a ser lembrada saudosamente como modelo ideal de organização social e fonte de inspiração para combater, no plano da moralidade, a instabilidade inerente ao individualismo e a desorganização advinda da adesão social das ideias de progresso, igualdade, direitos do indivíduo e soberania popular (NISBET apud MARTINS, 1981).

Vale destacar que, no contexto medieval, a moral<sup>10</sup> garantiu a fixidez do *status quo*. Foi um contexto em que a Igreja Católica, na companhia de outros proprietários de terras, ocupou posição de prestígio na pirâmide hierárquica que caracterizou a estrutura social. Segundo Vázquez (2002), em que pese esta moral fosse impregnada de conteúdo religioso (o que ocasionou certa unidade moral da sociedade), verificava-se uma pluralidade de códigos morais que atendiam aos interesses dos indivíduos advindos das camadas mais altas. Os nobres, por exemplo, cultuavam a honra e virtudes cavalheirescas e, em contrapartida, se

---

<sup>10</sup> De acordo com Vázquez (2002), entende-se por moral um conjunto de normas que regulam as relações dos indivíduos numa comunidade. Assim, ao se referir ao comportamento do homem - que é histórico, por natureza - a moral, seu significado, função e validade também variam historicamente nas diferentes sociedades. Esta exige certa consciência da relação com a coletividade para que o homem possa se comportar de acordo com as normas que o governam.

ocupavam de práticas desprezíveis - aceitas moralmente - como façanhas cruéis na guerra, hipocrisia, traição, felonias, “direito de pernada”<sup>11</sup> ou de impedir as núpcias de uma serva ou inclusive violentá-la. Partia-se da premissa que estes naturalmente, ou seja, por motivo de sangue, teriam qualidades morais, ao passo que aos servos, não era possível ter uma vida moral neste mundo. Essa só lhes era possível no plano espiritual pela igualdade e dignidade que a religião lhes oferecia.

Com a superação das rígidas divisões sociais em estamentos e corporações e a introdução do capitalismo, diluiu-se a rigidez moral que caracterizou a sociedade medieval e novas formas de sociabilidade se desenvolveram. A economia passou a ser regida pela lei do máximo lucro que, por sua vez, criou uma moral própria pautada no espírito de posse, egoísmo, hipocrisia, cinismo e individualismo exacerbado. Assim, a moralidade passou a ser usada para justificar a opressão e reforçar os interesses de um modo de produção fundado na mais-valia (alheia aos verdadeiros interesses humanos e de classe do operário).

Entretanto, Vázquez (2002) identifica o crescimento da consciência dos interesses da coletividade e o surgimento de uma consciência reflexiva com relação à própria individualidade. Ele enfatiza que outrora a sociabilidade erigida sob um modo de produção fundado em ações primárias (caça e coleta) não deixava a possibilidade de decisão pessoal, de responsabilidade pessoal, visto que os indivíduos sociais encontravam-se totalmente limitados em prol da coletividade. São inegáveis, segundo o autor, as possibilidades da autonomia, ainda que sobre a ênfase do extremo individualismo da sociabilidade burguesa.

A defesa da autonomia e da razão, a partir do mundo moderno e sob a égide do capitalismo, ameaçou a soberania da Igreja, assim, infere-se que esta tenha se posicionado avessa à moral moderna devido às transformações na estrutura social, decorrente do contexto econômico-social. Por isso defendeu a hierarquia e rigidez da moral feudal necessária àquele modo de produção, sem entender que o movimento histórico impunha um novo cenário, uma nova sociabilidade.

Com base nessa perspectiva conservadora e eminentemente política e ideológica, em princípios de 1932 - por iniciativa das Cônegas Regulares de Santo Agostinho e sob a direção de Mademoiselle Adèle de Loneaux (professora na Ecole Catholique de Servece Social de Bruxelas) - criou-se o Centro de Estudos e Ação Social que a organizou cursos de base, semanas de estudos e cursos intensivos aos católicos interessadas nos problemas sociais. Na expressão de seus agentes, tratava-se de uma preocupação com as

---

<sup>11</sup> “Direito feudal que atribuía ao senhor o desfrute da noiva, antes do marido, no dia das núpcias, sempre que se realizava um casamento entre seus servos” (VÁZQUEZ, 2002, p. 46).

famílias e acreditava-se que, através da prática “educativa”, seria possível “estimular nas jovens operárias o amor ao lar para o cumprimento de seus deveres [...]; despertar-lhes o espírito de apostolado da classe pela classe, com a noção de responsabilidade que lhes incumbem nesse terreno” (KIEHL apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p.175).

Configuravam-se, assim, os marcos iniciais do projeto profissional dos primeiros assistentes sociais vinculado ao posicionamento ideopolítico da Igreja Católica e capturado pelas exigências de controle político e ideológico traduzido na institucionalização de ações assistenciais por parte do Estado, como já salientado neste estudo.

Observa-se, pela leitura dos textos escritos pelos primeiros assistentes sociais, a consonância entre os ideais desses profissionais e os da Igreja Católica. A exemplo disto, Mancini (1940b) assinala uma distorção vinculada ao ideário liberal, uma “total inversão na hierarquia de valores”, posto que o sentido da sociedade convertera-se na busca dos interesses individuais em detrimento do bem comum e da compreensão do homem que caracterizou a sociedade medieval. Por este entendimento, distanciando-se da verdade e de Deus, o homem moderno estaria passando por um processo de “mutilação”, a partir da ênfase no progresso materialista e nas coisas sensíveis em detrimento aos valores humanos e eternos. Para Mancini (1940b), esta inversão teria incorrido numa série de “erros modernos” que revelaram o desvio da sociedade em executar seu papel: ajudar a *pessoa humana* a cumprir seu “destino supremo”.

A pessoa humana, conforme Maritain<sup>12</sup>, é toda substância que possui uma “coisa divina”, um “espírito”, uma “alma espiritual imortal”. Cada pessoa é “um mundo espiritual e moral, que [...] não é uma parte deste universo [...]” (apud GILLARD<sup>13</sup>, 1939, p. 31). O homem, compreendido como filho de Deus, seria constituído pelo corpo (substância física, material) e pela alma (substância atemporal, espiritual). Assim, ao se enfatizar a necessária ajuda à pessoa humana, os primeiros assistentes sociais se filiavam ao *neotomismo*<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> Jacques Maritain (1882/1973) foi um importante filósofo francês do século XX. De orientação católica, dedicou-se à retomada da filosofia tomista. Sua importância para o Serviço Social se refere à identificação com a proposta do “humanismo integral” (humanismo cristão) que, critica o liberalismo e o comunismo, idealizando uma terceira via em que o capitalismo se adapte aos moldes de uma sociedade cristã, conforme introdução deste capítulo.

<sup>13</sup> Conforme Guedes (2000), Marie-Louise Gillard foi protagonista do Serviço Social na Bélgica. Texto mimeo. Disponível na Biblioteca “Nadir Kfourir”, PUC-SP.

<sup>14</sup> O *neotomismo* se refere ao movimento de retorno à filosofia de São Tomás de Aquino (séc. XII), cujas teses defendidas se aderiam à perspectiva cristã, metafísica e ao entendimento do homem como pessoa humana. Tais pressupostos são incorporados pelo Serviço Social, sobretudo, por meio do ideário franco-belga de ação social que, de acordo com Yazbek (2009a), se refere à retomada do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica. O neotomismo de Maritain destaca-se por preconizar “a necessidade da construção de um modelo societário erigido por um ‘capitalismo justo e solidário’” (GUEDES, 2000, p. 4).

Na doutrina cristã, o mundo é constituído por duas ordens: uma natural, de dimensão material, física e outra sobrenatural, de dimensão espiritual, atemporal. A primeira se refere às obrigações do homem para com o trabalho e para com outros homens através da filantropia, humanitarismo e senso social. Compreendida como transcendente, a ordem sobrenatural se refere às obrigações de caridade e de justiça geral entre os homens em obediência ao chamado de Deus, cujo propósito é a conversão dos “incapazes”, na perspectiva do amor e da graça (GILLARD, 1939). Desta forma, a sociedade era entendida como a união moral dos homens, cuja finalidade seria propiciar a realização humana em duas esferas: esfera temporal, que visa o bem comum para conservar a vida, se desenvolver; e esfera atemporal, que visa o bem eterno, a terra prometida e a salvação da alma (JUNQUEIRA, 1954; PEREIRA, 1944).

Acreditava-se que a necessidade do homem de viver em sociedade vinculava-se à própria natureza da pessoa humana, tendo em vista a ordem sobrenatural, desconsiderando, assim, toda trajetória histórica da humanidade. Por esta via, a pessoa humana teria prioridade sobre a sociedade, podendo condicionar até mesmo o Estado, pois o próprio bem comum como fim deste, somente seria legítimo se respeitasse os direitos inalienáveis da pessoa humana. O ideal humano, dizia Mancini (1940b, p.7), é superior ao ideal político, assim “deve-se ser mais homem que cidadão”.

Por outro lado observa-se um posicionamento contrário à doutrina comunista<sup>15</sup>, interpretando que por esta perspectiva a sociedade teria prioridade sobre o indivíduo, enquanto o Estado assumiria papel de árbitro, negando, assim, o papel social da família e a própria existência de Deus, devido a sua fundamentação materialista. Ferreira (1946, p. 85) descreve o comunismo como um regime ditatorial inviável, um regime destruidor sistemático da família, cujo intuito seria transformar crianças e o futuro do homem em peças e instrumento da maquinaria do Estado, a partir de uma “filosofia política de sabor totalitário”, como o fascismo e o nazismo. Contrariando a natureza humana, este regime paralisaria a razão, asfixiaria a inteligência, escravizaria os homens e tolheria sua liberdade. Azevedo (1947) acreditava que uma sociedade pautada nessas bases não favoreceria a felicidade e o aperfeiçoamento da pessoa humana, mas sim a despersonalização e massificação do povo sob o título deturpado de sociedade democrática.

---

<sup>15</sup> Na REVISTA SERVIÇO SOCIAL, v. 7, n. 44, de 1947, publicou-se o artigo “Por que eu não sou comunista?” em que Aldo Azevedo afirma que os fundamentos filosóficos do comunismo seriam adversos aos fundamentos do catolicismo e, portanto, adversos ao posicionamento dos assistentes sociais.

A crítica que os assistentes sociais faziam das ideias marxistas era construída a partir da relação entre o bem e o mal, conforme se pode observar nas palavras de Medeiros (1953). Este explicita que as greves e manifestações por melhores condições de trabalho do operariado, influenciadas pelas ideias míopes da dialética, representavam a opção pelo caminho do mal, do furor e da revolução. Inferia-se tratar de um “golpe nas tradições” que poderia levar o homem à “liquidação”, dizia ele. Verbaliza que a mudança na forma de organização sócioeconômica não possibilitaria a superação da crise, mas isso se daria pela conversão, redenção e assimilação. O comunismo representava, então, um sistema determinista, moralmente inaceitável, em que os fins justificariam os meios e prevaleceria a violência.

O posicionamento defendido neste estudo considera que, no curso da história, as tentativas de organização sócioeconômicas sobre outras bases que não as capitalistas, não devem ser tomadas como exemplo para julgar a validade de uma organização diferente. Tal conjectura, apresentada pelos primeiros assistentes sociais e ainda muito em voga, não considera que estas experiências não vieram acompanhadas de uma ruptura com a atual estrutura capitalista. Portanto, há que se questionar tal argumento.

Assim evidencia-se que, em que pese haja naquele momento histórico uma reação dos movimentos sociais ao liberalismo, sob a égide das ideias marxistas, no sentido de instaurar um novo regime sócioeconômico, não é por este caminho que seguiram a Igreja Católica e os assistentes sociais. Esses faziam referência a uma *terceira via*, uma idealização da sociedade que seria constituída por um conjunto de engrenagens harmônicas entre si, tendo por objetivo auxiliar os indivíduos a chegarem ao seu fim supratemporal (BUENO S. J, 1955).

O homem - entendido como ser social incompleto que necessita da sociedade para se aperfeiçoar e se realizar enquanto pessoa humana - deveria optar pela solidariedade e pelo espírito de sacrifício, a fim de evitar o conflito entre as classes sociais, tendo em vista o bem comum. Segundo Gillard (1939, p. 41), a paz social deveria “ser procurada tanto quanto os remédios para os sofrimentos individuais e para fraquezas das coletividades”. Mesmo a custa de sacrifícios, o homem deveria servir à sociedade e a sociedade também deveria se sacrificar em prol do bem imediato de um determinado grupo. Ferreira (1946) denomina este modelo de “ordem social cristã ou democracia cristã”, a única forma de organização social capaz de restaurar a sociedade.

Um dos princípios dos assistentes sociais era a compreensão do homem como ser social, cuja fundamentação também compõe o rol de argumentos utilizados para sustentar a responsabilização dos indivíduos pelo fracasso social. Pautavam-se na ideia de

sociedades, famílias, grupos, comunidades enquanto sistemas organizados e articulados que determinavam o bem-estar individual e o geral. A convivência humana, a interação, a organização e a cooperação eram vistas como fenômenos naturais, mas também como responsabilidade das partes, a partir do sentimento e comunhão que daria consciência à vida social.

Por este motivo, enfatizavam a força da associação da comunidade, da mobilização de recursos humanos e materiais advindos das populações como meios estratégicos no enfrentamento dos problemas sociais (MANCINI, 1940a; 1953). A exemplo disso, Junqueira (1954) sugere o método self-help (ajuda mútua) e relata que os resultados insatisfatórios do Serviço Social de Comunidade eram decorrentes da “falta de amadurecimento da comunidade”, falta de espírito coletivo das instituições e falta de mentalidade social por parte de outros profissionais.

Trata-se de uma doutrina que propõe a reposição hierarquizada dos valores humanos e sociais em que a pessoa humana é considerada valor soberano a qualquer outro valor temporal. Analisando o artigo “Serviço Social para a Democracia” de Francisco de Paula Ferreira (1946), observa-se que o conceito de ordem ou democracia cristã se fundamenta não só na organização hierarquizada de valores, mas na hierarquização da sociedade em classes sociais. Quanto à desigualdade social que rege as relações sociais na sociedade moderna, há uma desvinculação de sua dimensão histórica, como se o lugar que os grupos sociais ocupam fossem dados pela natureza em nome do bem comum e da liberdade de ação de todas as classes. Telles (1939, p. 1) trabalha essa ideia em seu artigo “A Ordem Social” e explicita que se trata de “um arranjo das coisas de tal maneira que cada uma tenha o lugar que convém”.

Para possibilitar este modelo, esses assistentes sociais acreditavam ser necessário o retorno ao sistema sociopolítico das corporações de ofício medievais, em que a economia e as demais dimensões da vida humana eram orientadas pelas leis morais e pela religião garantindo o domínio político tanto da Igreja quanto dos proprietários de terras. Evidencia-se, então, um dos principais aspectos ideológicos e políticos deste posicionamento: a defesa dos interesses de classe, não a partir da superação do modelo capitalista, mas sim da sua reforma, pautando-se no sistema hierárquico vigente na sociedade medieval que se caracteriza pela harmonia entre as classes sociais. O modelo agrícola daquele período se aproximava relativamente do modelo posto na Idade Média, contudo não remetia a sua estrutura de poder. Com a vinda das famílias para as cidades se desenvolvia a perspectiva da

autonomia dos indivíduos e da liberdade de consumo, não mais sob aquela rígida delimitação moral e dependência.

Observa-se, portanto que, a divisão social em classes hierárquicas e o direito à propriedade privada não são questionados pela Igreja e pelos assistentes sociais. Temia-se justamente o questionamento destes e a perda de sua posição privilegiada, pois a moral dominante - que outrora favorecia a classe detentora das terras - agora favorece os proprietários dos meios de produção.

Os primeiros grupos que vieram a se tornar assistentes sociais, conforme Yamamoto e Carvalho (1996, p. 170), eram, em geral, compostos por mulheres advindas de famílias que integravam a grande burguesia paulista e carioca. Desta forma, consoante aos seus interesses de classe, estas mulheres defendiam a manutenção da propriedade privada, pois esta era entendida como um “direito natural” para alcance do bem individual e coletivo. Dizia Telles (1940a) que a “ordem natural” é que o homem possua, já que a função social da propriedade privada era entendida como submetida e ordenada à expansão da pessoa humana (VAN ROEY, 1955).

Telles (1940a, grifo nosso) infere ainda que o princípio que rege a questão da propriedade e do regime de bens é que estes são destinados a prover as necessidades de todos e cada um dos homens através do salário, *fruto do trabalho*. Nesta perspectiva, o trabalho é imperativo de Deus, não um castigo, mas um meio de se atingir a ultrafinalidade transcendente de servir a Deus e ao bem comum. Este seria dignificante, o princípio fundamental da economia, produtor de bens de consumo e instrumentos que facilitariam a obtenção de riquezas e da propriedade (AZEVEDO, 1947).

Além disso, a autora faz referência a Santo Tomás de Aquino para afirmar que, sem a propriedade pessoal, emergiriam da sociedade a discórdia, preguiça, falta de progresso e invenção. Sendo assim, não haveria cuidado dos bens da terra, nem organização harmoniosa da produção, nem paz social, enquanto condição de progresso. Evidencia-se que, a partir desta análise, se confere um caráter natural à propriedade privada, como um direito dado por Deus em consequência do trabalho e não pela perspectiva defendida neste estudo: como uma construção social fundamentada na desigualdade, mas com possibilidade de ser transformada no curso da história.

Nesta análise, o princípio da igualdade entre os homens não estava relacionada às relações sociais, à forma de organização social e à apropriação da propriedade privada, mas referia-se a igualdade de todos perante Deus, que deveria prevalecer sobre todas as diferenças (VAN ROEY, 1955).

## 2.1.2 A CENTRALIDADE DA FAMÍLIA E DAS MULHERES NA IDEALIZAÇÃO DE UMA SOCIEDADE HARMÔNICA

Em sua atuação profissional, os primeiros assistentes sociais delegavam grande importância à família e a referenciavam, conforme Junqueira (1943, p. 46), como “centro de interesse básico” do Serviço Social; uma “instituição natural”, cujo padrão de organização representava a resposta da natureza à necessidade de sobrevivência humana (PEREIRA, 1944; CORTEZ, 1952; AZEVEDO, 1947).

Este padrão de organização se referia à família mononuclear, entendida como criação e projeção de Deus para dar “frutos materiais e morais”, figurada pela família de Cristo. O estudo de Philippe Ariès, “História Social da Criança e da Família”, a partir de iconografia de obras de arte europeias, apresenta o surgimento do “sentimento da família”, de exaltação e devoção em relação à vida familiar a partir dos séculos XV e XVI, que veio a originar a família nuclear burguesa na sociedade moderna. Em uma das obras analisadas (Bénédictine de Lebrun) o autor percebe uma representação da família de Cristo e infere que “todas as famílias eram convidadas a considerar a Sagrada Família como seu modelo” (1981, p. 151).

Trata-se de um modelo de família composto pelo pai, mãe e filhos, inaugurado a partir do surgimento do casamento monogâmico, em que se estabelecem relações de poder e cuidado, pautadas na estrutura patriarcal<sup>16</sup>, em que a construção da identidade social dos indivíduos se dá a partir da atribuição de distintos papéis a serem desempenhados, de acordo com o sexo (SAFFIOTI, 1987). Destaca-se neste âmbito que a monogamia se baseia no predomínio do homem, de acordo com Engels (2010), e surge a partir de sua necessidade de procriar filhos, cuja paternidade seja indiscutível, para um dia serem seus herdeiros. Não se trata de reconciliação entre o homem e a mulher, ao contrário, surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro. Isto porque se caracteriza pelo dever de castidade e fidelidade da mulher, ao passo que o homem tem o direito à infidelidade conjugal. Assim, dizia Engels (2010, p. 84, grifos do autor), a monogamia é “*só para a mulher e não para o homem*”.

---

<sup>16</sup> Segundo Saffioti, o patriarcado se refere a um contrato sexual, um pacto desigual entre homens e mulheres, no qual se “troca obediência por proteção” (2004, p. 128). Essa “proteção” destinada à mulher, entretanto, significa sua exploração-dominação. Destaca-se que este conceito possibilita acentuar que se trata de relações de poder, pautadas no controle e no medo de um sexo pelo outro.

No Brasil, este modelo começa a ser demandado no período da “Proclamação da República” devido às importantes modernizações introduzidas no país. Segundo a historiadora Neder (1998), neste período, evocava-se o padrão de organização burguês, com a família nuclear, moderna, sob a influência das novas práticas de sociabilidade, inspiradas nos modismos da *belle-époque* francesa e do conservadorismo moralista vigente no reinado da Rainha Vitória na Inglaterra. Assim, diante da demanda pela manutenção do controle social e político, devido ao fim do trabalho escravo, se instaura um processo de mudanças requerendo uma “nova família”, capaz de assumir a função de moralizar e dar suporte a seus membros, com o intuito de favorecer o desenvolvimento da nação nos moldes capitalistas.

Azevedo retrata esta perspectiva de família quando acentua as “virtudes” da vida familiar:

Nela se encontra o **princípio da hierarquia social**, na autoridade paterna; nela aprendemos o **princípio do amor ao próximo**, na feição natural que sentimos pelos que nos cercam; nela se evidencia o **princípio da divisão do trabalho**, na diferenciação que se observa desde logo entre seus membros; nela somos educados inclinados a socorrer uns aos outros, mesmo ao custo de alto sacrifício (AZEVEDO, 1947, p. 74, grifo nosso).

Este ideário se harmonizava perfeitamente à ideologia sobre a qual veio a se erigir o modo de produção capitalista. Segundo Azevedo (1947), a família era vista como “núcleo miniatura da sociedade”, assim, partindo desta afirmação, entende-se que os princípios referentes à família, também poderiam ser aceitáveis quando aplicados à sociedade. Engels (2010, p.90) concorda que realmente a família monogâmica é um “quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade”, contudo interpreta criticamente o modelo familiar em questão, afirmando que a primeira opressão de classes surge com a opressão do sexo feminino pelo masculino.

A noção de hierarquia fundada na autoridade paterna, mencionada na citação de Azevedo e considerada elemento próprio da família, se pode remeter à aceitação da sociedade organizada a partir da dominação de uma classe social sobre outra. Conforme relata o Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, entendia-se que toda autoridade era advinda de Deus. Na família a autoridade estava centralizada no homem, “pai de família”, assim, por este motivo, a autoridade paterna não deveria ser abolida, já que teria origem comum à vida humana. Neste sentido, cabia os assistentes sociais e ao Estado respeitar a autoridade familiar e às desigualdades postas entre os sexos. Pereira (1944, p. 98-9) explicita que a natureza do Serviço Social continha “o respeito ao princípio de autoridade, a proteção à família como

instituição natural e a defesa de todos os direitos daí decorrentes, sobretudo, no que concerne à educação da prole”. Da mesma maneira, o Estado poderia intervir quando necessário, a fim de proteger a família e defender os direitos de seus membros, contudo a natureza (ou a justiça natural) estabelecia limites para não se ferir a autoridade paterna.

Além disso, ainda sobre a citação de Azevedo, destaca-se a noção da divisão de papéis entre homem e mulher na família, que também se pode remeter à aceitação da divisão sexual do trabalho em todos os âmbitos da sociedade capitalista, inclusive no mercado de trabalho. Cabe colocar que, de acordo com Kergoat (2003, p. 55), “a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo”. A mesma se rege por dois princípios organizadores: o *princípio da separação*, que delega distintos trabalhos aos sexos; e o *princípio da hierarquização*, cujo trabalho dos homens “vale” mais que o trabalho das mulheres.

Maria Angeles Duran (1983) salienta ainda a invisibilidade quanto ao valor econômico do trabalho exercido pelas donas-de-casa, pois esta compreensão do trabalho doméstico permite compreendê-lo como exercício natural das mulheres e não com caráter de trabalho, que contribui produtiva e financeiramente com as famílias e, portanto, remunerável. Segundo esta autora:

A dona-de-casa maneja objetos cujo valor de uso transforma, depositando neles seu trabalho e aumentando seu valor. Seu trabalho de transformação material de bens é tão necessário que uma greve geral das donas-de-casa produziria um desabamento imediato de toda a economia. É um trabalho coletivamente necessário e não faz sentido catalogá-lo como produtivo ou improdutivo, sobretudo quando na linguagem comum se tende a equiparar o produtivo com o necessário ou com o útil. **Não existe nenhum trabalho tão necessário em nossa economia como o das donas-de-casa e nas condições atuais, a divisão das tarefas que elas fazem, entre os trabalhadores da economia exterior, requereria uma massa de trabalhadores três vezes maior do que o número atual de trabalhadoras nas economias domésticas** (DURAN, 1983, p. 20-21, grifos da autora).

Na Encíclica *Rerum Novarum* (1891), o Papa Leão XIII afirma que há trabalhos que não se:

[...] adaptam tanto à mulher, a qual a natureza destina de preferência aos arranjos domésticos, que, por outro lado, salvaguardam admiravelmente a honestidade do sexo, e correspondem melhor, pela sua natureza, ao que pede a boa educação dos filhos e a prosperidade da família.

Nesta perspectiva, o papel requerido às mulheres é o de ser o esteio moral da família e da sociedade, através da educação dos filhos e do suporte ao marido, por isso o

seu lugar, por excelência, seria o espaço doméstico e suas tarefas, as relacionados ao lar e à família. A destinação das mulheres ao espaço doméstico é justificada por sua capacidade de ser mãe. Assim, a “nova mulher” deveria ser educada para ser educadora dos filhos e para ser o suporte do homem, a fim de que este pudesse trabalhar fora de casa. Essa demanda pelo papel de *mulher-suporte* chama a atenção, no sentido de que sua finalidade social está direcionada à função estratégica da educação, que ocupava lugar fundamental para o ideal de “ordem e progresso”, e à demanda pela manutenção da exclusão das massas de ex-escravos recém libertos.

A luz da perspectiva de cidadania, este acesso das mulheres à educação não é um instrumento de inter-relação com o espaço público, ao contrário, é essencialmente direcionado à sua função social no espaço doméstico, junto à família, ao marido, aos filhos. A divisão dos espaços público-privados fica bastante evidente na restrição da *cidadania ativa*, pois as mulheres não tinham o direito de participação cívica, sendo representadas pelos maridos, em companhia de crianças, “loucos”, mendigos, analfabetos e índios. Na Constituição de 1891, a *cidadania ativa* compreendia o direito de votar e ocupar cargos públicos e se destinava aos homens alfabetizados maiores de vinte e um anos (CAULFIELD, 2000). Além disso, até a década de 1960, para realizar atividade remunerada fora de casa, as mulheres deveriam solicitar o consentimento de seus maridos (SAFFIOTI, 2004).

Por outro lado, quanto ao homem, acreditava-se que a natureza lhe impunha não somente o “dever sagrado de alimentar e sustentar seus filhos”, mas também o de cuidar do futuro destes, garantindo-lhes a herança de seu patrimônio, a partir de seu direito à propriedade privada. O Padre José Gomes Bueno S. J. (1955) propôs, na época, que os estagiários do curso de Serviço Social deveriam receber remuneração, contudo confere prioridade aos do sexo masculino, tendo em vista seu papel na família.

A responsabilidade de subsistência familiar destinada ao sexo masculino também é explicitada no artigo de Telles (1940a) e nas Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931). Segundo Telles (1940a), ao homem, enquanto “chefe da família”, seria facultado adquirir propriedade pessoal, devido a sua responsabilidade familiar. Como já mencionado, o direito à propriedade privada estava relacionado à sobrevivência, à satisfação das necessidades humanas e sociais, devendo ser garantido pelos empregadores ao operariado, com o intuito de evitar a adesão a doutrinas subversivas.

Por este motivo, segundo Saffioti (1987, p. 24), ao homem, provedor do lar, “não lhe é permitido fracassar”; este deve ter êxito econômico independente do número de

empregos oferecidos pela economia nacional. Entretanto, destaca-se que ao homem é permitido realizar-se no espaço público, espaço dos “iguais”, da liberdade, como indivíduo autônomo.

Os homens são pensados como indivíduos e não numa relação de complementariedade. As mulheres, ao que parece, não conseguem individualizar-se, a não ser de forma sexuada, isto é: não como indivíduos, mas como indivíduos mulheres, que escapam pois ao caráter universal do conceito de indivíduo, e portanto, de cidadão (LAVINAS, 1997, p. 180).

Conforme Izquierdo (1990), as esferas da sobrevivência e da transcendência são dissociadas, diferenciando a forma pela qual homens e mulheres satisfazem suas necessidades, o meio pelo qual as satisfazem e a forma como se relacionam para alcançar este fim. A distribuição de responsabilidades é alheia a vontade das pessoas, contudo, essas esferas são uma matriz fundamental, uma mesma realidade única e indivisível, não dicotômica, já que uma esfera sem a outra é alienada e perde o sentido.

Em *A Questão Judaica*<sup>17</sup>, Marx (2000, p. 41, grifos do autor) considera que no Estado Moderno, há uma separação entre Estado político e sociedade civil, e que o primeiro serve como mediador entre o homem e sua liberdade. Na relação entre Estado político e sociedade civil, o homem só é reconhecido nos direitos humanos que representam os “direitos do *membro da sociedade burguesa*, do homem egoísta, do homem separado do homem e da comunidade”, cujo discurso mascara a exploração e a dominação<sup>18</sup> da sociedade capitalista.

Neste contexto, a liberdade é o direito do interesse pessoal em que o homem pode desfrutar de seu patrimônio sem atender aos demais homens. É o direito do homem a dissociar-se do seu semelhante que fundamenta a sociedade burguesa. Assim, dissocia-se direito do homem e direito do cidadão, cindindo a própria essência humana. Trata-se da emancipação política (consagrada quando o Estado desloca a religião à sociedade burguesa) que dissocia o homem em homem público e homem privado, homem político e homem natural. O homem público, político é o membro da sociedade burguesa, indivíduo egoísta independente e o homem privado, natural é o cidadão do Estado, a pessoa moral.

---

<sup>17</sup> Nesta obra de 1844, Marx dedica-se ao debate com Bruno Bauer sobre a emancipação política do povo judeu. Em contraposição a este autor, Marx interpreta que esta análise deve superar sua conotação teológica que infere uma contraposição religiosa entre judeus e Estado cristão. Critica a religião, pois a entende como instrumento alienador do Estado burguês. Entretanto, discordando de Bauer, não acredita que sua supressão seja necessária à emancipação política dos indivíduos, mas sim a laicização do Estado. Assim, o destaque é direcionado à emancipação humana que implica na superação do cidadão abstrato, cindido na relação, entre Estado e sociedade civil, imposta pela sociabilidade burguesa.

<sup>18</sup> Pogrebinski, 2007.

Baseando-se na análise de Marx, Pogrebinski (2007) afirma que a emancipação humana só é possível com uma verdadeira democracia, com a superação da abstração que a essência do homem se tornou, sendo compreendido como indivíduo isolado da espécie e não como um ser genérico. A emancipação surge com a “fusão entre as esferas política e social, no momento do reencontro entre o indivíduo egoísta da sociedade civil e o cidadão abstrato do Estado [...] quando não há mais separação entre o homem e o cidadão, todas as questões sociais tornam-se também questões políticas, e vice-versa” (POGREBINSCHI, 2007, p. 61).

O ideário de família, neste contexto de cisão da essência humana, era consoante aos preceitos da Igreja Católica e dos assistentes sociais, pois se harmonizava “perfeitamente com aqueles conceitos fundamentais essencialmente apropriados ao Homem, criatura de Deus, Pessoa moral, ser familiar” e se pautava nas relações de comunhão e hierarquia entre seus membros (AZEVEDO, 1947). Não obstante, estes elementos poderiam ser usados para justificar “o caráter altamente repressivo desta estrutura familiar, reprodutora das normas de disciplinamento e controle social (sexual) ditadas pela Igreja” (NEDER, 1998, p. 29). Os primeiros assistentes sociais brasileiros, com construções subjetivas erigidas nessa realidade, sobre esta teia de objetividades, assumem e arrogam-se para si o papel de portadores desse ideário.

É possível observar essa percepção da família pela seguinte ironização de Cortez:

Se alguém desejar fazer um juízo sobre nossa civilização e procurar um quadro que ponha a nu os aspectos mais trágicos, dificilmente, achará outro mais charmoso do que esse: uma mãe entregando seus filhos ao Estado para que este os crie, a fim de poder trabalhar como doméstica – como se a função de educá-los e formá-los fosse inferior ao serviço de cozinhar para terceiros (CORTEZ, 1952, p. 35).

Este posicionamento de Cortez censura a mulher por dois motivos: por solicitar amparo do Estado no cuidado de crianças; e por dar “preferência” a trabalho remunerado e deixar de executar seu papel de educadora dos filhos, como se houvesse escolha. Vale destacar aqui que, esta responsabilidade pelo cuidado do âmbito doméstico, impõe estereótipos e padrões de comportamento às mulheres, relacionados à subjetividade e à família. Badinter (1985) contribui com essa reflexão ao afirmar que o amor materno é um mito. A autora salienta que o discurso que atribui às mulheres uma propensão natural à maternidade foi construído historicamente, tornando-se parte do cotidiano das pessoas como algo, por vezes, inquestionável.

Faria e Nobre (1997, p. 10) discorrem sobre isso ao se remeter aos símbolos antagônicos criados socialmente: “Eva e Maria, bruxa e fada, mãe e madrasta. Essas definições propõem o que é bom para as mulheres e culpam-nas quando não respondem a esse padrão”. Kiehl (1939) demonstra claramente as características atribuídas aos homens e às mulheres nesta perspectiva:

Intelectualmente o homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior, para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes. A sensibilidade torna-a amável e compassiva. É, por isso, particularmente indicada a servir de intermediária, a estabelecer e manter relações (apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 175).

A construção social da identidade dos indivíduos, sob estas bases, se pauta em justificativas biologistas, que *naturalizam* os atributos como se estes fossem inatos, derivados de imposições da natureza e, conseqüentemente, imutáveis. Deste modo, elimina-se toda dimensão histórica, social e cultural da compreensão da família que pauta-se em uma estrutura de poder. Segundo Saffioti (2004), essa estrutura figura uma realidade resultante da fusão de três subestruturas enlaçadas e articuladas em “nó”: gênero, classe social e raça/etnia. Todas as esferas da vida social são perpassadas por esta estrutura que é presidida por uma lógica contraditória. Por este motivo importa pensar as relações sociais na sua simultaneidade, pois considerar somente a relação de dominação homem/mulher é insuficiente (KERGOAT, 1996).

Conforme já assinalado, a submissão das mulheres em relação aos homens e a supressão de sua liberdade individual tornam-se necessárias para assegurar a *harmonia* e preservação da família, pois a configuração moral desta, nestes moldes, interessava a manutenção das relações sociais estabelecidas e justificava a reprodução das relações hierarquizadas (CAULFIELD, 2000).

As famílias, constituídas sobre outros padrões que não o padrão moral católico, eram consideradas perigosas e propensas a adesão de doutrinas “subversivas” (VUYST, 1956). Assim, tal padrão de família impunha não somente formas sexistas de se relacionar e de constituir identidades, mas também um determinado arranjo de composição desta. Famílias constituídas por arranjos diversos do nuclear (pai, mãe e filhos) eram consideradas desestruturadas, incapazes de obter êxito no cumprimento de suas funções, produtoras dos problemas sociais e, por conseqüência, carentes de orientação.

[...] vejamos alguns casos [...] esta mãe que entregou o seu filho, declarando ter sido abandonada pelo marido, **precisaria apenas de uma orientação** para reconstruir o seu lar momentaneamente desfeito (RAMOS, 1940, p. 19-20, grifos nossos).

Por esta via, destaca-se uma invasão do âmbito privado, pois ação “educativa” exercida pelos assistentes sociais incidia sobre a maneira de ser, de sentir, de ver e de agir dos indivíduos, com objetivos que estes desconheciam: buscavam influenciá-los e adequá-los aos padrões legitimados da vida social. Segundo Iamamoto e Carvalho (1996, p. 120, grifos nossos), a própria organização da produção:

[...] implica um novo tipo de socialização do trabalhador e de sua família, que afeta todo o seu cotidiano, de modo a adaptá-lo ao novo modo de vida e aos métodos do trabalho industrial. O capital busca estabelecer meios de **tutela e normatização da vida do trabalhador** fora da fábrica, **invadindo sua vida privada** [...] Aí, a coerção social deve ser habilmente articulada com a persuasão e o consenso, que dão a forma exterior ao uso intrínseco da força.

É possível compreender que o âmbito familiar somente é privado quando se trata de abarcar responsabilidades, pois quando se trata de comportamento, da moralidade, um determinado padrão é imposto. É neste sentido que o trabalho das mulheres passa a interessar não só no espaço doméstico, mas no espaço público em determinadas profissões que coadunam com o projeto de “socialização” das classes trabalhadoras. Observa-se que em determinado momento o trabalho das mulheres fora do ambiente doméstico é considerado um abuso, conforme se pode evidenciar na Encíclica *Quadragesimo Anno*:

As mães de família devem trabalhar em casa ou nas suas adjacências, dando-se aos cuidados domésticos. É um péssimo abuso, que deve a todo o custo cessar, o de as obrigar, por causa da mesquinhez do salário paterno, a ganharem a vida fora das paredes domésticas, descuidando os cuidados e deveres próprios e sobretudo a educação dos filhos.

Todavia, este “abuso” deixa de ser expresso, quando o trabalho das mulheres passa a ser requerido no espaço público pelo Estado e pela Igreja, na medida em que se propõe a implementar o projeto de moralização e controle do proletariado. Por esta via, o trabalho das mulheres fora de casa poderia ser aceitável desde que conciliado à maternidade e às responsabilidades domésticas, seu papel prioritário.

Segundo tese apresentada pelo CEAS, em 1933 (apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 176-77), a ação feminina social torna-se uma iniciativa “indispensável”, “legítima” e “explicável”, entendendo que, as mulheres, por dispor de tempo e meios, deveriam “auxiliar as classes mais fracas”, “ignorantes”. Ao contrário, entende-se

que essa ação acabou por contribuir com as classes mais “fortes” e “instruídas”, a partir da consciência do papel político das mulheres na preservação da ordem moral e social.

Iamamoto e Carvalho (1996) entendem que se abriu espaço para que as mulheres pudessem contribuir com os ideais políticos e ideológicos de sua classe, conferindo-lhes um sentimento de superioridade e tutela em relação ao proletariado. Os autores afirmam haver uma relação entre a forma de intervenção das assistentes sociais e a educação familiar e religiosa que obtiveram. A educação dessas “moças da sociedade” seria caracterizada por elementos de autoritarismo e castração, a saber: “recalque dos elementos materiais em função de valores espirituais, a vigilância e repressão em relação aos instintos, a infantilização [...] intransigência com o que consideravam irracional ou imoral no seu modo de vida” (1996, p. 224-5). Destarte, no âmbito da relação de uma classe com outra, infere-se que essas mulheres, subjugadas devido ao sexo, reproduziram o papel de subjugador no trato com as famílias operárias.

Ainda assim, o Serviço Social passa a constituir uma alternativa legítima de acesso ao espaço público, para as mulheres, no sentido de que seu trabalho se expande do ambiente familiar ao encontro dos interesses de classe. Entretanto, se trata de um espaço de trabalho condicionado ao viés de gênero, tendo em vista seu caráter secundário frente ao papel das mulheres na família e a “vocação natural” desta para as tarefas educativas e caridosas (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 175).

Desta forma, há que se considerar que o papel político desempenhado pelas assistentes sociais configurava-se a partir do apostolado proposto pela Igreja Católica e de uma estratégia de classe, limitando-se a idealização de uma atividade moralizadora das famílias operárias. Acentue-se que havia uma valorização da baixa remuneração, ou inexistência desta, já que a profissão não deveria atrair pessoas pouco generosas que pretendessem buscar no trabalho apenas um meio de vida. Acreditava-se que mais do que isso a profissão demandava profissionais que se dedicassem com desinteresse pessoal, pois ao contrário seu objeto seria desvirtuado se o profissional primasse mais pelas “vantagens” do que pelo ideal (KIEHL, 1939).

Por compreender a educação e a manutenção da ordem moral e social como missão pessoal das mulheres, conferiu-se ao Serviço Social um caráter de sub-profissão ou profissão complementar para que estas exercessem seu papel *natural* na sociedade. Assim, como instrumento no exercício das responsabilidades femininas, o Serviço Social não era reconhecido, pelas próprias assistentes sociais, como as demais profissões, como um meio de vida. Além disso, uma atividade feminina jamais deveria se igualar a atividade masculina,

conforme trecho do discurso de uma das primeiras assistentes sociais brasileiras, Lucy Pestana da Silva:

Uma corrente, procurando igualar o papel social feminino ao masculino, definiu-se de modo falso e errôneo. Ao seu lado, porém, outra mentalidade surgiu: a de formar a personalidade feminina, dando-lhe pleno desenvolvimento, tornando-a apta a cumprir de modo eficaz o seu papel no lar e fora dele [...] Se são muitas hoje as carreiras que se nos oferecem, não me parece feminino tomá-las indistintamente. **De acordo com sua natureza a mulher só poderá ser profissional numa carreira em que suas qualidades se desenvolvam, em que sua capacidade de dedicação, de devotamento seja exercida.** A mulher, e isto apesar de velho é descoberta recente, tem de ser mulher. Como educadora é reconhecida sua missão. Abre-nos agora também, com o movimento atual, mais um aspecto de atividade: o serviço social, que apresenta alguns setores especiais de atividade feminina (apud IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 176, grifos nossos).

Esta compreensão atribui às mulheres a missão de ser mulher, o que subjaz qualquer outro aspecto desta enquanto indivíduo, limitando seus espaços de ocupação no mercado de trabalho às funções tradicionalmente relacionadas ao âmbito feminino. As mulheres sequer teriam o direito ao crescimento profissional por meio da carreira no Serviço Social, devido ao fato de este estar destinado ao exercício de sua vocação, de seu ideal de vida junto às famílias do proletariado e, portanto, de não constituir mais que um dever pessoal.

Sobre tais prerrogativas, esses assistentes sociais direcionavam a intervenção profissional à classe trabalhadora, esta considerada incapaz de resistir aos agitadores que procuravam desviá-la e incitar-lhe o conflito com a classe oposta. Para Verdès-Leroux (1986, p. 14) estes profissionais tinham uma interpretação psicológica sobre o conflito entre as classes sociais que o reduzia à oposição estática entre abastados e desfavorecidos, entendendo que a classe operária não seria “capaz nem de assegurar a si mesma o bem-estar teoricamente acessível a todos, segundo os princípios do liberalismo, nem de assumir, por falta de estrutura moral, sua condição própria, pela adesão realista à ordem estabelecida”.

Entende-se que esta interpretação pretendia educar a classe operária para harmonizar a sociedade, pois o “perigo social” advinha do comportamento desta. Entende-se que por esta perspectiva, além de *psicologizar os problemas sociais*, há a psicologização das relações sociais já que:

[...] implica um novo tipo de relacionamento “personalizado” entre o indivíduo e as instituições próprias da ordem monopólica que se não se mostram aptas para solucionar as refrações da “questão social” que o afetam, são suficientemente lábeis para entrelaçar, nos “serviços” que oferecem e executam, desde indução comportamental até os

conteúdos econômico-sociais mais salientes da ordem monopólica – num exercício que se constitui em verdadeira “pedagogia” psicossocial, voltada para sincronizar as impulsões individuais e os papéis sociais propiciados aos protagonistas (NETTO, 2009, p. 42).

Não obstante, as condições materiais de existência da classe operária são desconsideradas ao se idealizar a elevação desta a um nível desejável, no plano individual, por meio da “imposição de uma hegemonia cultural” e moral em benefício da classe dominante. Destarte, a individualização das refrações da “questão social”, esta concebida como sendo *externa* às instituições da sociedade burguesa, sofre um movimento que a *deseconomiza* e, portanto, a desistoriza (NETTO, 2009).

Trata-se de uma perspectiva idealista figurada por um modo de intervenção autoritário pautado na fiscalização moral do comportamento das famílias, com vistas a seu domínio e ajustamento à *ordem social*. É exemplar aqui a atuação destes profissionais no SESI (Serviço Social Industrial) - instituição mantida e operada por associações industriais a partir de 1946 - que, para prestar “assistência, assessoria, recreação e instrução” aos operários, direcionou grande parte de sua atenção às famílias destes. Segundo a historiadora Weinstein (1995), os assistentes sociais do SESI supervisionavam as condições de vida das famílias e aconselhavam as mulheres na administração de questões do âmbito doméstico. Donzelot (1980, p. 39), referindo-se aos escritos de Jules Simon, infere o papel da mulher como instrumento de perpetuação das famílias operárias. Para ele, a partir da segunda metade do século XIX, descobriu-se que:

[...] a mulher, a mulher do lar, a mãe dedicada, é a salvação do homem, o instrumento privilegiado da civilização da classe operária. Basta moldá-la para este fim, fornecer-lhe a instrução necessária, inculca-lhe os elementos de uma tática do devotamento, para que consiga abafar o espírito de independência do operário.

De acordo com Verdès-Leroux (1986), os assistentes sociais estabeleciam contato, de fato, com mulheres e crianças. Sobre as mulheres convergiam uma série de empreendimentos educativos, como aprendizagem doméstica e puericultura, já que elas eram consideradas mais acessíveis, mas maleáveis que os homens. Além de recomendações diretas quanto ao uso dos recursos, limpeza e decoração da casa; a instituição oferecia cursos, destinados às estas mulheres da classe operária, com temáticas associadas à maternidade, ao casamento, enfim, às responsabilidades domésticas tradicionalmente imputadas as mesmas.

Oferecia também, com a mesma finalidade “educativa” claramente destinada às mulheres, duas revistas mensais: “Dona de Casa” e “SESI-Higiene”, vinculando

moralidade e higiene adequadas a uma vida saudável. Tais publicações partiam da premissa que vinculava o trabalho doméstico ao papel das mulheres, associando os problemas com a qualidade de vida dos lares, desnutrição, desentendimentos conjugais, e outros, ao fracasso destas frente as suas responsabilidades. A título de exemplo, entendia-se que se as donas de casa “adquirissem conhecimentos de arte culinária, nutrição e dieta [...] provavelmente não existiriam mais problemas derivados da deficiência nutricional” (SESI-Jornal apud WEINSTEIN, 1995). Segundo o presidente do SESI na época, Antônio Devisate, a incompetência doméstica das esposas era uma das principais causas de desentendimentos conjugais, ocasionando 90% dos casos de separação<sup>19</sup>.

Por esta perspectiva as famílias se destacavam como foco da atuação dos assistentes sociais, contudo as mulheres ganhavam ainda mais “notoriedade” pela reconfiguração de seu papel no interior destas, devido a emergência de sua participação no mercado de trabalho, o que acreditavam ser um dos principais fatores causadores dos problemas sociais. Trata-se da compreensão de cada indivíduo como ser capaz de autodeterminar-se e de determinar os meios de se introduzir no universo, assim a classe operária era responsabilizada pela miséria material e carência moral e por isso demandava tratamento social e educativo apropriados. Para melhor compreensão dessa atuação dos assistentes sociais junto às famílias, passamos ao princípio da autodeterminação.

### 2.1.3 O PRINCÍPIO DA AUTODETERMINAÇÃO: UMA TENDÊNCIA À RESPONSABILIZAÇÃO DO INDIVÍDUO PARA ALÉM DAS DETERMINAÇÕES MATERIAIS

Na perspectiva do neotomismo, a pessoa humana é dotada de *perfectibilidade*, característica que distingue o homem dos outros seres. Esta se manifesta por meio da *racionalidade*, sua capacidade intelectual que confere possibilidade de escolha, de saber e de ter vontade. Essas características culminam no direito de *dignidade*, entretanto este se justifica, principalmente, pela pessoa humana ser criatura de Deus, cujo fim último seria a vida eterna.

Por esta via, acredita-se que o homem desenvolva potencialidades, faz suas escolhas e, devido à *liberdade*, determina seus próprios caminhos. Esta ideia fundamenta o *princípio da autodeterminação*, a partir do qual se reconhece a liberdade como direito inalienável da pessoa humana. Segundo Biestek (1960), padre canadense que escreveu sobre o

---

<sup>19</sup> Idem.

Serviço Social de Caso, esta compreensão nasceu da convicção de que todos os homens são agentes livres por natureza, já que são portadores de uma habilidade inata para o autodeterminismo.

Segundo Aguiar (1989, p. 42), por meio desta compreensão entendia-se que “a inteligência, conhecendo os caminhos, tenderá a busca pela virtude, do bem [...] Mas isto depende de uma escolha do homem, não é uma vontade determinada”. Logo, “a questão da escolha é fundamental, pois sem liberdade é impossível colocar a dimensão da moralidade”. Sob este aspecto, a liberdade se refere à capacidade própria do homem de reflexão e decisão, contudo, segundo Biestek (1960), esta é limitada pela lei civil e moral de acordo com a capacidade do indivíduo em tomar decisões positivas e construtivas. Inferia-se que nem todos os indivíduos seriam capazes de tomar as decisões adequadas, assim este princípio deveria ser aplicado individualmente, a partir da avaliação do assistente social a respeito da capacidade do indivíduo. Para Maritain (apud GUEDES, 2000), o homem somente poderia realizar-se, enquanto pessoa humana, por meio de um comportamento ético que escolhesse superar o “mundo sensível” e buscasse o sentido da vida a partir de “motivos superiores”, vinculados a uma realidade metafísica.

Desta forma, a liberdade enquanto atributo da pessoa humana fundamentou a compreensão de que o homem seria responsável pela construção da história e resolução de seus problemas a partir de escolhas no âmbito individual. Van Roey (1955, p. 39) deixa clara esta ideia quando afirma que “cada problema, cada dificuldade que o homem encontra na vida, ainda que possamos classificar em uma categoria objetiva, é sempre pessoal. Afirmar o contrário é não só negar a liberdade individual, como também fazer de cada homem um número, em uma série de seres idênticos”.

Este raciocínio, que culmina no princípio da autodeterminação, justifica o entendimento de que todos os homens têm acesso às oportunidades necessárias para alcançar êxito e o fracasso social infere a incapacidade de aproveitamento destas devido à imperfeição humana. A compreensão de trabalho também sustenta esta perspectiva de responsabilização dos indivíduos pelo fracasso social, na medida em que, invariavelmente, por meio dele se torna possível obter o sucesso. Mancini (1953, p. 124).afirma que “cada indivíduo, cada grupo, cada comunidade está plenamente compenetrada de seu papel singular na sociedade total, certos de que o bem-estar não é um regalo dos deuses, mas um estado de que se goza na medida em que estivermos preparados para ele e nos esforçamos sinceramente para obtê-lo e conservá-lo”.

Portanto, com o exercício profissional dos assistentes sociais, buscou-se incentivar o trabalho como fonte de suprimento a todas as necessidades da família. A partir desta compreensão, cumpre-nos analisar o posicionamento ideopolítico que direcionou o trabalho com famílias exercido pelos primeiros assistentes sociais.

#### 2.1.4 O EXERCÍCIO PROFISSIONAL FRENTE À NECESSÁRIA MANUTENÇÃO DA ORDEM

Os problemas, tanto de ordem física, econômica, intelectual quanto moral, eram remetidos ao âmbito privado, pois seriam advindos de comportamentos “deficientes” de homens que não cumpriam seu papel na sociedade e, portanto, produziam o desequilíbrio social (PEREIRA, 1944). O homem que se enquadrasse nesse perfil era submetido a estigmas morais, sendo necessário “moldá-lo” para reintegração à ordem estabelecida.

Sempre houve e sempre haverá **fracos, doentes, anormais, inadaptados** que não poderão, de todo, ou somente em parte, fazer face às suas necessidades e que os outros deverão ajudar. Que estas deficiências sejam físicas, intelectuais e morais, que elas tenham sua **origem no próprio indivíduo ou numa desordem familiar** [...] (GILLARD, 1939, p. 11, grifo nosso).

Entendia-se que todos os tipos de males que afetavam a vida econômica e social eram provocados pelo homem, que devido ao pecado, tornou-se um ser imperfeito e introduziu problemas ao harmonioso funcionamento da sociedade (RAMOS, 1940). Devido à natureza pecaminosa do homem, a sociedade estaria fadada a apresentar falhas e defeitos, inclusive o desemprego seria consequência de um erro econômico que poderia ser evitável pelas corporações medievais. Por este motivo, o restabelecimento da paz e da *ordem social* somente seria possível por meio da reforma moral do homem, das famílias e dos grupos.

Cortez (1952, 1955) infere que tanto os problemas quanto a solução destes estariam na ação do “cliente” e a superação das dificuldades no âmbito da vontade dos indivíduos. Critica posicionamentos que deslocam a responsabilidade pela resolução dos problemas para outras estruturas, eximindo, assim, o Estado de seu papel. Entendia-se que a superação dos problemas pressupunha a mudança de hábitos dos “desajustados” e a conversão à moral cristã, consubstanciada na Doutrina Social da Igreja Católica, fonte de toda verdade.

Partia-se do pressuposto que esta instituição seria detentora da verdade e a mais habilitada para desempenhar a orientação dos homens que apresentassem comportamentos “desviantes”. Alguns autores como Ramos (1940), Pereira (1944), Telles (1940b), Tolstoi de Paula Ferreira e Van Roey (1955) argumentam que não há salvação para o

mundo longe da verdade que está consubstanciada na Doutrina Social da Igreja Católica. Esta é considerada a única alternativa correta para o homem.

Deste modo, esses assistentes sociais pretendiam criar condições espirituais e até materiais (como a garantia de condições básicas de existência) que favorecessem o desenvolvimento integral da personalidade dos indivíduos, sob o pressuposto de que estes pudessem ser prejudicados pelos efeitos da “questão social”. Deveriam agir nos domínios material, intelectual e moral, na formação da inteligência e vontade, que poderiam apresentar deficiências, trazer prejuízo às vítimas e repercutir na vitalidade de todos. Seu objeto se constituía no homem e as deficiências individuais e coletivas da sociedade (RAMOS, 1940). Assim, despertar consciências, atuar sobre mentalidades, orientar, formar e provocar o senso social figuravam os deveres do assistente social, de acordo com Ferreira (1946).

Neste sentido, o posicionamento dos primeiros assistentes sociais no trabalho com famílias se direcionou a melhorar as condições materiais de vida, formar intelectualmente e educar moralmente as massas, buscando garantir a preservação e o controle das classes trabalhadoras. Segundo Iamamoto e Carvalho (1996, p. 97) esse posicionamento tendia ao “reforço dos mecanismos do poder econômico, político e ideológico, no sentido de subordinar a população trabalhadora às diretrizes das classes dominantes em contraposição à sua organização livre e independente”. Pela via da coesão social, ancorada na perspectiva reformista de manutenção da ordem social supracitada, as famílias da classe operária tornaram-se alvo das políticas sociais e da atuação profissional dos assistentes sociais.

#### 2.1.5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUTOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Vinculados ao ideal de superioridade da verdade católica, acreditava-se que os assistentes sociais apresentavam potencialidades para a execução do referido projeto moralizador. Esses profissionais se dispunham a cooperar no sentido de regularizar a sociedade em seu andamento para o que entendiam ser necessário readaptar os indivíduos *estropiados a seu meio; remover as causas dos problemas, atacar as causas da miséria; tirar indivíduos de situações anormais* (PEREIRA, 1944). Destaca-se, entre essas potencialidades, a *vocação*, salientada por Mancini (1940a) como elemento imprescindível a todos os assistentes sociais.

Entendia-se por vocação qualidades inatas - impossíveis de serem desenvolvidas caso não se possuísse naturalmente -, “determinados dotes de personalidade” que possibilitariam um comportamento moral exemplar e a ausência de determinados defeitos

incompatíveis com o trabalho, conforme menciona Ramos (1940). Outros elementos são citados como, por exemplo, aptidão para entender os problemas sociais e os conhecimentos e técnicas do Serviço Social; responsabilidade; espírito de sacrifício.

Entretanto, observa-se que, quanto ao perfil requerido aos assistentes sociais, naquele período, os requisitos morais são enfatizados, posto que seu principal papel concentrava-se no âmbito da ação educativa. Autores como Telles (1940b), Reis (1949) e Kiehl (1939) enfatizam o aspecto moral da profissão requerendo ao assistente social o papel de “piloto, apoio e guia” dos indivíduos e famílias (RAMOS, 1940, p. 23). Segundo Gillard (1939), as ações culturais e educativas seriam o remédio para a “família impotente” que não desempenhasse ou não quisesse desempenhar seu papel de educar os filhos.

Era requerido, portanto, ao assistente social um perfil pessoal que fosse referência e influência cristã. Segundo Pereira (1944), tratava-se de uma exigência denominada de “ascensão moral” do profissional, em que o mesmo deveria vivenciar os princípios cristãos para, só assim, ser considerado apto, por excelência, ao exercício da ação educativa e ao apostolado, já que o Serviço Social estava ligado, sobretudo, à conversão das massas à doutrina católica. Para Telles (1940b, p. 6), “o assistente social que souber na vida prática viver a doutrina que informou seus conhecimentos e exercitar as virtudes dele reclamadas, será realmente merecedor do título que adquiriu”.

Cabia, enfim, aos assistentes sociais se constituir em exemplos dignos de serem imitados a partir de um comportamento moral irrepreensível. Deveriam se situar em um nível superior aos demais indivíduos, se distanciar da imperfeição e ser uma “influência pessoal” sobre seus “assistidos”.

Os candidatos ao curso de Serviço Social que tivessem interesse em seguir essa carreira profissional deveriam se submeter a um rigoroso processo de seleção, que buscasse alunos advindos de um *meio familiar e social elevado, educado*, com o intuito de eleger os *dotados de capacidade* como, por exemplo, aptidão para *relações sociais com autoridades*. A relação com as autoridades aparece em alguns textos, ora no sentido de censurar os profissionais que criticavam seus superiores, sem considerar suas limitações e; ora no sentido de sinalizar a existência de um comodismo e uma expectativa idealizada sobre a resolução dos problemas pelas autoridades. Críticas às autoridades eram condenadas, tendo em vista que esta seria sempre derivada de Deus e por isso digna de respeito. Telles (1940b) explicita a necessidade de uma postura construtiva no sentido de evitar externar juízos, contudo a mesma postura não é orientada na relação com os outros indivíduos, os usuários dos serviços.

Por este motivo, recomendava-se que as escolas de Serviço Social submetessem os pretendentes à carreira a uma rígida provação para observar disposições naturais e o grau de cultura destes.

Deste modo, dentre as qualidades que a profissão exigia, destacava-se o senso de responsabilidade, espírito de sacrifício, dedicação, perseverança, jovialidade e respeito à autoridade. Para além deste respeito, o profissional deveria favorecer o desenvolvimento de uma “simpatia” em relação à figura da autoridade, no sentido de compreender suas dificuldades antes de criticá-la, conforme discorre Guiomar Urbina Telles:

O homem erra demais porque com muita facilidade julga. O assistente social [...] deverá julgar com extrema prudência e abster-se o mais possível de externar os seus juízos. Se o Serviço Social é construtivo por excelência, não se compreende que seus agentes não o sejam também (TELLES, 1940b, p. 6).

Infere-se, portanto, que os assistentes sociais eram chamados a uma vida moralmente incontestada, a fim de que seu exercício profissional fosse legitimado junto às famílias.

## 2.2 PERCEPÇÕES ACERCA DAS PRIMEIRAS INCURSÕES DOS ASSISTENTES SOCIAL NO TRABALHO COM FAMÍLIAS

Considerando o referido contexto sócio-histórico, pelo qual se erigiu o exercício profissional dos assistentes sociais brasileiros com famílias, e os principais fundamentos que o orientaram, cumpre-nos tecer algumas considerações conclusivas quanto ao material obtido no primeiro percurso metodológico.

Como se observou, no Brasil, o referido contexto caracterizou-se pelo desenvolvimento do capitalismo monopolista, o que alterou tanto sua estrutura econômica quanto sua estrutura social e política. Ressaltam-se, portanto, a redefinição das relações do Estado com as diversas classes sociais e a refuncionalização e o redimensionamento de seu papel cuja direção se instituiu na defesa dos interesses dos monopólios.

Tal como a Igreja Católica, que vislumbrou a harmonização das classes sociais, o Estado buscou intervir na dinâmica social, a fim de reprimir o movimento de luta das classes trabalhadoras e garantir a preservação da *ordem* vigente. Segundo Neder (1998), essas incursões de deram a partir de uma repressão de caráter militarista, de forte inspiração no autoritarismo nazifascistas. Enquanto a Igreja aspirava reformar moralmente a sociedade

capitalista e transformá-la numa *democracia cristã* que possibilitasse sua supremacia, o Estado reconheceu a cidadania do proletariado com o intuito de controlá-lo política e ideologicamente por meio de ações assistencialistas.

Com o intuito de formar agentes capacitados para execução dessas ações, junto às famílias dos operários, instaurou-se a primeira escola de Serviço Social. Com a incorporação desses agentes ao mercado de trabalho, o significado social de sua ação passou a ser apreendido em sua relação com as políticas sociais, cujo sentido buscou a reprodução das relações sociais. Embora separados das instâncias em que se desenvolveram as protoformas do Serviço Social, esses agente conservaram os fundamentos de origem e as práticas a eles conectadas.

Dentre esses fundamentos, vinculados às linhas ideológicas norte-americana e europeia, destacam-se, nos textos antigos consultados, os componentes próprios do projeto de reforma social proposto pela da Igreja Católica.

Em contestações ao individualismo e aos valores modernos, identificaram-se, na interpretação dos primeiros assistentes sociais brasileiros, elementos do pensamento conservador romântico, cujo referencial de moralidade e organização social remetia à sociedade medieval. Contudo, não se pretendia a superação da sociedade capitalista ou da propriedade privada, mas sua reforma pela exorcização do escopo liberal. Também em oposição ao comunismo, defendia-se a “democracia cristã”: uma sociedade funcional com propriedade privada e classes sociais hierarquizadas, porém harmônicas entre si. Essa idealização seria realizável pela conversão das famílias das classes trabalhadoras ao catolicismo que, pregava a comunhão e o espírito de sacrifício, em prol do bem comum e da salvação da alma após a morte.

Interpretava-se a hierarquia entre as classes sociais como algo dado pela natureza, bem como a desigualdade social como fruto da incompetência dos indivíduos em aproveitar as oportunidades dadas pela sociedade. A compreensão do homem como pessoa humana, perfectível, livre e autodeterminável, e do trabalho como fonte de satisfação de todas as necessidades justificava a responsabilização dos indivíduos pela construção de sua história. Tanto os problemas quanto a solução destes atrelavam-se a vontade dos indivíduos, contudo nem todos os indivíduos teriam a capacidade de fazer boas escolhas. Por isso defendia-se um projeto de cunho moralizador no trabalho com as famílias dos operários.

Observou-se que, para viabilização desse projeto, enfatizava-se a responsabilidade das mulheres no uso de suas potencialidades em benefício de toda sociedade, sobretudo as relacionadas ao papel de educadoras. Trata-se de uma centralidade no papel das

mulheres, justificada por uma suposta preocupação com as famílias. Estimulava-se a inserção das mulheres em frentes de trabalho vinculadas a estes ideais, desde que de forma conciliada com os afazeres domésticos, pois se interpretavam as funções tradicionalmente femininas, a elas inatas.

O modelo ideal de família, na compreensão dos primeiros assistentes sociais, apresentava uma determinada composição, organização e desempenho de funções. Tinha um pai, uma mãe e seus filhos. Sua organização estabelecia uma relação de poder, cujo ápice pertencia ao homem. Havia separação e hierarquização de funções, de acordo com o sexo, para garantir o suporte necessário ao desenvolvimento e disciplinamento dos indivíduos. Entendia-se esse como um conjunto harmônico de pessoas, posto que, a partir da interpretação cristã, toda autoridade advinha de Deus e a composição e as funções estariam dadas pela natureza. Trata-se de uma concepção idealizada de família, pautada no padrão moral cristão e funcional de manutenção da sociedade capitalista.

Desta forma, as famílias que, por vontade própria ou não, se desviassem desse modelo eram desqualificadas e deveriam ser submetidas à orientação para o reajustamento à ordem. Interpretava-se, por exemplo, que as mulheres que deixavam as atribuições domésticas, por motivo de trabalho remunerado, alteravam o equilíbrio natural da família e causavam problemas sociais. Por esta via, como portadoras da miséria material e de carência moral, as famílias das classes populares, sobretudo as mulheres, constituíam o centro da atenção e intervenção profissional dos primeiros assistentes sociais.

Quanto à formação profissional desses agentes, ressaltava-se a importância dos assistentes sociais apresentarem uma vida moralmente incontestada, a partir da vivência dos princípios cristãos. O intuito era ascender moralmente para constituir uma influência cristã sobre as famílias. Além disso, por meio dos rigorosos processos de seleção, buscavam-se alunos pertencentes às elites, revelando-se a compreensão hierárquica entre as classes sociais. Compreendia-se que as classes populares demandavam orientação e, portanto, esse papel cabia às classes “superiores”.

Frente a estas primeiras incursões dos assistentes sociais no trabalho com famílias, cumpre-nos identificar os elementos de continuidade e ruptura com os elementos apresentados neste capítulo.

### **3 O TRABALHO COM FAMÍLIAS NA PERSPECTIVA DOS ASSISTENTES SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS: RUPTURAS E CONTINUIDADES COM UM MARCO CONSERVADOR**

Com o intuito de cumprir os objetivos propostos, sobretudo o de identificar a compreensão de família dos assistentes sociais contemporâneos, nos dedicamos à retomada da literatura sobre a atuação profissional do assistente social na contemporaneidade e análises com relação à família. Procedemos, também, à aplicação da modalidade de pesquisa qualitativa já sinalizada, o grupo focal. Vale salientar que, o projeto de pesquisa que deu origem a este estudo, submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (CEP-UEL), foi aprovado.

Quanto à literatura, priorizamos textos relacionados à temática em questão, escritos por assistentes sociais e publicados em livros ou periódicos bem classificados na estratificação realizada pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)<sup>20</sup>.

No que tange ao grupo focal, cabe salientar que, dentre quatorze assistentes sociais elencados a participar, apenas duas profissionais compareceram ao encontro agendado. Por motivos diversos, como mudança de emprego e licença maternidade, o contato foi impossibilitado em três casos. Problema de doença na família também impossibilitou a participação de outras três profissionais, além de indisponibilidade de tempo devido a outro compromisso que impossibilitou outros seis participantes. Vale destacar que o convite foi realizado com antecedência de duas semanas, por meio de contato telefônico e do envio de informações via e-mail. Na ocasião, onze participantes se dispuseram a participar, cancelando apenas no dia do encontro, momentos antes, quando realizamos novo contato telefônico a fim de confirmar presença. Por meio deste último contato, obtivemos três confirmações, entretanto apenas duas profissionais compareceram.

Tendo em vista a orientação metodológica quanto ao número mínimo de três participantes, em virtude da diversidade de percepções, optamos pela realização de um novo encontro com outras assistentes sociais. Contudo, devido à pertinência das informações obtidas no primeiro debate, optamos por seu uso nesta análise. Quanto ao segundo encontro,

---

<sup>20</sup> Referimo-nos ao Qualis, conjunto de procedimentos utilizados pela CAPES para estratificação da qualidade da produção intelectual dos programas de pós-graduação. Trata-se de aferir a qualidade dos artigos e de outros tipos de produção, a partir da análise da qualidade dos veículos de divulgação, ou seja, periódicos científicos. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em 19/01/2012.

cabe informar que compareceram as três profissionais convidadas, cujo critério de seleção pautou-se, sobretudo, na facilidade de acesso às profissionais e interesse em participar da pesquisa.

Vale ressaltar que, com o intuito de preservar e respeitar a identidade das participantes, optou-se por referenciá-las por meio das expressões abreviadas: AS-A (assistente social a), AS-B (assistente social b), AS-C (assistente social c), AS-D (assistente social d) e AS-E (assistente social e). AS-A e AS-B compareceram ao primeiro debate e AS-C, AS-D e AS-E ao segundo.

A análise das informações obtidas, através das etapas metodológicas, foi orientada pelas seguintes categorias: interpretações que os assistentes sociais fazem, na contemporaneidade, acerca dos vínculos e projetos familiares (arranjos e composição do grupo familiar, modo de organização das famílias, incluindo a distribuição de papéis e responsabilidades pautada na ordem patriarcal de gênero); a análise que os assistentes sociais fazem acerca da direção ideopolítica de suas ações, encaminhamentos e cuidados voltados à viabilização das políticas de atendimento às famílias (práxis dos assistentes sociais no âmbito das políticas sociais) e a análise das refrações da “questão social”<sup>21</sup> (posicionamento ideopolítico destes profissionais). Vale mencionar que a análise do material empírico ancorase nestas categorias, porém tal subdivisão é oportuna para fins didáticos, já que as informações contidas são intercorrentes.

Parte-se, entretanto, do quadro sócio-histórico contemporâneo, pelo qual se dá o exercício profissional dos assistentes sociais junto às famílias.

### 3.1 ELEMENTOS DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO CONTEMPORÂNEO E PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Conforme Iamamoto (2000, p. 19), o quadro sócio-histórico contemporâneo não se reduz a um pano de fundo sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, pois as

---

<sup>21</sup> Netto (2009) mostra que, a princípio, no curso da história, o termo “questão social” foi utilizado para designar o *pauperismo*, compondo o vocabulário do pensamento conservador. O referencial, a partir do qual se usava a expressão, traduzia a compreensão desta como natural a qualquer ordem social, assim amenizá-la e reduzi-la seria possível pela reforma moral do homem e sociedade. Por outro lado, o pensamento revolucionário, de tradição marxista, trouxe outra compreensão, em que a superação da “questão social” está condicionada à supressão da sociedade burguesa. Portanto, ao fazer uso de aspas, sinaliza-se que a expressão “não tem nada a ver com o desdobramento dos *problemas sociais* que a ordem burguesa herdou ou com *traços invariáveis da sociedade humana*; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erigida sob o comando do capital” (NETTO, 2009, p. 158). Por esta via, dadas as contradições entre capital e trabalho, Pereira (2004) afirma que a “questão social” relaciona-se ao *embate político*, às relações conflituosas entre portadores de interesses antagônicos.

transformações societárias, erigidas desse quadro, atravessam seu cotidiano e afetam suas relações e condições de trabalho, bem como das demais profissões e as condições de vida das famílias. Portanto, demarcam-se nesse quadro, a partir do contexto mundial recessivo advindo com a crise dos anos 1970, as profundas transformações no mundo do trabalho, cujas alterações repercutiram na vulnerabilização do trabalho - pela precarização de suas relações e o desemprego - e no crescimento dos índices de pobreza. Deste modo, todo conjunto da sociedade é afetado por tais transformações, sobretudo as famílias das classes populares, ou seja, a grande maioria da população.

Nesse ínterim, a crise financeira<sup>22</sup> do Estado se agravou, tendo em vista o pagamento dos juros da dívida externa, e suas relações com a sociedade civil se modificaram. O ajuste à nova ordem econômica mundial, recomendado pelo Consenso de Washington, passou a representar um fator importante ao equilíbrio fiscal, pela adoção de medidas que priorizaram a contenção de recursos nos serviços públicos e a preservação dos rendimentos do capital financeiro. Trata-se das reformas neoliberais, por meio das quais se implantou uma política de estabilidade monetária com o rebaixamento dos salários dos trabalhadores, a elevação das taxas de juros e a redução dos impostos sobre altas rendas (IAMAMOTO, 2000).

Por outro lado, pautando-se no entendimento que o Estado deveria deixar de ser o responsável direto pelo desenvolvimento social e econômico, se instituiu uma Reforma Administrativa. Ideologicamente, defendia-se a privatização das empresas estatais, sob a idéia de ineficiência e ineficácia do setor público, ao contrário do setor privado que, por possuir uma “racionalidade” e “vocaçãõ”, seria capaz de levar ao crescimento econômico.

Uma onda de privatizações e publicizações se estendeu à área social, tendo em vista o enxugamento das políticas sociais e a “tendência à refilantropização social”, conforme Iamamoto (2000). O Estado deveria cumprir apenas algumas funções básicas - educação primária, saúde pública, criação e manutenção de infraestrutura - com o intuito de propiciar o desenvolvimento econômico “autônomo” e “auto-sustentado” e de eliminar o gasto público, a fim de reduzir o déficit público. Por outro lado, os gastos públicos direcionados ao favorecimento do grande capital indicam que o “Estado mínimo” pretendia um “Estado máximo” para o capital (NETTO, 1996). Houve, portanto, um reordenamento e subordinação das políticas sociais às políticas de ajuste da economia, e a transferência do

---

<sup>22</sup> Vale ressaltar que, ao contrário do que se divulgava, a crise fiscal do Estado não tem sua origem na folha de pagamento do funcionalismo público ou no sistema previdenciário. De fato, tem relações profundas com a estatização de dívidas particulares relativas a empréstimos e endividamento de empresas nacionais (COSTA, 2006).

atendimento das sequelas da “questão social” para sociedade civil. Behring e Boschetti (2009) afirmam que esse aspecto configurou a tendência do Estado à desresponsabilização pela política social, que por ora era submetida à adaptação ao novo cenário.

Outra proposta do Estado, que veio a caracterizar esse cenário, foi a “liberalização do comércio exterior”, por meio da qual as estruturas produtivas internas poderiam competir “livremente” no mercado internacional globalizado e alcançar o fim último de “ingressar no primeiro mundo” (SOARES, 2001). A autora infere que diante do aumento da demanda por benefícios e serviços sociais, a única aproximação à “modernidade primeiro-mundista” foi à geração de uma “nova” pobreza. Entende-se, entretanto, que a conjuntura em questão, não evidenciou uma “nova” pobreza ou uma “nova questão social”, mas expressões mais complexas desta.

Vale ressaltar que várias são as interpretações acerca da “questão social”, contudo neste estudo esta relaciona-se ao conjunto das expressões da desigualdade da sociedade capitalista que, surge com a contradição entre a coletivização do trabalho e a apropriação desigual de seus frutos pelas classes sociais. Por um lado, determinados grupos tem um acesso ampliado à natureza, à cultura, à ciência e, por outro, tem-se uma produção crescente de miséria e pauperização que provoca a *resistência e oposição* dos sujeitos que vivenciam a desigualdade (IAMAMOTO, 2000). De acordo com Netto (2009), a cada estágio de desenvolvimento da ordem do capital, sua dinâmica societária reafirma a exploração que a constitui medularmente e instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas. Segundo Costa:

Um mundo que **se expande sem ser capaz de gerar amplos processos de inclusão social**, esperando que o mercado resolva o problema da pobreza sem os homens pactuarem sobre as regras do convívio social, torna-se palco de todo tipo de violência. A sociedade moderna vive uma contradição. Ao mesmo tempo que ocorre um processo de histórico marcado pela velocidade nas transformações tecnológicas com impactos econômicos e sociais, ela é incapaz de gerar amplo processo de inclusão social (2006, p. 80, grifos nossos)

Tem-se, portanto, um recrudescimento das desigualdades sociais que mobilizou os movimentos sociais à luta política, cujos resultados foram expressos na Constituição Federal de 1988. Esta veio a refletir avanços no que tange aos direitos sociais, especialmente relacionados à seguridade social, aos direitos humanos e políticos. Além disso, destaca-se a mobilização da sociedade civil, sobretudo dos assistentes sociais, para efetivação dos direitos sociais instituídos, o que pode ser observado pela regulamentação da assistência social em 1993, por meio da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Todavia, as

iniciativas de enfrentamento das refrações da “questão social” têm se mostrado pífias, sem grandes investimentos na área social.

Consolida-se no Serviço Social, nesse contexto, a crítica ao tradicionalismo ideopolítico que, perpassado por um viés de classe, direcionou-se (e direciona-se) à manutenção da ordem social estabelecida em benefício das elites. Tal crítica tem sua gênese no movimento de “intenção de ruptura”<sup>23</sup>, que se delineia sobretudo após os anos 1980 em que ocorreram os desdobramentos do Movimento de Reconceituação da profissão. Os segmentos da categoria profissional que contestaram tal tradicionalismo, afirmaram a defesa às classes trabalhadoras e à construção de uma nova ordem societária. Assim, emerge, no bojo do Serviço Social, uma reflexão ética que articula a perspectiva emancipatória dos indivíduos à defesa da liberdade, da equidade e justiça social. Com a conquista de credibilidade e legitimidade, tal reflexão balizou a direção social hegemônica da categoria profissional, sendo expressa pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, instituído na década de 1990, conforme já se mencionou.

Com o amadurecimento dessa perspectiva, autores que escrevem sobre o Serviço social afirmam que os assistentes sociais, movidos por interesses sociais distintos, trabalham no âmbito dessas tensões e a utilidade social da profissão vincula-se às políticas sociais, no sentido de responder às necessidades antagônicas das classes sociais. Neste sentido, Guerra (1995) introduz, na literatura do Serviço Social, a reflexão sobre a instrumentalidade dessa profissão. Para a autora, essa instrumentalidade somente pode ser pensada como uma condição sócio-histórica da profissão e em três níveis: o primeiro se refere à sua funcionalidade ao projeto reformista burguês; o segundo relaciona-se ao aspecto instrumental-operativo das respostas profissionais; e o terceiro nível é a instrumentalidade como mediação, que permite um exercício profissional crítico e competente, a partir da articulação das dimensões da profissão (técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa) e da sua tradução em respostas profissionais. Deste modo, tal instrumentalidade também tem uma natureza contraditória, pois tanto conserva e reproduz aspectos do modo de ser capitalista quanto os nega e os supera (GUERRA, 1995).

Considerando essa instrumentalidade e os antagonismos das classes sociais, Netto (1996) afirma que as profissões não são blocos homogêneos, mas constituídas por um complexo que envolve tendências e orientações profissionais diferenciadas, que implicam em

---

<sup>23</sup> A “intenção de ruptura”, segundo Netto (2001), refere-se à perspectiva renovadora, uma das vertentes que emerge do Movimento de Renovação do Serviço Social, na primeira metade dos anos 1970, na tentativa de romper com o tradicionalismo.

uma enorme diversidade, tensões e confrontos. Do mesmo modo, no Serviço Social se desenham e conflitam projetos profissionais diversos que direcionam distintamente perspectivas ideopolíticas e estratégias de ação profissional. O autor identifica um discreto e diplomático *processo de luta por hegemonia* e enfatiza o pensamento pós-moderno<sup>24</sup>, em sua versão neoconservadora, num confronto ideo-político com a direção social estratégica vinculada ao Projeto Ético-Político, cuja influência da tradição marxista sobressai.

No que tange a influência dessa abordagem pós-moderna, observa-se que esta emerge no Serviço Social brasileiro traduzida por uma crítica formal às correntes marxistas, demonstrando-as como insuficientes a partir de mutilações. Segundo Yazbek (2009a), o posicionamento pós-moderno dirige sua crítica à razão e à ciência, afirmando-as como instrumentos de dominação, repressão e disciplinamento da vida, e:

[...] reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do micros social (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno. [...] busca resgatar valores negados pela modernidade e cria um universo descentrado, fragmentado relativo e fugaz (YASBEK, 2009a, p. 14).

Efetivamente no Serviço Social, conforme Santos (2007), os desdobramentos dessa análise apontam para simplificações da realidade social - a partir da crítica à perspectiva da totalidade dialética da teoria social de Marx - e para um exercício profissional tecnicista e conservador, cuja intervenção se pauta pelas requisições imediatas do mercado de trabalho e pela aceitação do capitalismo como insuperável, eterno e isento da negatividade que perpassa o real.

Ilustra-se que um dos argumentos mais utilizados por assistentes sociais vinculados ao neoconservadorismo pós-moderno, refere-se à afirmativa de que na prática a teoria é outra. Por esta interpretação entende-se que: a teoria de ruptura com o conservadorismo, traduzida em instrumentos de ação, deveria oferecer de imediato uma prática de ruptura; ou que a prática é mais importante que a teoria, já que a teoria é somente sua sistematização (SANTOS, 2011).

Neste âmbito, cabe esclarecer que, segundo a autora, essas interpretações se referem à ausência de compreensão sobre teoria e prática, que, embora distintas, correspondem a uma unidade. A teoria não é apenas uma descrição da realidade, ela é o ato do

---

<sup>24</sup> Para Santos (2007), o pensamento pós-moderno constitui a lógica cultural do capitalismo tardio. Sua interpretação centra-se na suposição da sociedade contemporânea como um projeto esgotado, cujas teorias que dele derivam não conseguem mais explicar a realidade. Portanto, propõe que a ciência relativize seus parâmetros, no sentido de misturar diferentes métodos e pontos de vista, tendo em vista que não há mais objetividade e o sentido dos fragmentos é dado em si mesmo, dependendo da visão do sujeito.

pensamento no âmbito da produção de conhecimentos sobre o objeto, nela encontram-se as possibilidades da ação. Ela não transforma a realidade ou o objeto em algo previsto, efetivamente, mas modifica o conhecimento, a consciência que se tem sobre ele. O objeto existe antes da teoria, portanto o fundamento da teoria é a prática. Além disso, o método do conhecimento<sup>25</sup> se dá por aproximações sucessivas, como um processo de investigação das muitas determinações do objeto, cuja aparência não coincide com a essência. Portanto, a teoria é aproximativa, nunca pronta e acabada, tendo em vista que a realidade é dinâmica e mais ampla que o conhecimento que se tem sobre ela. Por outro lado, a prática é a efetivação da ação sobre o objeto, cujo estabelecimento de finalidades requer conhecimentos sobre a realidade, sobre o objeto, os meios e instrumentos para transformá-lo. Assim, a teoria é indispensável à prática. Entretanto, a transformação da realidade não se dá de imediato, depende de mediações, de um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos de ação.

Com esta ilustração, pretende-se assinalar a desconstrução do principal mito, pelo qual se busca rechaçar a direção social estratégica do Serviço Social contemporâneo: que a Teoria Social de Marx não instrumentaliza para prática.

No âmbito do referido confronto, a direção social hegemônica da profissão<sup>26</sup> refutou o conservadorismo vinculado ao Serviço Social “tradicional”, a partir das primeiras incursões aos fundamentos ontológicos da teoria crítica marxiana, sobretudo a partir da década de 1980.

Todavia, de acordo com Netto (1996), nos anos 1990, ainda que a profissão se encontre relativamente consolidada e madura, alguns elementos passam a deslocar as bases dessa dominância teórico-cultural, dentre os quais se enfatiza a ofensiva neoliberal e a inflexão ao pensamento neoconservador pós-moderno nos próprios meios acadêmicos. Portanto, a consolidação do projeto ético-político, cujas dimensões teórico-metodológica e operativa do Serviço Social constitui, na contemporaneidade, um grande desafio aos assistentes sociais. Pode-se inferir até que, nos tempos atuais, a hegemonia desse projeto está ameaçada.

---

<sup>25</sup> Aqui, Santos (2011) refere-se ao conhecimento teórico, possível pelo processo de sistematização da lógica, de abstração informado no materialismo histórico-dialético. A autora informa sobre o equívoco de reduzir todos os tipos de conhecimento ao conhecimento teórico, entendendo que este se traduz em instrumentos para a ação profissional, cuja função cabe ao conhecimento procedimental.

<sup>26</sup> Por meio da organização do corpo profissional, através das mobilizações do sistema CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, essa direção conquistou a hegemonia na recusa e crítica ao conservadorismo profissional (NETTO, 2007).

Segundo Ortiz (2006, p. 23) a procura por novos aportes teóricos assentados no campo pós-moderno tem se fortalecido devido à “tradicional dificuldade da categoria” profissional em apreender a relação entre teoria e prática e ao quadro das “atuais imposições da empregabilidade”. Novos desafios e demandas são postos aos assistentes sociais, requerendo novas competências e a amplificação da capacidade de oferecer respostas às demandas e dificuldades do cotidiano profissional. E, bem como os demais trabalhadores, esses profissionais estão sujeitos à ameaça do desemprego e à redução do número de postos de trabalho. Tendo em vista esse cenário adverso, observam-se no interior da categoria profissional elementos como o ecletismo, o apelo às abordagens psicossociais (terapêuticas ou clínicas) e à perspectiva holista e intuitiva - “na qual o conhecimento teórico não permite entender a realidade” já que a verdade depende do “olhar” de cada um.

Ortiz (2006) informa ainda que, o retorno à herança cultural conservadora da profissão pode ameaçar a hegemonia do projeto profissional, transformando os princípios ético-políticos vigentes em abstrações vazias de sentido. Portanto, o que se põe à categoria profissional é uma clara escolha: manter a hegemonia do projeto profissional ou abraçar as tendências pautadas em abordagens comportamentais, psicossociais, voluntaristas e holistas.

Entende-se ainda que esses profissionais são chamados a reconhecer as ameaças possíveis - tanto ao projeto profissional vigente quanto aos projetos societários que buscam uma nova ordem societária - bem como “decifrar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo” (YAZBEK, 2009a, p. 11), como, por exemplo, a tendência de deslocar para o âmbito das famílias, e em seu interior às mulheres, os sistemas de proteção social.

Considerando o conjunto desses elementos, que se põem no atual contexto sócio-histórico aos assistentes sociais, propõe-se a identificação de elementos que assinalem rupturas e continuidades com o referencial conservador da profissão, por meio da compreensão desses agentes acerca das famílias, seus vínculos e projetos.

### 3.2 A FAMÍLIA, SEUS VÍNCULOS E PROJETOS NA INTERPRETAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Conforme Mito (2004), observamos que na contemporaneidade há um consenso quanto às transformações na estrutura, composição e costumes das famílias.

Heloisa Szymanski (2002, p.9), por exemplo, leva em consideração a diversidade na composição dos grupos familiares quando os define como uma “associação de pessoas que escolhe conviver por razões afetivas e assume um compromisso de cuidado

mútuo”. Segundo a autora, esses grupos não apresentam uniformidade, pois apresentam diferentes modos de ser entre seus membros, diferentes modos de comunicação, de afetividades, enfim, diferentes modos de cuidar da relação entre si. Afirma também que as famílias se adequam a valores herdados e a novos valores advindos das mudanças no contexto social mais amplo, ou, em outros termos, elaboram novos códigos, mas também mantêm certo substrato básico de gerações anteriores (MOTTA, 1998 apud SZYMANSKI, 2002).

Demarca-se, portanto, a abordagem de família, defendida neste estudo. Parte-se da compreensão desta como um “fato cultural, historicamente condicionado” pelo contexto social em que os indivíduos se inserem. Na sociedade brasileira, da atualidade, a família assume diversas formas e configurações, sendo definida:

[...] como um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO, 1997, p. 120).

No âmbito do trabalho com famílias, Neder (1998) nos alerta sobre a importância de considerar os aspectos históricos e culturais presentes na formação social das famílias, a fim de valorizá-las e respeitá-las, ideologicamente e politicamente, em sua diversidade étnicocultural.

As assistentes sociais, que participaram do segundo debate na modalidade do grupo focal, consideraram a diversidade de arranjos familiares. Concordaram que, o modelo pelo qual a família é constituída, não importa, desde que cumpra sua função de proteger e socializar seus membros. Conforme a AS-E:

[...] se a criança não tem pai, não tem mãe, então (vamos identificar) quem são as pessoas responsáveis por essas crianças que podem estar fazendo esse papel de pai e mãe. Então, não acho que seja um problema. [...] pode ter os pais, mas falta atenção ou falta aquilo que a criança precisa. **Isso é indiferente, o mais importante é o afeto, o amor, fazer com que a criança se sinta segura pra ela ter certeza que é amada, onde está seu alicerce.** Acho que o resto é complemento, o que precisa é ter esse apoio principalmente na parte afetiva, sentimental e psicológica. [...] **A família tem que ser o porto seguro do indivíduo, o lugar de formação do indivíduo para a sociedade. A proteção do indivíduo é a família.**

A AS-D, entretanto, infere que o arranjo familiar faz toda diferença na vida das crianças, devido às demandas subjetivas que traz.

Eu acho que (o arranjo familiar) faz toda diferença, que deveria ter um acompanhamento um apoio, uma orientação psicológica. Acho que o assistente social, não que não faria diferença sabe, mas vai lidar com as emoções, porque a criança que é adotada ela vai falar: “Quem foram..? De onde eu vim?” Ela vai querer saber. Mesmo se for para sentir raiva e rejeitar, ela vai querer saber das origens dela. Ou no caso assim de, de repente, estar com duas famílias, mora com a madrasta ou com o padrasto. É uma nova situação também, então se fosse algum tipo de auxílio de ajuda, seria a psicológica pra lidar com as emoções.

Por esta interpretação, a diversidade de arranjos familiares, distintos do modelo tradicional, provoca demandas de cunho subjetivo que afetam negativamente as crianças e sinalizam a necessidade de respostas profissionais vinculadas à orientação psicológica.

Já no primeiro debate, foi possível observar um posicionamento afeto à valorização da diversidade e outro que questionou sua aceitação pela sociedade.

A AS-A destaca, em sua argumentação, a importância dos profissionais, que atuam no trabalho com famílias, reconhecerem como autêntica sua diversidade:

A gente respeita inclusive a organização que ela (a família) se apresenta [...] na verdade existem formas de organização familiares que vão muito além do que **a gente pré-estabeleceu como correto, que dá muito certo** [...]. A gente tem famílias que tem duas mães, dois pais e não significa que a referência feminina ou masculina para essa criança vai deixar de acontecer da forma como essa família está.

Em contraposição, a AS-B considera esta diversidade, contudo ressentem-se do fato de algumas famílias possuírem uma organização distinta do modelo de família idealizado. Relata que as famílias que se diferenciam deste modelo são sempre incompletas e as crianças são, nessas circunstâncias, privadas de algum direito:

Eu penso que a família que hoje está presente é uma família diversificada, uma família que nas suas multifacetadas é uma família, não importa se é o pai com os filhos, se é a mãe com filhos, se é tia, se é o avô, mas por outro lado quando **a gente pensa no direito de você ter um pai, de ter uma mãe [...]** **tem família que tem um dos progenitores que consegue, mas sempre vai estar faltando alguma coisa.** Ou criança em adoção que às vezes é adotada por uma boa família, mas sempre quer buscar o pai biológico, então é muito complexo enfrentar a realidade, lidar com a realidade dessa família do jeito que se apresenta. E aí o que fazer?

Por esta interpretação, pode-se inferir que, o modo pelo qual as famílias se apresentam é um desafio aos trabalhadores sociais, pois a “família diversificada” se distancia da família ideal, daquela família em que os filhos têm o direito garantido de conviver com um pai e uma mãe. Quando a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 20 de

novembro de 1989, expressa este ideal - que a criança e o adolescente têm o direito de conviver e serem educados por ambos os pais - parece vislumbrar esta possibilidade de convivência e organização como a única capaz de garantir plenamente a satisfação das necessidades de seus membros. Embora seja inegável a variedade de arranjos familiares, por meio da qual se dilui o predomínio da família nuclear, este modelo ainda paira sobre o ideário das pessoas. Conforme a AS-D:

[...] a família, hoje, não é mais aquela família tradicional, só que na nossa mentalidade ela ainda é tradicional. Tem que ter um chefe que seria um homem, a mulher e os filhos.

Mello (1995) afirma que as famílias diferentes da idealizada são interpretadas como patológicas, anormais, subjacentes ao modelo normativo. Para a autora há um desejo, dentro da representação normativa idealizada, uma tendência em reconstruir uma família boa, aquela que desejamos e não tivemos.

A AS-A, ao defender o respeito à diversidade familiar, provoca o debate com a AS-B que, referindo-se à aceitação de uniões homoafetivas, contra-argumenta:

[...] ah, agora as famílias são todas diferentes, beleza! É essa família que a gente atende, vamos trabalhar assim, mas atrás de tudo isso tem muita complexidade que às vezes a gente nem tá questionando. A gente simplesmente aceita e pronto. [...] A gente absorve isso com naturalidade, mas **a gente não questiona quantos casos de pedofilia houveram para hoje... assim, é muito complexo mexer em tudo isso. As pessoas, pelo menos que eu atendi, que tinham uma opção, uma orientação ou um apetite e tal... Dos casos que eu atendi a maioria haviam sofrido casos de violência quando criança.**

Por esta perspectiva, a homossexualidade tende a ser compreendida no âmbito de uma relação patológica, como decorrente da violência ou do abuso sexual. Tal interpretação ancora-se em uma explicação de cunho generalizante e conservador que, conforme Zacaron (2010, p. 173), “associa a identidade sexual à negação da natureza, como algo transgressor da ordem”. Neste ínterim, convém destacar que o arranjo familiar dos homossexuais não conta com o respeito e aceitação social, com uma regulamentação de direitos que o reconheça como entidade familiar, conforme observa a autora. Assim, “se constrói uma legião de marginalizados, oprimidos e desvalidos, pelo simples fato de viverem relações que alguns não aceitam como ‘verdadeiras’ e legítimas e que por isso necessitam de referência, regulamentação legal” (DIAS, 2003 apud ZACARON, 2010, p. 183).

Deste modo, a diversidade de arranjos familiares parece ser considerada, contudo gera certo desconforto, próprio de situações que exigem a reflexão cotidiana da

moralidade. E, diante deste desconforto, destaca-se a tendência em buscar a adequação ao modelo familiar tradicional.

Quanto aos papéis e responsabilidades familiares, a AS-D ressalta que:

[...] depois da reforma psiquiátrica de setenta a intenção é que o usuário seja atendido e **a família dê conta**. O SUS cobre hoje três meses de internação. Aí o paciente que está bom... **Agrava-se o caso dele**, porque ele fica ansioso em receber alta. Já sabe que está ali há três meses, está bem recuperado da crise, sabe que pode ir embora e que **a família não vem buscar**. O assistente social tenta o contato com a família e tem a negativa ou o telefone não funciona. Aí você vê o abandono, porque a família só vem para internar. Nesse caso, é muito difícil trabalhar com a família o retorno familiar, com o cuidador mesmo, os cuidados. Por mais orientação que ela tenha, tem essa rejeição, não tem esse afeto.

Questionando-se os motivos que levam as famílias a se comportarem desta maneira, a AS-C infere que a família não compreende a doença e afirma que “é muito difícil cuidar de paciente psiquiátrico, é muito difícil... é muito mais fácil abandonar”. Neste sentido, a AS-E concorda, porém associa à dimensão conjuntural da sociabilidade capitalista ao reconhecer que, não somente as famílias, mas toda sociedade se reproduz sob a lógica do individualismo, dos interesses privados. Acredita que:

[...] um pouco também é cultural. Porque hoje a gente está vivendo num mundo muito individualista. Que tempo eu tenho que dispor da minha vida pra cuidar desse indivíduo? Pelo movimento que a gente está vivendo hoje, a gente tá correndo atrás do prazer, atrás do dinheiro, dos interesses pessoais. Hoje acho que a família ela é muito mais... seus indivíduos são muito mais individualizados. Eu acho que nossa sociedade, a gente tá criando indivíduos individualistas.

Tal posicionamento revela continuidade com relação às interpretações dos primeiros assistentes sociais que ressaltavam o aspecto da individualização associada aos valores morais advindos com o capitalismo.

A AS-D alega que a família abandona o “paciente com transtorno psiquiátrico”, possivelmente, por uma dificuldade interna de compreender e comportar-se frente às crises.

Por mais orientação que ela (a família) tenha, tem essa rejeição, não tem esse afeto. Não sei se talvez por medo das crises, só que ao mesmo tempo também já estava acostumada com as crises e é um alívio quando vai... Se a família soubesse o poder que tem, não de influenciar, mas de trabalhar com aquela situação, ia ser bem mais fácil (AS-D).

Revela-se, então, a continuidade com um marco conservador que tende a imputar, sob a insígnia da autodeterminação, a responsabilidade à família. E que, além disso,

tende a justificar o papel dos assistentes sociais como “piloto, apoio e guia”, a partir da compreensão que as famílias que não cumprem seu papel, não o fazem por opção.

Esta interpretação nos remete à argumentação de Miotto (2006, p. 51), quando menciona que há - historicamente, no âmbito dos processos de assistência às famílias pelo Estado - uma distinção básica entre famílias capazes e famílias incapazes. Distinção esta que parte de uma ideologia, uma crença de que as famílias devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar. Afirma-se, assim, a atuação profissional como uma espécie de julgamento da capacidade da família em cumprir suas responsabilidades e papéis.

[...] eu atendi um menino [...] que tava lá morando com o pai e com a mãe, mas na verdade os pais não tinham nenhuma autoridade enquanto pai e mãe, enquanto referencial do que pode, do que não pode, limite mesmo. E o menino, você conhecia o pai e a mãe e não acreditava que o menino tava naquele caminho, então assim, quebrando os paradigmas também, aí só filho sem pai nem mãe vai pra esse caminho (da prática de ato infracional). Não, nesse caso desse menino, numa **família que tinha valores religiosos, uma família que era unida, mas que nem por isso conseguiu impedir o filho [...] era considerada o padrão, mas tinham esses outros elementos, do não limite, do não** (AS-B).

Essa profissional observa que se trata de uma família cuja composição é a tradicional, com pai, mãe e filhos, e valoriza aspectos como o vínculo de união entre seus membros e a presença de valores religiosos. Salienta, entretanto, que o exercício da autoridade, do controle e da imposição de limites não estaria sendo executado sobre o adolescente, o que nos leva a inferir que, em que pese fosse uma família considerada padrão - devido à composição -, por motivo da não execução de um papel fundamental, não se adequaria totalmente ao seu conceito de família ideal.

Com o intuito de fomentar o debate acerca dos papéis familiares, retomou-se o ideário dos primeiros assistentes sociais que, na interpretação de situações de adoção, priorizavam o “aconselhamento” em detrimento da análise das condições materiais de existência.

[...] vejamos alguns casos [...] esta mãe que entregou o seu filho, declarando ter sido abandonada pelo marido, precisaria apenas de uma orientação para reconstruir o seu lar momentaneamente desfeito (RAMOS, 1940, p. 19-20).

De modo geral, as profissionais, sujeitos da pesquisa, interpretaram que a mulher estaria entregando a criança por não apresentar condições de garantir sua proteção,

entretanto, ao associar o exercício profissional dos assistentes sociais à orientação, tenderam a valorizar e restaurar aspectos tradicionais como o apelo ao reajustamento familiar. Esse apelo pode ser observado na seguinte afirmação: “**(a mãe) vai ter que de alguma forma entender o caso do filho dela**” (AS-D). A orientação profissional também é enfatizada no sentido de favorecer o acesso ao subsídio financeiro fornecido pelo Estado, interpretado como suficiente para evitar a entrega da criança em adoção.

Por outro lado, a AS-E argumenta que o que essa mãe precisa “não é só de orientação, mas ela precisa também de um aparato social”. Encaminhamentos voltados a suprir necessidades imediatas foram cogitados, como um “suporte pra que ela possa ter condições de retomar sua vida, cuidar desse filho [...] retomar seu papel de mãe, seu papel social”. Em resposta, a AS-C observa que, num momento histórico passado, “o que se via era a mãe abandonando seus filhos pela questão financeira, mas hoje já não existe tanto isso. Hoje são outros fatores”. Infere-se que esses “outros fatores” podem transitar pela opção moral da mãe.

É relevante considerar que as profissionais indicaram a garantia da proteção da criança por meio da concessão de benefícios sociais ou acolhimento institucional temporário, contudo, outras possibilidades de atuação profissional não foram mencionadas. Além disso, não houve menção a outros fatores que concorreram para que a mãe tomasse tal decisão. As profissionais tenderam a enfatizar a responsabilidade das mulheres no cuidado de crianças, sem problematizar as desigualdades vinculadas à ordem patriarcal de gênero. Contudo, entende-se que, por uma perspectiva conservadora acerca dos papéis atribuídos aos indivíduos na família, dificilmente a questão dessas desigualdades será devidamente considerada no trabalho dos assistentes sociais, no sentido de romper com suas bases tradicionais.

Também não se problematizou questões fundamentais como a insuficiência de serviços públicos vinculados à educação infantil ou a inserção precária das mulheres no mercado de trabalho. Na contemporaneidade as mulheres ainda permanecem, em maior número, em setores, ocupações e áreas de trabalho como o magistério, a Enfermagem e o Serviço Social que preparam as mulheres para os chamados “guetos” ocupacionais femininos (BRUSCHINI, 2007). Segundo Hirata (2003, p. 19-20, grifos nossos), a grande maioria das trabalhadoras “ocupam empregos precários, não-valorizados socialmente, mal-remunerados [...] (Tem-se) o paradoxo de **um forte crescimento do emprego feminino simultaneamente à degradação e precarização do status desse emprego**”.

Efetivamente, a leitura da divisão sexual do trabalho deve interessar duplamente aos assistentes sociais, tendo em vista que se trata de desdobramentos das relações de dominação-exploração patriarcal<sup>27</sup> que afetam, sobretudo, as mulheres. Duplamente porque se refere a si próprios, enquanto trabalhadores assalariados, cuja maioria é composta por mulheres<sup>28</sup>; e se refere aos usuários dos serviços prestados, cuja maioria também se constituiu de mulheres, o que se infere por uma averiguação empírica.

Entende-se que deixar de considerar as transformações sociais relacionados ao mercado de trabalho e às famílias corresponde a deslocar para o âmbito privado, doméstico, “conflitos e contradições que têm fortes raízes societárias, como os de classe, gênero ou etnia [...] com riscos de despolitização e culpabilização das famílias” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2009, p. 24). Por esta via, se estabelece uma continuidade com a interpretação dos primeiros assistentes sociais brasileiros que naturalizavam o papel da mulher na família e na sociedade, tal como aponta Cortez, em citação já referenciada no capítulo anterior<sup>29</sup>. Deste modo, a maternidade/maternagem<sup>30</sup> é considerada a função mais importante na vida das mulheres e ainda que tenham de enfrentar truculentas adversidades, têm o dever de cumprir esta função.

Em outra direção, há profissionais que sinalizam uma ruptura com essa compreensão e consideram outras questões:

[...] choca quando a gente vê que uma mãe abandonar um filho, mas a gente parou para olhar a história dessa mãe? A gente parou para observar o que ela enxerga? Ela vê que o marido abandonou e sem o marido pra ela a família não existe (AS-A).

<sup>27</sup> As relações de dominação-exploração se referem a um regime de poder em que mulher é oprimida pelo homem: o patriarcado. Segundo Saffioti (1987, p. 50), “enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico”.

<sup>28</sup> Segundo estudo organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social a categoria dos assistentes sociais é predominantemente feminina na contemporaneidade, contando com apenas 3% de homens (CONSELHO ..., 2005). Vale destacar também que o perfil socioeconômico tem se constituído, cada vez mais, dos extratos baixos das camadas urbanas (NETTO, 1996).

<sup>29</sup> Cortez (1952) afirma que um dos aspectos mais trágicos de nossa civilização é a entrega de crianças, pelas mães, ao Estado. Infere que educar e formar filhos é mais importante que trabalhar fora de casa.

<sup>30</sup> Conforme informa Badinter, a maternidade refere-se à gestação, ao processo fisiológico pelo qual a vida humana é gerada. E a maternagem relaciona-se aos cuidados básicos, de longo prazo, após o nascimento da criança. Segundo a autora, “a procriação não teria sentido se a mãe não completasse sua obra assegurando, até o fim, a sobrevivência do feto e a transformação do embrião num indivíduo acabado. Essa convicção é corroborada pelo uso ambíguo do conceito de maternidade que remete ao mesmo tempo a um estado fisiológico momentâneo, a gravidez, e a uma ação a longo prazo: a maternagem e a educação” (1985, p. 19).

Szymanski (2002) aponta para as práticas cotidianas, atividades cooperativas, cujas regras constitutivas são estabelecidas socialmente e devem seguir um padrão de excelência. Tal qualificação serve para avaliar continuamente um pai, uma mãe em sua incumbência de socializar os filhos. É preciso considerar ainda que, além de servir para instrumentalizar a prática de julgamentos morais quanto às famílias, tal padrão de excelência foi construído historicamente pelas elites, persistindo de forma hegemônica e aferindo o enfoque da relação pobreza/família irregular à organização familiar das classes populares (NEDER, 1998).

Observando, de forma crítica, este tipo de prática, a AS-A contra-argumenta com a AS-B que, reproduzindo a ideia de papéis tradicionais:

A gente ainda derrama sobre a família um critério pra atingir, a família só é boa se ela atingir esse patamar. [...] a gente parte do princípio que existe uma família ideal quando coloca que se existe um pai ou uma mãe que não tá exercendo ou que, por exemplo, teve que inverter papéis. **A gente parte do princípio que existe uma família ideal e eu acho que isso é construído. [...] quando esse olhar é pra família, público da assistência social, tem um diferencial, tem outro peso não garantir os cuidados da forma como se prevê.** O sistema de garantia de direitos ele acaba não sendo igual. Tem um peso quando você fala de uma família baixa renda, uma família público da Política de Assistência.

Para essa profissional, no âmbito de uma construção social, há uma idealização de papéis a serem desempenhados pelas famílias, por meio da qual elas são avaliadas, sobretudo as famílias das classes populares. Exemplifica que:

[...] um filho que estuda em colégio particular, o pai trabalha na Europa, quem busca a criança é o motorista, quem cuida da criança é a funcionária e a mãe não é considerada negligente, agora se é uma mãe lá da favela tal, que não pode buscar o filho ou que deixa o vizinho cuidando, é considerada negligente.

Freitas, Braga e Barros (2010, p. 21) nos mostram que a coletivização do cuidado de crianças é fenômeno central na discussão da família brasileira, já que “faz parte da nossa ‘cultura familiar’”. As autoras nos remetem a estudos que mostram a prática cotidiana de transferência do cuidado de crianças às avós, outros familiares, amigos, vizinhos, empregadas, instituições, contudo o olhar preconceituoso “nos faz ver no outro a suposta ‘desagregação familiar’” (p. 20-21). Argumentam que não se trata necessariamente de desafeto ou abandono, mas de práticas de organização familiar diferenciadas, próprias de realidades socioculturais diversas. Neste âmbito, possivelmente Mello (1995) diria que tal avaliação se relacionada aos sintomas do etnocentrismo ou do preconceito sobre as famílias,

sobretudo das classes populares, que recai na vulnerabilização de seus membros pela não execução dos papéis familiares da forma como se prevê tradicionalmente e desconsidera estratégias de sobrevivência como a prática de ajuda mútua entre vizinhos.

Em outros termos, pauta-se em um determinado modelo normativo de organização que desqualifica os sujeitos diferentes e a maneira pela qual as famílias das classes populares se organizam. A autora é enfática ao afirmar que há uma culpabilização das famílias, uma desqualificação cultural de seus membros adultos, que são responsabilizados pela geração de “personalidades deformadas”, inaceitáveis, capazes de cometer as mais bárbaras atrocidades. Infere que “as famílias das classes populares estão no banco dos réus [...]. A patologia social está na pobreza. Ela é a encarnação do mal” (MELLO, 1995, p. 52).

O exemplo em questão corrobora a afirmação de Miotto (2006), no que tange à preservação das expectativas sociais quanto às tarefas e obrigações das famílias, no âmbito de postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e materno. Ainda que as transformações familiares se evidenciem na análise dos profissionais, a compreensão dos papéis e atribuídos aos homens e mulheres na família permanece intacta. Desta forma, esta discussão remete-se à constatação da “permanência de velhos padrões e expectativas quanto ao seu funcionamento e desempenho de papéis paternos e maternos”, ou seja, a permanência de abordagens conservadoras de cunho disciplinador e moralizador, bem como o reforço à opressão das mulheres que caracterizou o trabalho com famílias executado na gênese e consolidação do Serviço Social (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2009, p. 24).

Observa-se que a prática de um comportamento negligente é imputada à mãe que não presta cuidados de garantir a segurança do filho no trajeto da escola, desconsiderando que o uso de seu tempo pode estar condicionado pelas necessidades vinculadas à sobrevivência deste filho, em atividades relacionadas ao trabalho remunerado.

Afonso e Filgueiras (1996, p. 321-322). afirmam que:

É amplamente reconhecido que à medida que as mulheres se incorporam em maior escala ao mercado de trabalho, não se construíram condições para sua saída de casa, não apenas no que se refere à realização de tarefas domésticas [...], mas também em relação a esse suporte para as políticas sociais

Interrogamo-nos se este fato é suficientemente reconhecido, posto que, de modo geral, a interpretação dada pelos agentes do Estado, ao que entendemos ser um problema social e político, limita-se ao âmbito da moralidade, como sendo uma questão doméstica, um “caso de família” a ser resolvido pela mãe no espaço privado.

Outra questão refere-se ao direcionamento das políticas sociais às mulheres, sem o necessário reconhecimento dos movimentos que compõem sua realidade na contemporaneidade. Considerando-se que as mulheres ocupam posição de destaque no âmbito das responsabilidades familiares, têm acumulado a essas funções o trabalho fora do lar. Desta forma, reconhecer as transformações no campo da estrutura e composição das famílias não é suficiente para romper com o padrão de funcionalidade imposto, sobretudo, às mulheres. É necessário reconhecer que tal padrão se refere ao que Campos e Teixeira (2010, p. 26) traduzem como “expectativas de comportamento dos familiares ligados a um momento já passado de sua realidade”.

Segundo Souza (2000 apud MIOTO, 2006), a identidade materna tem sido considerada central no contexto dos serviços de proteção infantil; a responsabilidade materna é um dos aspectos mais enfatizados. Para Mioto os serviços se movimentam a partir de expectativas relacionadas aos papéis típicos de uma concepção funcionalista de família: mulher-mãe, responsável pelo cuidado e educação dos filhos e homem-pai pelo provimento e exercício da autoridade. Um aspecto importante desta concepção é a ausência de conflitos, como se a família não fosse em si mesma um núcleo problemático, mas sim um padrão de ordem e harmonia. Deste modo, a dimensão histórica é ocultada e as divergências são atribuídas à própria família, responsável pela conduta de seus membros.

Além disso, o desempenho de funções está fortemente vinculado a julgamentos morais, sobretudo em relação à mulher, “destinada” a ser o centro do eixo moral em torno do qual as famílias se aglutinam (SARTI, 2003).

[...] ai “a mulher no âmbito do poder”, mas ninguém fala da corrupção. Que mulher que é essa que eu quero ser? Eu quero chegar ao poder, mas eu quero fazer igual ao que o homem fez e construir uma história de tanta corrupção. Ou quero chegar lá e fazer diferente? [...] o que a gente tá criando, o que a gente tá gerando, quando a gente fala de família?

Tais questionamentos parecem reconhecer que a inserção da mulher no âmbito público, político, é uma conquista inconveniente e inoportuna, possivelmente por tratar-se de um campo historicamente marcado por práticas deturpadas. Isto nos remete ao ideário que vislumbra a mulher pura, incorruptível, que lhe atribui qualidades e papéis que entende ser correspondentes por natureza, tendo por referência Maria, mãe de Jesus. Trata-se do *marianismo*, um estereótipo que simboliza crenças e práticas relativas à posição das mulheres na sociedade. Conforme Stevens (1977 apud ARY, 2000, p. 72) o marianismo é tão presente como o machismo, “é o culto da superioridade espiritual feminina, que considera as

mulheres semidivinas, moralmente superiores e espiritualmente mais fortes do que os homens. Esta força espiritual engendra a abnegação, quer dizer, uma capacidade infinita de humildade e de sacrifício”. Portanto, infere-se que, “a mulher no âmbito do poder” (político) ocupa um espaço que não lhe pertence por natureza e ameaça a imagem de virtuosidade que serve de referência à família: a imagem da própria mulher. Por esta ótica, ignora-se a importância das conquistas dos movimentos feministas para as famílias, na medida em que deixa de concebê-las na arena dos embates pela superação de relações hierarquizadas de homens sobre mulheres.

Não obstante, é possível observar posicionamentos que impõem às famílias um projeto de vida descompassado com nosso tempo, ainda que para isso, seja necessário ameaçar ou aniquilar os vínculos estabelecidos, como em situações de mães que temem a perda dos filhos, que se sentem inseguras quanto ao respeito por parte dos agentes sociais. A AS-A exemplifica que, no caso dos serviços que atuam no campo da proteção integral da criança e do adolescente, há uma tendência em:

[...] separar essa criança da família, como se proteger a criança não incluísse a família. No caso do acolhimento, vamos resolver a situação, organizar a família e depois juntar. O quanto esse rompimento, o quanto isso é violento pra essa organização da família. A gente precisa acreditar na possibilidade da família se reorganizar junto. Ela não precisa ser fragmentada pra se reorganizar.

Em consonância, Freitas, Braga e Barros (2010, p. 21) afirmam que muitas vezes denunciemos a exploração de crianças pobres, mas não temos o mesmo olhar no que tange as brutalidades sofridas por seus pais. Esquecemos que as famílias acusadas de negligência, são, muitas vezes, extremamente negligenciadas. A pobreza não deveria justificar o afastamento da criança de sua família, mas está na base das denúncias que culminam na destituição do poder familiar, conforme Fávero (2001). Além da escassez de recursos, a pobreza parece implicar em formas de organização consideradas “duvidosas”, desrespeitadas pelo Estado, por meio das práticas de seus agentes. A AS-A relata um exemplo que se caracteriza como sendo um estranhamento que cumpre o papel de mobilizar julgamentos morais.

Numa situação o acolhimento tava baseado no julgamento do modo de vida de uma pessoa. A mãe faleceu, o homem estava com as duas crianças [...] um serviço fez a denuncia, porque **achou que as crianças precisavam ser afastadas deste homem perigoso, que tinha uma fé confusa**, que acreditava que conseguia tirar o mal das pessoas. (O mesmo) negava a medicina formal e foi entendido que as crianças estariam em risco junto com esse cuidador. Mas ele tem nove outros filhos que ficaram adultos, que estão

trabalhando, que estão seguindo a vida deles e foram criados pelo mesmo homem. O quanto o estranhamento gera abertura pra que eu possa julgar, por ser estranho eu me permito julgar e aí confunde todo padrão. Na verdade não era nem um preconceito religioso, era preconceito quanto ao modo de vida, a religião na verdade não existia. **Eu li em alguns relatos que a fé daquela pessoa era uma fé confusa, quer dizer não tem direito até de ter fé.**

Inferre-se que com o falecimento da esposa, este “homem perigoso” passou a chamar a atenção dos agentes do Estado, já que a partir deste fato acumulou ao papel paterno, o materno. Com essa avaliação, esses agentes estabelecem uma relação de continuidade com a idealização de um modelo de família em que uma mulher responda pelo cuidado das crianças e a fé se vincule a um determinado padrão moral cristão. Essa idealização nos remete as considerações de Vuyst (1956), mencionadas no primeiro capítulo. Para essa autora, é necessário que os indivíduos se submetam a uma formação moral e doutrinal. Por isso valoriza a criação de instituições que afastem as crianças de suas famílias “moralmente perigosas” e as reeduem no catolicismo. Porém, ao criticar tal avaliação, cujo sentido é a moralização da família, a AS-A sinaliza uma ruptura com o marco que caracterizou o período de gênese e consolidação do Serviço Social no Brasil.

Nesta perspectiva, transitamos entremeio a alguns fatores destacados por Mioto (2011) como a incapacidade das políticas sociais abarcarem a diversidade de famílias existentes e a *cultura de especialistas* que impacta no processo de normatização da vida familiar e se constitui vetor de controle do Estado sobre a família.

Gueiros (2010) mostra a insegurança das famílias quanto ao respeito a seu modo de organização, por meio do depoimento de uma mãe que:

[...] ao explicitar os motivos do acolhimento institucional de seus filhos, indicou como uma das causas a instabilidade de trabalho e de domicílio por ela vivida e as rupturas daí decorrentes. Esclareceu que, num dado momento, com o intuito de manter os filhos consigo, retornou à casa dos pais, em outro estado, porque estava separada do companheiro e, para continuar a trabalhar em São Paulo, precisava deixar suas crianças, durante o dia, com uma vizinha. Porém, foi alertada por outras mulheres que esse arranjo poderia resultar na perda de seus filhos. A fala dessa mãe parece ilustrativa de como a população não se sente segura quanto ao respeito, por parte dos “agentes” de um sistema cujo objetivo é ser protetivo, a suas estratégias de sobrevivência, que incluem, por exemplo, relações de obrigações mútuas com a vizinhança.

As AS-A e B concordam entre si que a expressão “famílias desestruturadas” é um termo “rompido”, que “não se usa mais”. Mas, a AS-A alerta que embora haja tal ruptura, a ideia que sustenta o uso do termo pode estar se perpetuando em práticas

profissionais que se pautam nas noções de família normal, que cumpre seu papel, e família anormal, que não cumpre:

[...] quando a gente tá falando de família, acho que o grande passo para o profissional de Serviço Social é superar o estranhamento da diversidade. Eu não consigo me desvincular disso, isso é muito forte ainda na nossa profissão. Quando a gente fala, a gente ainda fecha em padrão, a gente ainda tá fechado. A gente ainda pensa em família desestruturada, é um termo que a gente já rompeu, é um termo que não se usa mais, mas a prática ainda nos remete a atuar pensando no desestruturado, no estruturado.

Essa profissional se incomoda com tal ideia e afirma que o grande desafio é a interpretação que os agentes sociais têm sobre as famílias.

Pra onde tá direcionado o nosso olhar pra família, em qual lente que a gente tá olhando pra essa família? [...] pensando como a família se apresenta hoje, acho que passa muito mais pelo exercício nosso de **como a gente olha pra essa família hoje**. Uma das coisas que me incomoda no trabalho com famílias é olhar que a gente ainda tem [...] não só do Serviço Social, mas acho que trabalhadores sociais precisam construir e exercitar esse olhar sobre a família.

Nessa direção, a AS-A incorpora a discussão de Neder (1998) quando esta evidencia um “olhar” desfocado sobre a organização familiar no Brasil, tendo em vista que o fracasso é atribuído a “desestruturação” ou “irregularidade” das famílias das classes populares. “Ajustando o foco das lentes”, a autora infere que o fracasso aponta para a incapacidade política de enxergar as diferenças e formular estratégias públicas de qualidade.

Neste sentido, Miotto (2006) sugere a construção de “um novo olhar sobre as famílias”, o que significa desvencilhar-se das distinções discriminadoras, dos estereótipos e preconceitos delas decorrentes, significa uma mudança de postura e a construção de novas relações entre estas e os serviços. A AS-C relata a dificuldade de romper com esta perspectiva:

Eu teria dificuldade em atender uma família onde eu soubesse que o pai, em sua consciência, abusava de uma criança. O mais difícil pra mim, seria o preconceito... Não conseguiria atender o abusador. Porque eu não iria neutra... Eu já iria achar que ele não tinha direito a nada. Você entendeu? Eu teria preconceito em atender mulher vítima de violência, eu nunca atendi, mas eu acho que teria um certo preconceito.

Em resposta, a AS-D traz o exemplo de uma colega, uma assistente social que também relatou ter dificuldade de atuar em situações de violência sexual.

[...] aquela assistente social veio com condenação para atender aquele usuário. E quando ele chegou na frente dela, ele era um senhor totalmente assim, vulnerável já. Ele já estava totalmente acabado, debilitado, fragilizado... Então, ela viu que **aquele senhor era um ser humano. O assistente social trabalha com o ser humano.**

Segundo Freitas, Braga e Barros (2011, p. 19, grifos nossos), para lidar com realidades diferenciadas, os assistentes sociais precisam ver a família na complexidade da sociedade moderna, ter “um olhar que *busque o conhecimento*, não o julgamento e o preconceito que habita dentro de nós”. As autoras relembram a advertência de Pierre Bourdieu sobre se afastar tanto do olhar do estrangeiro, para quem tudo é exótico, quanto do olhar do nativo, para que tudo é natural.

Por outro lado, observa-se que, ao enfatizar o indivíduo como ser humano, pode-se incorrer na idealização dos primeiros assistentes sociais quanto à concepção de pessoa humana. Como já sinalizamos, no âmbito de uma interpretação metafísica, idealiza-se o homem como autodeterminável, a partir de sua *perfectibilidade e liberdade*. Assim, deixa de considerar a realidade, pois se enfatiza a possibilidade de cada indivíduo superar os problemas sociais, a partir de boas escolhas e do aproveitamento das oportunidades dispostas.

Entende-se, segundo Marx (apud IZQUIERDO, 1990), que:

[...] na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, **independentes de sua vontade**; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem formas determinadas de consciência. **Não é a consciência dos homens o que determina a realidade; ao contrário, a realidade social é a que determina sua consciência.**

Com esta observação, não se pretende negar que o homem transforma o mundo<sup>31</sup>, mas considerar que este produz a sociedade e, ao mesmo tempo, é produzido por esta. De acordo com Marx e Engels (1998 apud SANTOS, 2011, p. 15), o homem é produzido pela sociedade na medida em que as condições materiais de existência determinam suas ideias: “ao mudarem as condições de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções, os seus conceitos - numa palavra a sua consciência”. Assim, ainda conforme Marx (apud SANTOS, 2007, p. 81, grifos nossos), “os homens fazem sua própria história, mas **não a fazem como**

---

<sup>31</sup> O homem transforma o mundo e a si mesmo por meio do trabalho, dada a teleologia como capacidade de projetar finalidades.

**querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha**, e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Portanto, o homem não determina, por si só e a qualquer momento, a sociedade ou suas condições materiais de existência. O homem é um ser social e, portanto, determinado pela sociedade no curso da história.

### 3.3 A DIREÇÃO IDEOPOLÍTICA DOS ASSISTENTE SOCIAIS NO TRABALHO COM FAMÍLIAS

As políticas sociais se constituem em um campo fértil para o trabalho com famílias, tanto em instituições públicas quanto privadas. Um exemplo expressivo, porém não exclusivo, de como a família vem sendo abordada na contemporaneidade, é a Política Nacional de Assistência Social<sup>32</sup>, cuja diretriz é a matricialidade sociofamiliar. A crise econômica e do “mundo do trabalho” são consideradas para justificar a centralidade familiar no âmbito das ações da política de assistência social.

No que tange à relação entre família e políticas sociais, Mioto (2011) destaca essa mesma política e identifica duas tendências ou concepções em disputa. Uma das tendências entende a família e o mercado como canais naturais de provisão do bem-estar dos indivíduos, sendo que a primeira instância tem primazia na socialização, provimento e proteção social. Desta maneira, as famílias são enfatizadas como rede de apoio e solidariedade e acumulam uma série de atividades com o cuidado de seus membros, antes executadas pelo Estado. Por esta concepção, as famílias que não conseguem desempenhar suas funções são consideradas desestruturadas, falidas ou incapazes.

Para Jacques Donzelot (1980), trata-se de um mecanismo para assegurar a ordem pública, em que:

**[...] o Estado se apoia diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo do descrédito público e com suas ambições privadas** [...] o Estado diz as famílias: mantende vossa gente nas regras da obediência às nossas exigências, com o que, podereis fazer deles o uso que vos convier e, se eles transgredirem vossas injunções, nós vos forneceremos o apoio necessário para chamá-los à ordem (DONZELOT, 1980, p.51).

---

<sup>32</sup> O uso da assistência social como exemplo se dá em função de constituir-se em um campo privilegiado no que tange ao enfoque dado à família, conforme a Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005). Entretanto, vale salientar que a família aparece como uma dimensão fundamental em outras políticas, bem como o âmbito de atuação dos assistentes social não se limita a uma única política social.

Nessa tendência prevalece o princípio da subsidiariedade - princípio este constituinte da Doutrina Social da Igreja Católica e contemplado na introdução do Código de Ética Profissional do Assistente Social, aprovado em 30 de janeiro de 1975 (grifos nossos):

[...] o Serviço Social, no dinamismo de sua atuação, exige contínua referência aos princípios de:

I. Autodeterminação – que possibilita a cada pessoa, física ou jurídica, o agir responsável, ou seja, o livre exercício da capacidade de escolha e decisão;

II. Participação – que é presença, cooperação, solidariedade ativa e corresponsabilidade de cada um, nos mais diversificados grupos que a convivência humana possa exigir;

**III. Subsidiariedade que é elemento regulador das relações entre os indivíduos, instituições ou comunidades**, nos diversos planos de integração social.

Esse princípio prevê a intervenção supletiva do Estado somente quando necessária, quando a família fracassar na execução de seu papel. Por esta via, a assistência social corresponde à ajuda pública, a uma compensação de caráter temporário às famílias que apresentam dificuldades de buscar, gerir e otimizar recursos, de desenvolver estratégias de sobrevivência e convivência, de alterar comportamentos e estilos de vida, enfim, de se articular em redes de solidariedade. Assim, as famílias se tornam objeto das políticas sociais, sob o foco da ideia de falência. Trata-se do enfoque familista por meio do qual se evidencia o discurso oficial de valorização das redes familiares, que estimula à solidariedade, reciprocidade, autoprodução de serviços e o afastamento de valores antifamiliares. Mas que, por outro lado, obscurece as mediações da realidade social, atribuindo à família a responsabilidade pelos problemas sociais.

E a outra tendência defende a relação entre família e políticas sociais no campo da cidadania social, cujos direitos sociais são interpretados como invioláveis e universais, possibilitando a autonomia dos indivíduos e famílias em relação ao mercado. Segundo Esping-Andersen (2000 apud MIOTO, 2011) trata-se do processo de desmercadorização, que só ocorre quando o Estado se constitui na principal instância de provisão do bem-estar dos indivíduos. A este campo, vincula-se ainda o processo de desfamiliarização, em que há um abrandamento da responsabilidade familiar em relação à provisão de bem-estar social. Nesta direção, há uma ruptura com a ideia que vincula a assistência social à falência das famílias e o acesso deixa de ser condicionado pelas condições destas e passa a se dar pela condição do próprio indivíduo.

[...] ela foi entregar porque de repente não tem emprego, não tem qualificação e **aí sim entraria a obrigatoriedade do Estado em oferecer uma opção** pra essa mulher, de subsidiar com elementos concretos e ferramentas pra que ela possa sim, não precisar entregar esse filho por causa de uma separação.

Observa-se que a AS-B verbaliza a obrigatoriedade do Estado apenas na ocasião de falência da família, constituindo-se em uma interpretação vinculada à lógica da primeira tendência supracitada. Desta forma, pretende-se instituir um acordo entre família e Estado, sob a orientação deste último. Em relação ao exercício profissional dos assistentes sociais, nessa perspectiva, a AS-A afirma:

[...] a gente acaba tentando dividir a responsabilidade da criança com a mãe, ou com qualquer responsável que seja. Primeiro pra não haver o afastamento, o rompimento total dos vínculos, trazer ela (a família) pra participar da decisão; o que ela acha que é importante, que é bom, o que acha que tem que ser feito pra que aquela situação se supere? Quando a gente coloca a atuação profissional nessa mão, acho que é uma construção cultural, de saber profissional, de técnica.

Para Freitas, Braga e Barros (2011) as famílias estão sendo chamadas a uma “parceria” com Estado, contudo parceria pressupõe uma relação de iguais. Deste modo, essas autoras questionam o grau de autonomia com que se dá a participação das famílias no âmbito das políticas públicas. Interessante observar que, por vezes, a participação familiar se dá no sentido de estabelecer compromissos com as decisões tomadas ou de garantir o sucesso das ações propostas pelo Estado. Conforme o depoimento acima, o incentivo à participação familiar pode até ser considerado um avanço metodológico, técnico-operativo da profissão.

A AS-E também relata a importância de se respeitar a cultura familiar, posto que imposições podem ferir e não trazer resultados duradouros.

Já atendi pessoas que saíam na rua recolhendo lixo pra dentro de casa, móveis velhos... Sempre foi privada de tantas coisas que, o que acha na rua, acha que é útil. Vive uma vida com poucos recursos, deve ser medo de faltar. É complicado, como é que você vai mudar isso? O máximo que agente pode fazer é orientar em relação à saúde... Mas já vi muita gente que acionou a vigilância sanitária que foi lá e levou tudo o que a pessoa tinha. Trouxe até um trauma pra pessoa. Mas aí o que aconteceu? Ela foi lá e juntou tudo de novo. Não adianta! Por isso a gente tem saber ouvir o usuário pra saber qual real demanda, sua real necessidade, aquilo que realmente precisa. Porque se agente não ouve o usuário, agente acha que sabe aquilo que ele precisa.

A AS-C traz o exemplo de sete famílias, cujas crianças apresentaram histórico de rua e uso de substâncias psicoativas. Ela relata que:

[...] o “Programa Onde Moras” fez sete casas e, dentre as sete famílias contempladas, uma ficou na casa até agora. O resto não deu conta, virou mocó, vendeu e voltou pra rua, vendeu e voltou pra barraquinho, voltou pra abrigo.

Em resposta a esse relato, a AS-D infere que, equivocadamente, profissionais das diversas áreas supõem que podem decidir a vida dos usuários, contudo:

[...] não adianta você fazer um encaminhamento para o usuário e ele não se adaptar, não aceitar. Como você colocou, dessas sete, só uma deu certo. Por quê? Porque de repente foi imposto.

Por esta lógica, considerando-se a possibilidade de insucesso dos encaminhamentos essa profissional defende que os usuários devem participar das decisões. Ainda para referendar esse posicionamento dos assistentes sociais, a AS-A relata:

[...] eu lembro que numa dessas discussões de caso, agente trouxe a família (a mãe) pra participar. Agente colocou “a senhora vai fazer um curso”. Todo mundo tava crente que ia sair dali com o curso encaminhado pra ela e aí ela falou “mas eu não quero fazer curso, eu tenho meu dinheiro, eu tenho minha pensão, eu não quero fazer curso”.

O reconhecimento do poder de escolha e da participação das famílias nas decisões junto às ações dos serviços públicos, pode ser considerado um avanço, na concepção de alguns profissionais. Porém, questionamo-nos se há um reconhecimento dos indivíduos como sujeitos de direitos, na perspectiva da emancipação, ou se a importância de sua participação nas decisões é reconhecida em função de sua responsabilização ou do sucesso dos encaminhamentos.

Quando a família não supera sua condição de “família incapaz”, atribui-se ao fato de não ter aderido aos encaminhamentos, pois as condições para superação foram, supostamente, disponibilizadas pelo Estado. Nesta perspectiva, dos serviços como ajuda pública, permite-se que as famílias participem das decisões afetas a elas, contudo quem deveria precisar de consentimento para participar de tais decisões é o Estado e os demais agentes externos a elas. As responsabilidades pelos problemas sociais, pela garantia de socialização e preservação do tecido social são privatizadas, são atribuídas à família; mas as decisões tomadas devem ser compartilhadas, no âmbito de uma suposta parceria.

A relação entre família e Estado, segundo Miotto, é conflituosa e contraditória, “por estar menos relacionada aos indivíduos e mais à disputa do controle sobre o comportamento dos indivíduos” (SARACENO, 1996 apud MIOTTO, 2006, p. 45). A autora nos lembra ainda que, ao longo da história, esta relação foi marcada pela invasão progressiva

e pelo controle do Estado sobre a vida familiar e individual, no sentido de tolher a legitimidade e desorganizar os sistemas de valores radicados no interior da família.

Como se observou no segundo capítulo, por esta via, buscou-se o controle e a elaboração de normas para a família, sob o discurso de uma controversa necessidade de investigação e intervenção para o enquadramento. A AS-E comenta um posicionamento autoritário que nos remete a essa prática, o qual se pensava estar superado no exercício profissional dos assistentes sociais contemporâneos:

Antigamente as assistentes sociais limpavam a casa da pessoa e hoje em dia não limpam, mas, infelizmente, chegam à casa da pessoa e dão broncas: “ah, porque tá desarrumado”. Já ouvi muito isso.

A execução da limpeza, pelas assistentes sociais, não foi identificada em nossa trajetória e nem nos textos consultados neste estudo, o que pode sinalizar um desconhecimento da história da profissão por parte da AS-E. Entretanto, no estudo de Verdès-Leroux (1986), acerca do Serviço Social na França, aponta-se a relação das assistentes sociais com o higienismo, a partir da junção com um grupo de médicos. Com tal aproximação pretendia-se fazer uso da autoridade, que a companhia dos médicos lhes conferia, e tornar reconhecida a cientificidade do trabalho social para ampliar a vigilância às classes dominadas. A autora informa que, por meio de visitas domiciliares, a fiscalização das assistentes sociais se estendia a todos os domínios, “os cuidados com a casa, o orçamento, o pagamento do aluguel, a higiene corporal, a autoridade da mãe sobre os filhos, a decoração das paredes”, inclusive, se necessário fosse, desdobravam lençóis e abriam armários.

No estudo em questão, relata-se também que a ingerência das noções de higiene social e patologia social no Serviço Social foram constatadas nos moldes das pesquisas, nas intervenções, que partiam do diagnóstico ao tratamento, e no próprio vocabulário e uso de metáforas. Dizia-se: “tal como a saúde - estado precário -, o *corpo* social está constantemente ameaçado por *infecções, contaminações e epidemias*” (VERDÈS-LEROUX, 1986, p. 31, grifos nossos). Gillard (1939) apontava que as ações culturais e educativas seriam o *remédio* para a “família impotente” que não desempenhasse ou não quisesse desempenhar seu papel de educar os filhos. Segundo Nery (1996), vale ressaltar que Mary Ellen Richmond consagrou, em sua principal obra “Diagnóstico Social”, de 1917, formas de coletar informações sobre as famílias pautadas nas formas médicas<sup>33</sup>, além da utilização do termo *cliente* em referência às pessoas pobres atendidas.

---

<sup>33</sup> Segundo Nery (1996), com essa obra, Richmond buscou formular um padrão de atendimento metódico, vinculado ao serviço social de casos individuais. Para diagnosticar a problemática social do cliente, tal método

Desta forma, impunha-se uma visão de mundo que se entendia justificar o direito de intervenção profissional, bem como o interrogatório por meio de numerosas perguntas íntimas, cujo teor constrangedor exigia a repressão e submissão (VERDÈS-LEROUX, 1986). Essa visão de mundo justificava ainda uma violenta classificação das famílias operárias e rotulação dos indivíduos em “recuperáveis” e “irrecuperáveis”. Tendo em vista, esse aspecto da história da profissão, cumpre-nos sinalizar que o uso de termos usados na área médica referia-se a concepção higienista supracitada.

Deste modo, salienta-se a continuidade do uso desses termos por assistentes sociais da contemporaneidade, conforme se pode verificar nas falas abaixo:

[...] a gente vai **tratar o problema** dele, vamos tratar... Eu digo tratar, porque é por ai que agente vê: “**vamos tratar esse menino ou vamos tratar essa mulher**” (AS-A).

[...] (famílias incestuosas) são **pessoas doentes** (AS-C).

[...] a droga tem que ser encarada como uma **doença** [...] essa pessoa (que violentou uma criança) precisa de ajuda. É uma **pessoa doente** (AS-E).

Segundo Neto (2009), “o ‘tratamento’ dos afetados pelas refrações da ‘questão social’ como individualidades sociopáticas” indica a conversão dos problemas sociais em patologias sociais. Infere-se, portanto, uma continuidade na perspectiva dos problemas sociais como patologias sociais.

Observa-se, também, uma perspectiva de ruptura quando a AS-A manifesta a necessária reflexão sobre o trabalho com famílias, tendo em vista que pode assumir um caráter contraditório ao propor a proteção das famílias e acabar por desrespeitar sua organização.

Ela podia não aparecer pra agente, essa mulher, ela podia passar por uma situação, procurar a rede de proteção dela, familiar, os vizinhos, se reorganizar e seguir a vida dela... Mas, em algum momento os serviços entraram. Existem milhares de famílias que nem passam pela gente. Eu fico preocupada, **depois que o serviço atuou nessa família ela virou de pernas para o ar!** Éhhh, trabalhar com família é uma construção que agente tá buscando na raça.

Demarca-se, portanto, um aspecto contraditório, tendo em vista a continuidade das práticas profissionais mencionadas pela AS-A. Ressalta-se, ainda, a contraditoriedade da centralidade nas mulheres por parte dos serviços. O fato das mulheres

---

partia das determinações do meio social, que influenciavam diretamente a “personalidade” do cliente. Contudo, entendia-se que a mudança da sociedade deveria partir do indivíduo, por isso buscava-se, em termos terapêuticos, o “ajustamento” de sua personalidade, através de uma interação com o assistente social.

ocuparem a posição central no interior das famílias torna-se um aspecto de fundamental importância nas discussões atuais, devendo ser considerado no âmbito da avaliação de programas e serviços vinculados às políticas sociais.

Em Londrina-Pr, no processo de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) “a mulher-mãe ainda continua sendo a interpelada para participar das chamadas atividades socioeducativas, ainda é responsabilizada pelos filhos e pelo cumprimento dos critérios de permanência no programas” (CARLOTO, 2006, p. 153). De modo geral, tais políticas partem do pressuposto que, segundo Carloto (2006, p.145), “não só as mulheres são mais confiáveis como mães, como são mais confiáveis que os homens na aplicação correta do benefício e tão ou mais capazes do que eles, garantindo assim a eficácia dos programas”. Por esta via, as mulheres se tornam objeto das políticas sociais, bem como já o dissemos sobre as famílias, sob uma ótica despolitizada que reafirma seu papel tradicional e ignora as contradições da relação patriarcal entre homens e mulheres.

No debate entre as AS-A e AS-B, quase a totalidade dos exemplos se referiam a situações com mulheres-mães. A AS-A justifica que:

Quando a gente fala de família, a gente fala de questão gênero: família é mãe, é mulher. A questão de gênero o quanto tá enraizada. A gente foi fazer uma visita pra uma mãe, ela tava presa e os filhos na instituição (abrigo). E a gente foi fazer o atendimento, tenso, era difícil discutir com ela quais encaminhamentos que a gente ia fazer, porque nós é que estávamos fazendo os encaminhamentos, **ela tava lá dentro. E quando a gente foi fazer essa conversa foi justamente pensando nisso, ela tem que participar desse processo, ela é mãe das crianças!**

Tendo em vista o princípio que ambos os pais têm responsabilidades comuns em relação à educação e desenvolvimento dos filhos, concordamos com Carvalho, e consideramos um equívoco “eleger apenas a mulher na família como porta de relação e parceria” (2008, p. 273). Sabe-se que, nas ações relacionadas às políticas públicas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o foco são as mulheres (MDS, 2011). Tal direcionamento se explicita no artigo 23-A, por meio do qual “o titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento”. A partir da concepção tradicional das responsabilidades da mulher com a família, entende-se que seu papel é fundamental na redução da pobreza, na saúde e educação das crianças e adolescentes.

O crescimento de famílias pobres chefiadas por mulheres tem chamado atenção neste âmbito, sobretudo das famílias monoparentais<sup>34</sup>, devido a sua condição de vulnerabilidade. Se, por um lado, há quem questione tal afirmação, defendendo que pode estigmatizar as mulheres como “incapazes” de cuidar de suas famílias; por outro, há quem reconheça que tal vulnerabilidade não advém das capacidades das mulheres, mas das condições conjunturais como sua inserção precária no mercado de trabalho e a divisão desigual de responsabilidades com os homens.

Neste sentido, o que queremos destacar é que, as mulheres, como responsáveis pelas famílias no âmbito dos programas de transferência de renda, assumem também a posição de principais responsáveis no cumprimento das condicionalidades impostas. A existência de tais condicionalidades explicita que o benefício somente é outorgado mediante o cumprimento de determinadas condições, pois o não cumprimento sucessivo gera bloqueio, suspensão ou cancelamento. Assim, conforme Gomes (2011), o processo de cumprimento das condicionalidades, afeta o tempo e o trabalho das mulheres, limitando seu espaço de agenciamento e emancipação.

A autora infere que, ainda que aleguem a participação e empoderamento<sup>35</sup> feminino pelo aumento da renda, tais programas não abarcam a inserção destas mulheres no mercado de trabalho, mas tendem a naturalizar seu papel reprodutivo, no sentido de que, com os recursos financeiros em suas mãos, respondem pelos cuidados familiares. Assim, estes programas reforçam a segmentação de gênero no que tange às responsabilidades domésticas, sem levar em conta uma mediação importante, as relações assimétricas de poder entre os sexos.

O uso da concepção de família que reconhece outros modelos, para além do modelo nuclear burguês, representa um grande avanço no âmbito desses programas, contudo não é suficiente, tendo em vista que as transformações familiares vão além da diversificação de modelos compostos. Suas constantes transformações vão alterando também as formas de

---

<sup>34</sup> Segundo Lefaucher (1997 apud VITALE, 2002), famílias monoparentais são unidades domésticas cujo responsável vive sem cônjuge e na companhia de filhos solteiros, com menos de vinte e cinco anos.

<sup>35</sup> Para Horochovski e Meirelles (2007, p. 493) o termo empoderamento tem sido amplamente usado em várias áreas do conhecimento e se presta a vários usos, por diferentes perspectivas intelectuais, políticas e de intervenção na realidade. Os autores figuram que determinadas propostas de empoderamento podem servir a projetos neoliberais como, por exemplo, quando assinalam a redução de recursos estatais e delegação do enfrentamento dos problemas sociais para organizações e comunidades sob o argumento de fortalecê-las. Identifica-se, portanto, a necessidade de problematizar o termo, tendo em vista essa perspectiva que suprime a dominação entre as classes, sexos e raça/etnia, retira seu “componente de conflito, mediante a despolitização da mudança e o controle desta pelo *status quo*”.

se viver, de se relacionar, constituindo novas dinâmicas como a participação das mulheres no mercado de trabalho.

Observa-se, na seguinte exposição da AS-B, que essas transformações são consideradas negativas. As “novas” dinâmicas das mulheres, e também do Serviço Social, são interpretadas no âmbito de uma contradição moral, inferindo que, desta forma, o trabalho com famílias se constitui num desafio, porque:

[...] **há uma crise complexa** quando a gente pensa na sociedade contemporânea, que a minha liberdade está acima de muitas coisas. Pela minha liberdade tudo eu posso, faço o que eu quero, só que aí eu **não penso no coletivo**. Acho muito complicado isso até dentro do Serviço Social, como lidar com isso, com essa **contradição de valores**. Eu vejo nas mulheres, lá no meu trabalho, ao mesmo tempo que quero autonomia pra usar meu corpo do jeito que eu quero, eu quero combater a gravidez precoce. Eu quero sair com a roupa que eu quiser, com quem quiser e, ao mesmo tempo, quero combater a prostituição, quero combater o tráfico de mulheres. É muito contraditório, o tempo todo. Tem que avançar em como lidar com essas famílias dessa forma (grifos nossos).

Tal como se observou na interpretação dos primeiros assistentes sociais brasileiros, a análise das refrações da “questão social” e do movimento da realidade tende a ser substituída pela crítica ao individualismo. Por esta percepção, valoriza-se o compromisso com o “coletivo” e o sacrifício individual em defesa do bem comum, conforme se propunha com a idealização de uma “democracia cristã”.

Recorde-se que essa idealização de sociedade harmônica, presente nas interpretações dos primeiros assistentes sociais brasileiros, pautava-se no conservadorismo romântico, cujos modelos medievais eram rememorados por sua fixidez moral. Conforme se observou no capítulo anterior, entendia-se que, a partir da Revolução Francesa, a sociedade moderna incorrera numa **grave crise de valores**, demandando uma reatualização dos valores cristãos de outrora. Conforme dizia Mancini (1940b, p. 7), “a sociedade moderna padece de graves deficiências [...]. A crise de que sofre o mundo moderno [...] é uma crise da vida espiritual [...]. O mundo sofre, sofrem o Estado e os homens”. Por esta via, desconsidera-se que os valores são construídos historicamente e em conformidade com as mudanças necessárias ao modo de produção. Portanto, ao se enfatizar uma crítica ao individualismo, na perspectiva do ideário cristão, propõe-se a retomada de uma moralidade historicamente ultrapassada e inviável ao modo de produção da contemporaneidade.

Por outro lado, na medida em que a AS-B associa determinados problemas sociais ao comportamento das próprias mulheres, infere que estes advêm dessa crise de valores, de um posicionamento contraditório por parte destas. Sem considerar esses problemas

no âmbito das contradições da sociabilidade capitalista, limita-se à análise da conduta moral das mulheres. Exprime-se, portanto, uma perspectiva decididamente moralizadora. Assim, deprecia as lutas feministas em favor da autonomia das mulheres, do uso independente de seus corpos e do direito de tomar decisões sobre si mesmas.

O contexto socio-histórico, político, cultural é desconsiderado, no sentido de que a resolução dos problemas sociais transita entre o comportamento dos indivíduos, a partir das potencialidades da família e do trabalho em rede.

Duas profissionais ressaltaram a importância de valorizar as potencialidades da família. A AS-A expõe sua crítica em relação ao sistema de informação da Política Nacional de Assistência Social, entendendo que este estimula a leitura das vulnerabilidades sociais, em detrimento das potencialidades familiares. Ainda que um dos objetivos das ações vinculadas a tal política aponte à identificação e fortalecimento de potencialidades dentro da perspectiva familiar - conforme Resolução nº109/2009 sobre a Tipificação de Serviços Socioassistenciais - a profissional infere:

Nessa lente onde a gente enxerga com muita clareza as vulnerabilidades, (enxergar) as potencialidades é um exercício [...] ainda é uma dificuldade. A gente passa a tentar enxergar a potencialidade dentro daquela família para que ela possa sim superar aquilo. O quanto a gente precisa potencializar essa família!

Deste modo, busca defender uma perspectiva que coloca em foco as potencialidades e que prioriza a preservação dos vínculos, independentemente da estrutura e composição da família. Também sob o ângulo das potencialidades familiares na resolução dos problemas sociais, a AS-E ressalta que o profissional deve verificar:

[...] onde pode estar potencializando essa família, ouvir essa família, dar esse suporte **para que ela possa cumprir sua função**. Trabalhar a potencialidade dessa família, **o que ela pode oferecer**, o que ela tem de bom, para que ela possa ser esse porto seguro. **A política de assistência fala muito sobre potencializar e eu me apropriei disso porque concordo muito com isso. Se a gente começar a olhar a família só pelo lado ruim, a gente tem uma tendência a fazer isso... A gente acaba nadando e morrendo na praia, porque você olha pra aquela família e você acha que ela nunca vai conseguir superar aquilo. Em vez de ficar só olhando a vulnerabilidade, vamos olhar o que ela traz de bom. As vezes é tão pequenininho e as vezes está tão escondidinho, mas é o que vai fazer toda a diferença.**

A este propósito, é cautelar compreender que vulnerabilidades e potencialidades familiares são mediações, não dicotômicas, de uma mesma realidade e, por isso, devem ser consideradas no âmbito das políticas sociais. Todavia, o que se deve destacar nesta discussão é o *fundamento* ideopolítico que compõe a direção social e a compreensão das

famílias na contemporaneidade. Com essa demarcação, observa-se que as vulnerabilidades podem ser úteis tanto para reconhecer politicamente os direitos sociais, quanto para servir à perspectiva que desqualifica e inferioriza as famílias das classes populares. Da mesma forma, a percepção das potencialidades tanto pode possibilitar a compreensão dos indivíduos enquanto sujeitos, que se constroem historicamente no movimento da realidade, como também pode contribuir com a idealização da família como a principal instância responsável pelos indivíduos. Nas interpretações das profissionais que destacaram as potencialidades, evidencia-se um elemento de continuidade com o fundamento ideopolítico do Serviço Social “tradicional” e uma dificuldade de decifrar a lógica das políticas sociais. Em alguns trechos - como “a gente passa a tentar enxergar a potencialidade dentro daquela família para que ela possa sim superar aquilo” e “(potencializar) para que ela possa cumprir sua função” - observa-se que as potencialidades devem ser enfatizadas para que a família corresponda com as expectativas quanto à proteção social de seus membros. Por outro lado, estas interpretações podem desqualificar as famílias, como nos trechos “(o que a família traz de bom) às vezes é tão pequenininho e às vezes está tão escondidinho” ou “o quanto a gente precisa potencializar essa família!”.

A importância do trabalho em rede, envolvendo os serviços vinculados às diversas políticas sociais, foi bastante comentada pelas profissionais que participaram dos debates. No primeiro debate, a AS-A ressalta o trabalho em rede como estratégia na obtenção de informações sobre as famílias.

Pensar mesmo em trabalho em rede: quais serviços vão ser participantes, quais vão atender essa família? Tentar buscar informações com rede de serviços... A política de assistência social tá começando, se organizando, se estruturando, se descobrindo. Vive crise de identidade, vive limites. O que é da Assistência? O que não é? **A gente trabalha bastante essa questão “ah, mas isso é da saúde, é da educação, isso aqui não é nosso”.**

Já AS-B destaca a importância do trabalho em rede em função da “fragmentação das políticas” e dos serviços.

No meu setor, eu posso oferecer uma capacitação pra essa mulher, pra ela ter um estágio, uma renda. Aí de repente vou ter que acionar outro serviço, pra ver como que vai fazer pra essa mulher se manter enquanto isso. É a questão do trabalho em rede, você não faz nada sozinho. E outra coisa é a questão da pontualidade, o acompanhamento é muito superficial, a gente não consegue ter acesso a todo aquele contexto. Então **acaba sendo uma ação fragmentada, ainda individualizada pela própria característica dos diversos serviços.** [...] Você manda pra cada segmento, mas... a gente faz ações muito pontuais mesmo. Acho que o trabalho com famílias é quase inexistente, dentro de toda essa fragmentação.

Com essa análise, a AS-B vai ao encontro da reflexão de Carvalho (2002), no que tange a necessidade de um pacto entre políticas setoriais, de forma a garantir a retotalização das atenções hoje setorizadas e fragmentadas. Para a autora, “passamos a fragmentar os indivíduos na forma de atenção pública”, pois temos “os direitos dos indivíduos de *per si* (criança, mulher, negro, idoso...); a fragmentação dos indivíduos em necessidades transformadas em direitos de *per si*: direito à saúde, educação, transporte...; a psicologização das relações sociais” (CARVALHO, 2002, p. 12). Desta forma, conforme Mito (2006, p. 55), as famílias só recebem a atenção dos serviços quando se encontram em situações emergenciais e por isso, com tais abordagens, os profissionais se detêm a uma “leitura limitada das demandas que lhe são colocadas e perdem de vista os processos relacionais como um todo”.

No segundo debate, as profissionais utilizam o exemplo do trabalho realizado com moradores de rua e explicitam a lógica do atendimento.

Sozinho, seu campo de trabalho não vai resolver. Não seria da assistência, seria da saúde. Mas da saúde também teria que ir pra instituição que trabalhasse habitação. Daí a habitação vai falar “ai foge do meu ofício, porque isso é da assistência, é do CRAS”. Teria que ter uma articulação mais trabalhada.

Já a AS-C relata que:

[...] nós que trabalhamos no social também lidamos com a questão da saúde. Tem problema de saúde, drogadição, álcool e acaba ficando em situação de rua, perde o emprego, o vínculo familiar, não consegue mais trabalhar, estudar, fazer mais nada. Tem pessoas que tem família da classe média, mas que esgotou. Foram para rua e depois acolhidos no abrigo. **O que o Serviço Social poderia fazer para essa família?** Não é publico do Serviço Social, é publico da saúde! **Por um acidente do destino passou a ser morador de rua, uma briga com a família, mas na verdade não tem problema nenhum financeiro.**

Por outro lado, ao inferir que o exercício profissional do assistente social deve se direcionar apenas às famílias com insuficiência de recursos financeiros, a assistente social parece restringir o Serviço Social à política de assistência social. Por esta via, sinaliza-se que o Serviço Social se limita a situações de falência neste âmbito e, portanto, deve responder por tais demandas. Contudo, esta mesma delimitação parece gerar incomodo e tensão quando os serviços das demais políticas, pautando-se nela, se omitem no atendimento. Conforme expressa a AS-E, seu sentido pode ser traduzido pelo jogo do empurra:

Para mim, o morador de rua pertence a todo mundo, à assistência social, à saúde, à habitação, à secretaria de trabalho, à educação. Ele é um problema de todo mundo e hoje em dia **acontece esse jogo de empurra-empurra, ninguém quer**. A gente tem que capacitar ele profissionalmente, cuidar da saúde [...] Pra se resolver o problema do morador de rua, todo mundo tem que abraçar (grifos nossos).

Neste sentido, como afirmamos anteriormente, de forma geral, as profissionais que participaram dos debates, tenderam a orientar suas reflexões no sentido idealizado de superação dos problemas sociais. E tal superação transita entre o comportamento dos indivíduos - a partir do enfoque dado às famílias, suas potencialidades, seu potencial de adaptação e de suporte material e afetivo - e o trabalho em rede realizado pelos serviços, no âmbito das políticas sociais. Tais reflexões tendem a distanciar-se da análise crítica da sociabilidade capitalista, cujas bases, determinadas pela exploração, são em si contraditórias. Para Netto (2009, p. 155), na perspectiva do pensamento conservador:

[...] o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida; trata-se de combater as manifestações da “questão social” sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa. Tem-se aqui, obviamente, um reformismo para conservar.

Foi consensual, nos debates, a compreensão do papel do assistente social como intermediador entre famílias e políticas públicas, o que sinaliza a superação do papel de apóstolo vinculado à conversão das famílias ao catolicismo, defendido pelos primeiros assistentes sociais brasileiros. Para a AS-B, este se constitui em:

[...] facilitar o acesso à política pública, levar o acesso à política, que é o que o usuário foi buscar. Vamos supor os terreiros de macumba que, agora está bem forte o movimento pra eles terem respeito. [...] num CRAS<sup>36</sup>, um senhor chegou pra vender umas coisas e a assistente social pegou as coisas e disse “Ai, isso aqui não é de Deus” e jogou tudo no lixo. Tipo, então é um absurdo, porque o Estado é laico, então você tem que atender igualmente todas as pessoas. E a pessoa não está ali pra falar de valores ou de religião, mas é pra ter acesso a uma política pública. Aí entra nosso Código de Ética, da ética, da não discriminação.

A AS-A concorda que “o encaminhamento da profissão tem que ser pra política pública, para o processo do direito, então não tem que olhar quem é o sujeito (pra julgar) não é fácil, porque agente é carregado de história, de princípios, de valores”. A AS-E

---

<sup>36</sup> O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Executa ações e serviços de proteção básica em áreas de vulnerabilidade e risco social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>>. Acesso em: 28/01/2012.

também afirma que a atuação dos assistentes sociais não deve se constituir no âmbito de julgamentos morais:

[...] o trabalho com famílias tem que ser sem julgamento. A gente carrega nossas ideologias, as coisas que a gente acredita, valores. Então de repente você vai se deparar com uma família que tem valores diferentes. Tem que tentar trabalhar essa família sem preconceito, de uma forma mais neutra. A gente tem que ver que, na verdade, apesar de tudo é um ser humano. Tem seus direitos. Acho que a gente não pode passar por cima disso.

Em resposta a AS-D infere que, ao se deparar com seus próprios preconceitos, os profissionais devem focar na orientação e encaminhamento dos indivíduos.

[...] a gente traz nossos valores, crenças de religião, de qualquer outra coisa, de homossexualismo... Então, qualquer preconceito, a gente já tende a focar mesmo no nosso trabalho, no encaminhamento que a gente vai dar. A maioria dos trabalhos do serviço social é pra direcionar aquele indivíduo, pra que ele não fique sem uma orientação, sem um encaminhamento necessário. Por exemplo, para o usuário de droga a gente vai tentar ver uma comunidade terapêutica, a gente vai tentar ver até um trabalho. Ou um ex-presidiário, uma recolocação no mercado de trabalho.

Em situações difíceis - como no atendimento a autores de violência sexual contra crianças - explica:

[...] eu atenderia friamente. Faria o meu trabalho, mas em momento algum eu facilitaria algo como normalmente... não passar a mão na cabeça da pessoa, mas assim... você acaba relevando algumas coisas, facilitando algumas coisas para a família. O que eu pudesse mostrar pra ele “olha a realidade é essa, você está assumindo suas consequências”.

A AS-E questiona se a profissional se deteria ao atendimento imediato e se fugiria de abordagens no campo da subjetividade, a mesma responde: “é, igual geralmente o assistente social faz”. Isto nos remete às considerações de Vasconcelos (2000 apud MIOTO, 2004) acerca da dificuldade que o Serviço Social brasileiro tem apresentado quanto à apropriação da temática da subjetividade. Dado o movimento de reconceituação, a abordagem de subjetividade, hegemônica até aquele momento, foi criticada e identificada como única, produzindo um vazio nas possibilidades de desenvolvimento da profissão. Sendo assim, entendemos que, além das determinações econômicas, os assistentes sociais devem avançar no reconhecimento das dimensões da subjetividade, do simbólico e do cultural que também são importantes e devem ser consideradas no trabalho com famílias (FREITAS; BRAGA; BARROS, 2011). Além disso, Sousa (2008) argumenta que ouvir o usuário não corresponde a concordar com tudo que ele diz, mas respeitar seu direito de exprimir ideais, vontades, necessidades, numa perspectiva democrática e de respeito à diversidade.

[...] a questão da violência física contra a mulher [...] o trabalho com famílias também é ouvir... Que momento crítico, que desespero que passa, que angústia. Acho que é mais subjetivo do que objetivo. O profissional de Serviço Social não se desvincula disso, agente precisa sim de ações práticas, garantir o cupom pra ela ter acesso à alimentação, garantir os encaminhamentos, pensar no imediato, mas nada disso deixa de acontecer pelo subjetivo (AS-A).

De outro modo, o profissional do Serviço Social se reduz a um agente técnico, essencialmente focado no fazer imediato junto às famílias, um “executor terminal de políticas sociais” (NETTO, 2009), que se restringe a dar respostas instrumentais à manutenção da ordem burguesa. Para Sousa (2008, p. 120) este perfil profissional se associa ao momento de emergência do Serviço Social em que “a concepção e o planejamento das políticas sociais ficavam ao cargo de outras categorias profissionais e dos agentes governamentais - ao Serviço Social cabia apenas executá-las, na relação direta com os ‘indivíduos, grupos e comunidades’”. Para o autor tem-se aqui a clássica separação entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Neste sentido, Iamamoto (2000) aponta que o mercado de trabalho tem exigido dos assistentes sociais mais do que o cumprimento de atividades institucionais burocráticas e rotineiras. Para a autora, hoje, o exercício profissional dos assistentes sociais vincula-se a uma dimensão investigativa e propositiva que, busca apreender o movimento da realidade e detectar nela as tendências e possibilidades a serem apropriadas e desenvolvidas. Consideram-se, entretanto, as projeções de Netto (1996) quanto à necessidade dos assistentes sociais se anteciparem às:

[...] possibilidades objetivas de ampliação e enriquecimento do espaço profissional, com a **incorporação de novas questões** ao seu âmbito de intervenção institucional [...] (através da) **análise teórica das tendências sociais que extrapolam as requisições imediatamente dadas no mercado de trabalho** (NETTO, 1996, p. 124, grifos nossos).

Assim, deve-se evitar: tanto a perspectiva *fatalista*, para a qual a realidade está dada de forma definitiva e, portanto, entende que nada se pode fazer; quanto a perspectiva do *messianismo profissional* em que a subjetividade e vontade dos indivíduos não é confrontada com as possibilidades e limites da realidade social e o assistente social é compreendido como “agente de transformação social”, conforme expressa a AS-B.

[...] o Serviço Social é uma profissão muito peculiar, apesar de sermos pagos pelo capitalismo e tudo isso, mas agente tem condições de saber que **o produto do nosso trabalho não tá gerando só luta, tá gerando diferença nas pessoas**. Éhh, é uma profissão apaixonante.

Defende-se, todavia, uma perspectiva que considere a história e os processos sociais contemporâneos, por meio da qual se vislumbre que a realidade social impõe limites, mas também possibilidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo buscou-se identificar, na interpretação contemporânea dos assistentes sociais acerca do trabalho com famílias, elementos de ruptura e continuidade com o conservadorismo observado no Serviço Social “tradicional”. Para analisar tais elementos foi necessária uma revisão dos textos escritos pelos primeiros assistentes sociais brasileiros, por meio da qual se destacaram as compreensões do indivíduo e família, bem como elementos do projeto societário e do projeto profissional.

Com o intuito de situar a discussão numa perspectiva de totalidade social, buscou-se apreender alguns aspectos do contexto sócio-histórico e suas repercussões sobre o exercício profissional dos assistentes sociais, além de seus componentes ideo-políticos, teórico-metodológicos e técnico-operativos.

Observou-se que as transformações sociais, sobretudo as relacionadas à precarização das relações de trabalho e à retração do Estado frente proteção social dos indivíduos, têm apresentado profundas repercussões sobre vínculos, projetos e organização das famílias. De modo geral, embora as profissionais pesquisadas, no debate do grupo focal, reconheçam as transformações familiares, não as associaram às condições materiais vinculadas à sociabilidade capitalista. Recorrendo a explicações desvinculadas do contexto sócio-histórico, conferiram tais transformações ao âmbito das escolhas comportamentais, salvo exceções que consideram a cultura do nosso tempo. Essas explicações nos remetem à afirmação de Ortiz (2006, p. 25) quando considera, na configuração política, econômica e ideo-cultural dos tempos atuais, a:

apologia da lógica do mercado com incentivo de respostas privadas para questões de alcance público; o enfraquecimento de todos os mecanismos que se fundamentam na democracia e o fortalecimento do efêmero, do superficial, do aparente e descartável a despeito daquilo que compõe a essência do real.

Algumas profissionais sinalizaram uma tolerância à diversidade de arranjos familiares, tendo em vista a consolidação desses arranjos na contemporaneidade e a diminuição das famílias tradicionais. Identificou-se um avanço no reconhecimento desses arranjos como sendo formas de organização familiares, contudo este reconhecimento não foi suficiente para romper com as desqualificações às famílias diferentes, conforme se observou no Serviço Social “tradicional”. Evidenciou-se em alguns depoimentos, um ressentimento quanto ao distanciamento dessas famílias em relação às idealizações do profissional. Essas

idealizações, não limitadas à composição das famílias, se estenderam aos papéis e funções desempenhados por homens e mulheres no interior destas.

Trata-se de um modelo funcional ao modo de produção capitalista, proveniente, não por acaso, das elites sociais, cuja representação se dá num conjunto harmônico de indivíduos (pai, mãe e seus filhos). O projeto de vida dos indivíduos que o compõem se dá a partir do sexo, já que a divisão de papéis e funções é previamente definida pelo gênero. A provisão, proteção e autoridade são centradas no homem, contudo, além das atividades domésticas e do cuidado de crianças, as mulheres também devem subsidiar a provisão e proteção. No sentido de avaliar o desempenho familiar, indivíduos que, por opção ou não, não desempenham essas funções foram desqualificados de diversas formas. Afirma-se que o termo “famílias desestruturadas” não está mais em voga, porém infere-se a continuidade de outros como, por exemplo, “famílias doentes” ou “mãe individualista”, o que remete às velhas abordagens conservadoras e moralizadoras, sobretudo junto às famílias das classes populares.

Por esta via, as transformações compósitas das famílias são reconhecidas, mas entende-se que o papel de controle e proteção social dos indivíduos deve ser cumprido pela família, mesmo que as condições objetivas não sejam suficientes. Infere-se que esses desafios - cujas raízes são societárias - correspondem, exclusivamente, às responsabilidades das famílias. Entende-se que se faz necessário ir além dessa compreensão e decifrar as repercussões das transformações societárias sobre o modo de vida das famílias e sobre suas reais possibilidades de desempenho dos papéis a elas imputados. Tendo em vista elementos como as precárias relações de trabalho e o recrudescimento das desigualdades sociais, sugere-se uma reflexão sobre esta perspectiva no trabalho com famílias: que delega aos indivíduos a responsabilidade de se autodeterminar e que coloca em foco o papel das mulheres, reforçando sua opressão, sem considerar as relações de poder a que estão submetidas, na família, no mercado de trabalho, enfim, em todas as suas relações.

Vale destacar que, embora esta perspectiva tenha predominado, identificaram-se rupturas em depoimentos críticos à idealização de um modelo familiar no âmbito do trabalho com famílias e que consideraram aspectos culturais das famílias e da sociedade.

Ao enfatizar que o principal papel dos assistentes sociais refere-se à intermediação entre os usuários e as políticas sociais, figura-se uma importante ruptura com o ideário do assistente social como apóstolo, cuja missão constituía na conversão das famílias ao catolicismo. Mas, por outro lado, tem-se uma reafirmação de um tecnicismo e da

perspectiva de reajustamento, na medida em que se destaca a orientação para o acesso às políticas sociais. Vale destacar que, tanto as políticas sociais quanto o papel do Estado na proteção social dos indivíduos, são considerados subsidiários e suficientes para ajudar as famílias no cumprimento de seu papel social.

Neste sentido, o Estado é isentado dessas responsabilidades, em consonância com a perspectiva neoliberal que atende aos interesses das elites, e institui-se a centralidade nas potencialidades das famílias, sem desvelar a lógica que lhe cumpre sustentar: a reprodução e disciplinamento dos indivíduos para o capital. Depoimentos enaltecem o incentivo à participação das famílias em pactos de compromisso com o Estado, contudo evidenciou-se a intencionalidade de garantir o sucesso das ações propostas. Assim, a participação não é entendida como direito e possibilidade de autonomia e emancipação dos indivíduos. Se por um lado, as responsabilidades são privatizadas ao âmbito familiar, as decisões são compartilhadas com o Estado, assinalando a reprodução de uma histórica disputa pelo controle dos indivíduos.

Contudo, as profissionais discursaram sobre práticas profissionais desrespeitosas junto às famílias, inferindo a imposição de um modo próprio de ver o mundo. Porém, neste sentido, observa-se um aspecto contraditório. Exemplifica-se que ainda que identifiquem criticamente tais práticas (como as influenciadas pelo higienismo), reproduzem, por meio de metáforas, a análise dos problemas sociais como patologias. Entende-se que este aspecto pode indicar a reprodução de um discurso, tendo em vista que não desvela a direção ideopolítica de suas próprias práticas profissionais.

A análise sobre a solução dos problemas transitou entre o comportamento dos indivíduos, a partir da família, e o trabalho em rede desenvolvido pelos serviços vinculados às políticas sociais. Substitui-se a problematização da ordem social vinculada ao capitalismo, das desigualdades e contradições entre as classes sociais pelo debate sobre o individualismo e comportamento inadequado das famílias. Evidencia-se uma compreensão conservadora e despolitizada da “questão social”, pois a associa aos problemas sociais sem evidenciar os antagonismos e tensões entre as classes sociais.

Desta forma, observa-se que esses elementos de rupturas e continuidades podem ser observados, concomitantemente, num mesmo indivíduo, de forma tensionada e contraditória. Portanto, reafirma-se, na contemporaneidade, a atualidade das discussões sobre os desafios de consolidação da direção social estratégica assumida, hegemonicamente, pela categoria profissional. Por um lado, têm-se relações de continuidade com o tradicionalismo ideopolítico e, por outro, rupturas em defesa das classes populares, a partir de esforços

investigativos que se traduzem em reflexões acerca do trabalho com famílias e dos desdobramentos da lógica do capital.

No que tange ao posicionamento ideopolítico, sugere-se, por meio de estudos futuros, uma leitura crítica da incoerência do tradicionalismo e da reatualização do conservadorismo, tendo em vista o perfil dos assistentes sociais contemporâneos, quanto ao sexo e classe social. E, por fim, salienta-se um necessário exercício profissional que ultrapasse a linha das respostas imediatas ao mercado de trabalho, por meio da análise da realidade em sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, Maria Lúcia Miranda; FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. Maternidade e Vínculo Social. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 4, n.2, p. 319-337, 1996.
- AGUIAR, Antônio Geraldo de. *Serviço social e filosofia: das origens à Araxá*. 4.ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba: UNIMEP, 1989.
- ALVES, Bárbara Cristina Barrinete Almeida; LIRA, Clarice Helena Santiago. *A comissão estadual da LBA e suas atividades desenvolvidas no Piauí durante a Segunda Guerra*. Trabalho de Conclusão (Projeto de Pesquisa História e Memória da Segunda Guerra no Piauí) - UESPI.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- ARIÈS, Philippe. *A história social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.
- ARY, Zaíra. *Masculino e feminino no imaginário católico: da ação católica à teologia da libertação*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2000.
- AZEVEDO, Aldo M. Por que eu não sou comunista? *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 7, n.44, p.69-101, 1947.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOUR, Rosaline. *Grupos focais*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BERALDO, Vívian. *Mulher, mãe de adolescente em prática de ato infracional*. Monografia (Especialização em Trabalho Social com Famílias) - Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos - Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana, Londrina, 2009.
- BIESTEK, S. J. Félix P. *O relacionamento em serviço social de casos*. Tradução de Mercedes Marchant. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Champgnat, 1960.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica – NOB/SUAS*. Brasília: MDS/SNAS, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política nacional de assistência social*. Brasília, 2004.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos 10 anos. *Cadernos de Pesquisa*, [S.l.], v. 37, n.132, p. 537-72, set./dez. 2007. Disponível em: <[http://www.oei.es/genero/trabalho\\_genero\\_brasil.pdf](http://www.oei.es/genero/trabalho_genero_brasil.pdf)>. Acesso em: 07/03/2011>.

BUENO S. J., José Gomes. Pelo aperfeiçoamento profissional dos assistentes sociais. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n.77, 1955, p. 9-13.

CAMPOS, Marta Silva; TEIXEIRA, Solange Maria. Gênero, família e proteção social: as desigualdades fomentadas pela política social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.13, n.1, p. 20-28, jan./jun. 2010.

CARLOTO, Cássia Maria. *Gênero, políticas públicas e centralidade na família*. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, v. 27, n.86, p. 139-55, jul. 2006.

\_\_\_\_\_. *Roteiro curso grupo focal*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, out. 2010. Mimeografado.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias e políticas públicas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (orgs.). *Famílias: redes, laços e políticas públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 267-74.

\_\_\_\_\_. A priorização da família na agenda da política social. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. p. 11-21.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918/1940)*. Campinas: Ed. da Unicamp/ Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL: elementos para o estudo do perfil profissional. Organizado pelo Conselho Federal de Serviço Social. Brasília: CFESS, 2005

CISNE, Mirla. *Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres? Uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

CORTEZ, José Pinheiro. A colocação familiar na capital. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, v. 7, n.64, p.26-35, 1952.

\_\_\_\_\_. O caso e a causa. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, v. 15, n.77, p.21-35, 1955.

COSTA, Lúcia Cortes da. *Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil*. Ponta Grossa: UEPG; São Paulo: Cortez, 2006.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A política nacional de assistência social e o sistema único de assistência social: problematizando fundamentos e conceitos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009, São Luís. *Anais...* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2009.

DELLA CAVA, Ralph. *Igreja e estado no Brasil do Século XX: sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro, 1916-64*. 1975. Disponível em: <[http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca\\_virtual/igreja\\_e\\_estado\\_no\\_brasil.pdf](http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/igreja_e_estado_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 12 fevereiro 2012.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DURAN, Maria Angeles. *A dona de casa: crítica política da economia doméstica*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. O que é ser mulher? o que é ser homem? subsídios para uma discussão das relações de gênero: gênero e desigualdade. *Cadernos Sempreviva: SOF*, São Paulo, p.9-33, 1997.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FÁVERO, Eunice Teresinha. *Questão social e convivência familiar*. *Caderno Especial*, [S.l.], n. 14. (Projeto de Lei de Adoção). Disponível em: <[www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial14.pdf](http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial14.pdf)>. Acesso em 30/01/2012.

FERREIRA, Francisco de Paula. Serviço social para a democracia. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v.6, n.41, 1946.

FERREIRA, Tolstoi de Paula. Poema do trabalho. *Revista do Instituto de Serviço Social*, São Paulo, v.1, n. 1, p.27-31, 1939.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; BRAGA, Cenira Duarte; BARROS, Nívia Valença. Famílias e serviço social: algumas reflexões para o debate. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. *Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, p. 15-38.

GILLARD, Marie-Louise. *Serviço social: noções e princípios*. Tradução de Maria Kielh. [S.l.: s.n.], 1939.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p.69-81, jan./jul. 2011.

GUEDES, Olegna de Souza. *Implicações da concepção neotomista de homem na gênese do serviço social brasileiro – 1930/1940*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, PUC, São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. Aspectos éticos e políticos do projeto profissional do serviço social em sua orientação conservadora: uma incursão histórica. CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12., 2007, Foz do Iguaçu. *Anais ...*[S.l.: s.n., 200-]

GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e trabalho social: intervenções no âmbito do Serviço Social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.13, n.1, p. 126-132, jan./jun. 2010.

GUERRA, Yolanda. *A instrumentalidade no trabalho do assistente social*. 2000. Disponível em: <<http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em: 17 fevereiro 2012.

\_\_\_\_\_. *A instrumentalidade do serviço social*. São Paulo: Cortez, 1995.

HIRATA, Helena. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC, 2003. p. 15-20.

HOLTZ, Maria Luiza Marins. *Assistentes sociais: conheça o belo trabalho de promover a inclusão social e econômica de pessoas, famílias e grupos excluídos socialmente*. 2011. Disponível em: <<http://www.mh.etc.br/blog/relacoes-humanas/assistentes-sociais>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

HOLTZOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; MEIRELLES, Giselle. Problematizando o conceito de empoderamento. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAL, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., Florianópolis: UFSC, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007. p. 485-506. Disponível em: <[www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo\\_horochovski\\_meirelles.pdf](http://www.sociologia.ufsc.br/npms/rodrigo_horochovski_meirelles.pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no serviço social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 1-37.

\_\_\_\_\_. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Raul de. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 11. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1996.

IZQUIERDO, Maria Jesús. *Bases materiais do sistema sexo/gênero*. Tradução livre SOF – São Paulo, 1990. mimeo.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. *Considerações sobre organização do programa para escola de serviço social*. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 3, n.31, p. 39-48, 1943.

\_\_\_\_\_. *Exigências personalistas e as organizações internacionais governamentais*. *Revista Serviço Social*. São Paulo, n.74, p.99-118, 1954.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta Júlia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo*. Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

KFOURI, Nadir Gouvêa. O ensino e a prática do serviço social de casos em face do espírito cristão. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 15, n.78, p.105-115, 1956.

KIEHL, Maria. A Formação do assistente social. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 1, n.11, 1939.

- LACERDA, Lélica Elis Pereira de. *Conservadorismo e perspectiva crítica: uma análise de valores que permeiam práticas profissionais de assistentes sociais*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual de Londrina, 2005.
- LAVINAS, Lena. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: *GLOBALIZAÇÃO, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LEÃO XIII. *Encíclica Rerum Novarum*. 1891. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_1-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_1-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html)>. Acesso em: 23 maio 2010.
- LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO : gênero, corpo, violência e poder, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.
- MARX. Karl. *A questão judaica*. São Paulo: Centauro, 2000.
- MANCINI, Luis Carlos. Formação integral. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 2, n.18, p.2-6, 1940a.
- \_\_\_\_\_. O sentido do serviço social. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 2, n.15, p.6-7, 1940b.
- \_\_\_\_\_. Princípios, métodos e campo de ação do serviço social na sociedade moderna. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v.2, n.69, 1953.
- MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MDS. *Bravas mulheres do bolsa família*. 2011. Disponível em: <[www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/bravas-mulheres-do-bolsa-familia](http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2011/marco/bravas-mulheres-do-bolsa-familia)>. Acesso em: 31 janeiro 2012.
- MEDEIROS, Roberto Sabóia de. Dialética marxista e assimilação cristã. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 12, n.69, 1953.
- MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: Carvalho, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família contemporânea em debate*. 4. ed. São Paulo: EDUC/Cortez, 2002. p. 52-60.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MIOTO, Regina Célia Tamasso. Família e assistência social: subsídios para o debate do trabalho dos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. *Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 3-14.
- \_\_\_\_\_. Novas propostas e velhos princípios: a assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sociofamiliar. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 43-59.

\_\_\_\_\_. Trabalho com famílias: um desafio para os assistentes sociais. *Revista Virtual Textos & Contextos*, [S.l.], v. 3, n.3, 2004.

\_\_\_\_\_. Família e serviço social: contribuições para o debate. *Revista Serviço Social e Sociedade*, [S.l.], v.18, n.55, p. 114-29, 1997.

MOREIRA, Maria Regina de Ávila; SILVA, Marlise Vinagre; MIRALES, Rosana; LISBOA, Teresa Kleba. O lugar de gênero na formação da-o assistente social. *Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, [S.l.], v. 6, n.11, jan./jun.de 2006.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug. *Família brasileira: a base de tudo*. 3. ed. Brasília: Cortez, 1998.

NERY, Claudia Maria Guimaraes. *Em busca da gênese da profissão do serviço social: um estudo a partir dos contornos históricos da sociedade norte-americana*. 1996. 149 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). *Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 17, n.50, p.87-132, abr. 1996.

OLIVEIRA, Mírian; FREITAS, Henrique. Focus group: instrumentalizando o seu planejamento. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (orgs.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 325-346.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o serviço social: algumas considerações. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, jan-dez/2007. Disponível em: <[www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo\\_01\\_7.pdf](http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2011/02/artigo_01_7.pdf)>. Acesso em 17 jan. 2012.

PEREIRA, Aylida Faria da Silva. Escola de serviço social. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v.4, n.35, p. 65-135, 1944.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, serviço social e direitos de cidadania. *Revista Temporalis*, [S.l.], v. 2, n. 3, p. 51-61, 2004.

PIO XI. *Encíclica quadragésimo anno*. 1931. Disponível em: <[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/dfdocuments/hf\\_p-xi\\_enc\\_19310515\\_quadragésimo-anno\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/dfdocuments/hf_p-xi_enc_19310515_quadragésimo-anno_po.html)>. Acesso em 23 maio 2010.

POGREBINSCHI, Thamy. *O direito entre o homem e o cidadão: Marx e a crítica dos direitos humanos*. *Revista de Direito do Cesusc*, [S.l.], n.2. jan/jun 2007.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: *CAPACITAÇÃO em serviço social e política social: módulo 4*. Brasília: UnB/CEAD, 2000.

RAMOS, Albertina Ferreira. A formação dos assistentes sociais. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 2, n.20, p. 19-25, 1940.

REIS, Mario G. Assistência social e elevação do moral nas ferrovias, fatores de aumento da produção. *Revista Serviço Social*, São Paulo, v. 9, n.53, p.39-51, 1949.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra? mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas do serviço social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SANTOS, Josiane Soares. *Neoconservadorismo pós-moderno e serviço social brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARTI, Cyntia. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, Charles Toniolo. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. *Revista Emancipação*, Ponta Grossa, v. 8, n.1, p. 119-32, 2008.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 9-25, set. 2002.

TELLES, Guiomar Urbina. A ordem social. *Revista de Serviço Social*, São Paulo, v. 1, n.1, p. 3, 1939.

\_\_\_\_\_. O problema do cortiço. *Revista Serviço Social*, São Paulo. v.2, n.2, p. 15-7, 1940a.

\_\_\_\_\_. A formação moral do assistente social. *Revista Serviço Social*, São Paulo v.2, n.14, p. 14, 1940b.

VAN ROEY, M. L'Abbé J. A doutrina personalista e o serviço social. *Revista Serviço Social*, São Paulo, n.78, p. 35-46, 1955.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Tradução de João Dell' Anna. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. *Trabalhador social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. Tradução de René de Carvalho. São Paulo: Cortez, 1986.

VITALE, Maria Amália Faller. Famílias monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 71, p. 45-62, set. 2002.

VUYST, Anna Marie de. O ensino e a prática do “Social case work” na Europa. *Revista Serviço Social*, São Paulo. v. 15, n.78, p. 117-31, 1956.

WEINSTEIN, Barbara. *As mulheres trabalhadoras em São Paulo: de operárias não-qualificadas a esposas profissionais*. Tradução de Ricardo Augusto Vieira. *Cadernos Pagu*, [S.l.], n.4, p.143-71, 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade. In: UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA. *Capacitação em serviço social e política social: módulo 4*. Brasília: UNB/CEAD, 2009a.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: SERVIÇO social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

ZACARON, Sabrina Silva. *Família e homossexualidade: uma reflexão acerca das configurações da família na contemporaneidade e os direitos sociais*. In: DUARTE, Marco José de Oliveira; ALENCAR, Mônica Maria Torres. *Família & famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 169-86.

**ANEXO A**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr. (a) a participar da pesquisa “Uma Interpretação do Exercício Profissional dos Assistentes Sociais com Famílias: rupturas e continuidades com um marco conservador”, de responsabilidade da pesquisadora Vívian Beraldo Westphal, mestranda em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina.

Esclarecemos que esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma análise crítica do movimento de ruptura e continuidade com elementos constitutivos do conservadorismo, no trabalho com famílias executado pelos assistentes sociais. No que tange ao método de pesquisa, esclarecemos que será utilizado o Grupo Focal em um único encontro com um grupo de assistentes sociais, por meio do qual se propõe uma discussão sobre temas relacionados ao trabalho do assistente social com famílias. Haverá gravação de áudio, mediante autorização de todos os participantes presentes.

Sua identidade será preservada e você poderá desistir de sua contribuição a qualquer momento, comunicando a pesquisadora. Poderá ainda ter acesso a qualquer informação sobre a pesquisa, com a própria pesquisadora, pelos telefones (43) 3344-4839/9954-1067. Os resultados da pesquisa estarão disponíveis em dissertação de mestrado.

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_  
declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário (a), da pesquisa supracitada.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Assinatura do (a) participante do grupo focal

**ANEXO B**  
**GUIA DE TEMAS E QUESTÕES PARA GRUPO FOCAL**

## ANEXO B - Guia de Temas e Questões para Grupo Focal

### 1º Campo temático: **Serviço Social**

**Material de Estímulo I:** Um exemplo da compreensão do trabalho dos assistentes sociais com famílias citado por uma profissional na área organizacional.

“através de atividades especiais e técnicas específicas [o trabalho dos assistentes sociais com famílias] desenvolve nas pessoas, a capacidade de criar habilidades para que consigam resolver suas próprias dificuldades tornando-se mais independentes, seguras e conscientes dos próprios valores a fim de que lutem, construam, e contribuam para a igualdade social. E, esse trabalho social [...] é hábil no relacionamento humano, é calmo e tranquilo, sabe ouvir mais e falar menos, mantém-se neutro, sem julgar, diante das dificuldades das pessoas [...] sempre buscando garantir às camadas populares mais necessitadas, o acesso aos seus direitos à justiça social” (HOLTZ, 2011, p.1).

Disponível no site: <http://www.mh.etc.br/blog/relacoes-humanas/assistentes-sociais>  
Acesso em 30 jun. 2011.

#### Questão 1

Dentre as funções exercidas pelos assistentes sociais está o trabalho com famílias. No seu espaço ocupacional como você caracteriza o trabalho com famílias?

Questões de aprofundamento (usar se necessário)

1.1 É possível especificar quais são os objetivos do trabalho com famílias?

#### Questão 2

Quais dificuldades se apresentam aos assistentes sociais neste trabalho?

Questões de aprofundamento (usar se necessário)

2.1 O que fazer para superar essas dificuldades?

2.2 Em que medida é possível afirmar que no trabalho com famílias estamos diante de manifestações da “questão social”?

### 2º Campo temático: **Família**

**Material de Estímulo II:** trecho de artigo publicado por uma das primeiras assistentes sociais brasileiras:

"vejamos alguns casos [...] esta mãe que entregou o seu filho, declarando ter sido abandonada pelo marido, precisaria apenas de uma orientação para reconstruir o seu lar momentaneamente desfeito" (RAMOS, 1940, p. 19-20).

**Questão 3:** Este texto (1940) se associa a alguma dimensão do trabalho dos assistentes sociais com famílias?

Questões de aprofundamento (usar se necessário)

3.1. Hoje, 71 anos depois quando uma mãe manifesta intenção similar a esta, qual seria o trabalho do assistente social?

**Questão 4:** Ao refletir sobre os cuidados necessários para proteção das crianças e adolescentes, a família é um grande referencial. Quem é a família?